

**DO “CONVENCIONAL” AO “AGROECOLÓGICO”:
ENTENDENDO A TRANSIÇÃO EM GRUPOS DE
AGRICULTORES ASSISTIDOS PELO CAPA NO ALTO URUGUAI
CATARINENSE E GAÚCHO**

por

Matilde das Graças Soares Schenkel

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Área de Concentração em Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural.**

CPGExR

Santa Maria, RS, Brasil

2003

Schenkel, Matilde das Graças Soares

S324 Do "convencional" ao "agroecológico": entendendo a transição em grupos de agricultores assistidos pelo CAPA no Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho/Matilde das Graças Soares Schenkel – Santa Maria, 2003.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural.

1. Transição da agricultura convencional para agriculturas de base ecológica – 2. Formação e Organização de pequenos agricultores – 3. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) – 4. Políticas Agrícolas. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Valmira Perucchi – CRB 14/592 –
vperucchi@bol.com.br.

© 2003

Todos os direitos autorais reservados a Matilde das Graças Soares Schenkel. A reprodução total ou parcial deste trabalho poderá ser feita, desde que, citada a fonte. E-mail: matilde@eafc.edu.br

<u>chamada:</u>	T631.95 S324d
<u>cod barras:</u>	058415
<u>local:</u>	BC
<u>inclusão:</u>	23/06/04
<u>n controle:</u>	00001020

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

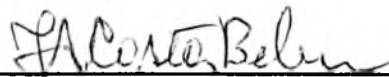
**DO “CONVENCIONAL” AO “AGROECOLÓGICO”:
ENTENDENDO A TRANSIÇÃO EM GRUPOS DE
AGRICULTORES ASSISTIDOS PELO CAPA NO ALTO
URUGUAI CATARINENSE E GAÚCHO**

elaborada por

Matilde das Graças Soares Schenkel

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

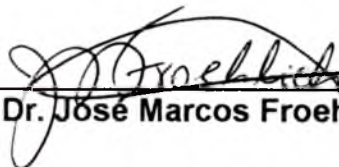
COMISSÃO EXAMINADORA:



Dr. José Antônio Costabeber
(Presidente/Orientador)



Dr. Hugo Aníbal Gonzalez Vela



Dr. José Marcos Froehlich

Santa Maria, julho de 2003.

“O ser humano pode transformar-se no anjo exterminador da Terra. Se não mudarmos nossas atitudes para com a terra, protegendo-a ao invés de depredá-la; se continuarmos a acumular mais poder-dominação que sabedoria; se persistirmos em fomentar mais egoísmo que cooperação; se alimentarmos a arrogância em vés de humildade e veneração pelo mistério do universo, seguramente conheceremos o caminho dos dinossauros. Provavelmente devastaremos o planeta e nos auto-destruiremos como espécie”.

(Leonardo Boff, O Despertar da Águia, 1998)

“A terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Tudo está ligado, como o sangue que une uma família. Tudo o que acontece à terra acontecerá aos filhos da terra. O homem não teceu a rede da vida, ele é só um dos fios. Aquilo que ele fizer à rede da vida, ele fará a si próprio”.

(Chefe índio Seattle em 1854, citado por Bonilla, p.107, 1992)

“ (...) este criador é sabido. (...) Ele colocou lá, no meio do mato, lá no canto das terras indígenas, plantinhas e árvores grandes, para que nós, os seres humanos, as olhássemos e dali tirássemos a água, o remédio, a alimentação e principalmente, a magia da vida, a magia de tentar entender este Criador (...) a responsabilidade pelo futuro não é daqueles que vão nascer, mas de nós, que estamos vivos.”

(Índio Marcos Terena in: Edgar Morin, Saberes Globais e Saberes Locais, 2000)

Ao Cladecir Alberto Schenkel, um grande amigo e companheiro e às pequenas Bruna Gabrielle e Joice Fernanda, nossas amadas filhas.

AGRADECIMENTOS

Ao Paulo Roberto da Silveira, pela atenção, dedicação e incentivo para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao José Antônio Costabeber, pelo apoio, pelo estímulo e tão significativa contribuição.

À banca examinadora, pelas observações valiosas para o enriquecimento deste trabalho.

Aos docentes do curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, por compartilhar conosco conhecimentos e experiências.

Aos colegas de curso, pela convivência.

À equipe do CAPA, pela atenção, recepção, companheirismo e interesse em relação ao presente trabalho; também, pela riqueza das informações prestadas.

Aos agricultores e agricultoras da “Associação de Pequenos Agricultores de 25 de julho de Passo do Uvá” pertencente a Itá-SC, da “Associação dos Pequenos Agricultores de Rancho Grande” de Concórdia-SC e da “Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos” da comunidade Campo Alegre de Barra do Rio Azul-RS, pela atenção, presteza e disponibilidade com que receberam esta estudante; também, apesar do nervosismo e da timidez inicial imposta pela gravação; pela sinceridade, franqueza e desenvoltura posterior, o que contribuiu decisivamente para a concretização deste trabalho.

Aos agricultores mirins, crianças maravilhosas, que deram a sua contribuição no momento certo durante a coleta de dados.

Aos colegas servidores da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio e de Concórdia pela solidariedade e compreensão nas nossas ausências profissionais.

Aos familiares que, mesmo longe, souberam nos apoiar e incentivar quando precisávamos.

Ao companheiro, amigo e grande incentivador, Cladecir, pelo apoio e pelas horas dedicadas às discussões.

Às filhas Bruna e Joice que nem sempre souberam entender o nosso relativo afastamento, mas que na sua inocente compreensão sempre objetivaram o apoio.

Aos meus amigos e amigas, pela presença constante e pelo carinho dispensado.

À Escola Agrotécnica Federal de Sombrio/SC e de Concórdia/SC pela compreensão e apoio aos nossos afastamentos profissionais, sem os quais este trabalho não seria possível.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Construindo, justificando e caracterizando o objeto de estudo	1
1.2	Contextualização teórica	6
1.3	Objetivos	13
1.3.1	Objetivo geral	13
1.3.2	Objetivos específicos	13
1.4	Metodologia.....	14
1.5	Estrutura do trabalho.....	17
2	DA INSUSTENTABILIDADE À SUSTENTABILIDADE	18
2.1	O caminho da insustentabilidade	18
2.2	A construção do paradigma da sustentabilidade.....	26
2.2.1	Movimentos alternativos e desenvolvimento sustentável.....	26
2.2.2	Agricultura ecológica e Agroecologia	32
2.2.3	Do convencional ao agroecológico: uma conversão que envolve formação, conhecimento e políticas públicas.....	38
2.2.4	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA).....	48
3	A COLONIZAÇÃO E O SURGIMENTO DOS GRUPOS AGROECOLÓGICOS	55
3.1	A colonização do Oeste Catarinense e Noroeste Gaúcho	55
3.2	A formação econômica da região.....	58
3.3	As associações de agricultores e as agriculturas de base ecológica	64
3.3.1	A formação dos grupos e o interesse pelo agroecológico.....	64
3.3.2	A Associação dos Pequenos Agricultores de Rancho Grande (APARG).....	72
3.3.3	Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos (AAFA)	78
3.3.4	A Associação dos Pequenos Agricultores 25 de Julho de Passo do Uv (Passo do Uv).....	84
4	DO CONVENCIONAL AO AGROECOLÓGICO: MUITO ALÉM DE TÉCNICAS LIMPAS	92
4.1	Do convencional para o agroecológico: entendendo a transio na perspectiva dos agricultores.....	92
4.2	O futuro na perspectiva dos agricultores ecológicos.....	104
4.3	A prática agroecológica como um modo de vida.....	110
4.4	Estratégias do CAPA	119
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
	ANEXOS	140

LISTA DE SIGLAS

A. P. do Uvá	Associação dos Pequenos Agricultores 25 de julho de Passo do Uva
AAFA	Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos
AAO	Associação de Agricultores Orgânicos
AACP	Associação Ecovida de Certificação Participativa
AMAUC	Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense
AMESC	Associações dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina-Chapecó/SC
APARG	Associação dos Pequenos Agricultores de Rancho Grande
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSESSOAR	Associação de Estudos e Assistência Rural
CAE-IPÊ	Centro de Agricultura Ecológica –Ipê
CAIs	Complexos Agroindustriais
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CNUMAD (Rio 92)	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COOPERCENTRAL	Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda
COTREL	Cooperativa Triticola Erechim Ltda
DESENVOLVER	Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção
DESER	Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais
EMATER-RS	Associação Rio Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Rio Grande do Sul
EMATER-PR	Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Paraná

EPAGRI-SC	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
EUA	Estados Unidos da América
EZE	Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento (<i>Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe</i>)
FAO	Organizações das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FLM	Federação Luterana Mundial
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBD	Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural de Botucatu-SP
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IFOAM	Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (<i>International Federation of Organic Agriculture Movimento</i>)
OASE	Ordem de Senhoras Auxiliadoras Evangélicas
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAD	Plataforma de Articulação e Diálogo
PPM	Pão Para o Mundo
REDE TA-SUL	Rede de Tecnologias Alternativas –Sul
RURECO	Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná
SADIA	Sociedade Anônima de Concórdia
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STRs	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Roteiro para as entrevistas realizadas com os agricultores das associações.

Anexo B – Roteiro para as entrevistas realizadas com os técnicos do CAPA.

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

DO “CONVENCIONAL” AO “AGROECOLÓGICO”: ENTENDENDO A TRANSIÇÃO EM GRUPOS DE AGRICULTORES ASSISTIDOS PELO CAPA NO ALTO URUGUAI CATARINENSE E GAÚCHO

Autora: Matilde das Graças Soares Schenkel

Orientador: Dr. José Antônio Costabeber

Data e Local da defesa: Santa Maria, julho de 2003.

O objetivo desta pesquisa foi compreender o processo de transição da agricultura “convencional” para agricultura de base ecológica na região do Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho, a partir de três associações de pequenos agricultores, a AAFA, a APARG e a A. P. do UVÁ, todas assistidas pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor-CAPA, ONG vinculada a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. As informações foram coletadas através de entrevistas semi-estruturadas junto às famílias pertencentes às associações e com os técnicos do CAPA. As conclusões centrais do trabalho demonstraram que a decisão em realizar a transição foram tomadas pelos agricultores após receberem informações e adquirirem conhecimento relacionados principalmente com os danos que a agricultura convencional causa ao meio ambiente e à sociedade, conhecimentos estrategicamente proporcionados pelo CAPA em parceria com outras entidades, e apoio organizativo. Ficou evidenciada a necessidade de unir forças da sociedade civil organizada, a igreja, os STRs, as ONGs e outras com o poder público federal, estadual e municipal para juntos promover e fortalecer a proposta agroecológica, através da construção de políticas públicas adequadas, elaboradas de forma participativa. Percebeu-se que é através de informação e da formação política, econômica e social que os agricultores promovem as suas decisões, lembrando que estes não levam em conta um único parâmetro na tomada de decisões, considerando seu papel na sociedade: produção de alimentos de qualidade e que não afetem a saúde da população.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

DO “CONVENCIONAL” AO “AGROECOLÓGICO”: ENTENDENDO A TRANSIÇÃO EM GRUPOS DE AGRICULTORES ASSISTIDOS PELO CAPA NO ALTO URUGUAI CATARINENSE E GAÚCHO

**(“CONVENTINAL” IN THE “AGRO ECOLOGICAL”: UNDERSTAND THE TRANSITION IN
GROUP OF FARMERS ATTENDED BY CAPA IN THE ALTO URUGUAI CATARINENSE
AND GAUCHO)**

Autora: Matilde das Graças Soares Schenkel

Orientador: Dr. José Antônio Costabeber

Data e Local da defesa: Santa Maria, julho de 2003.

The objective of this research was to comprehend the “conventional” agriculture transition process for of ecological base agriculture in Alto Uruguai Catarinense and Gaucho areas, starting from three associations of small farmers, AAFA, APARG and the A. P. of UVÁ, all attended by the Support Center for Small Farmers (Centro de Apoio ao pequeno Agricultor-CAPA), ONG linked to the Lutheran Confession of Evangelical Church in the Brazil. The informations was collected through semi-structured interviews together with the families belonging to the associations and with the CAPA technicians. The works central conclusions proved that the decision in accomplishing the transition was made by the farmers after receiving information and acquiring related knowledge, mainly with the damages that the conventional agriculture causes to the environment and the society, knowledge strategically proportionate by the CAPA in partnership with other entities, and organizational support. It was proved the need of uniting forces of the organized civil society, the church, STRs, ONGs and others with the federal, state and municipal public power, all together promote and strengthen the proposal agro ecological, through the construction of appropriate public politics, elaborated of participative form. It was noticed that it is through information and political, economical and social formation that the farmers promote their decisions, reminding that they don't take into account any parameter in the decision making, considering their role in society: Quality food production and that they don't affect the population's health.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Construindo, justificando e caracterizando o objeto de estudo

A alimentação exerce grande influência sobre o indivíduo, principalmente sobre a sua saúde, sua capacidade de trabalhar, estudar e divertir-se, sua aparência e sua longevidade. Tendo a alimentação influência tão decisiva no desenvolvimento, situação física e eficiência dos indivíduos, é fatal a sua influência sobre a sociedade da qual aqueles são componentes. Não se pode esperar produção e crescimento harmônico de uma nação mal alimentada.

Ao mesmo tempo em que a alimentação adotada em tempos modernos passou a ser vilã de inúmeros males que passaram a acometer a humanidade, a produção de alimentos, baseada na utilização intensiva de produtos químicos, passou a ser considerada, apesar dos avanços em produtividade alcançados, uma ameaça ao homem e à natureza como um todo. A pesquisadora Neide Sá alertava:

Não há ser vivo cuja vida não seja estritamente dependente dos elementos necessários à conservação de sua forma e ao exercício de suas funções. Estes elementos são os nutrientes, retirados do meio ambiente. Podemos perceber então, a formação de elos, impossíveis de serem rompidos sem a destruição da própria vida: ser vivo → nutrição → meio ambiente (Neide de Sá, 1990, p. 3).

A questão ambiental surgiu de maneira explosiva em meados da década de 1970. Até então, apenas os aspectos sanitários eram abordados, especialmente com relação à poluição da água e do ar, às perturbações e doenças delas advindas e os conseqüentes episódios de mortandade de peixes. Para Samuel Branco:

A verdadeira incompatibilidade está situada entre a preservação do meio ambiente e o acúmulo de riquezas (...). As provas da degradação ambiental aí estão: o efeito estufa; as

chuvas ácidas, o buraco na camada de ozônio, o que põe em risco a vida em nosso planeta (Samuel M. Branco, 1988, p. 6).

A prática profissional da autora dessa Dissertação de Mestrado, que lida diretamente com alimentação na Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, estado de Santa Catarina, constitui-se no veículo que aproxima a questão alimentar às diferentes formas de produção de alimentos, fazendo emergir alguns questionamentos acerca da qualidade destes e da qualidade de vida dos consumidores em geral.

Ao longo dos anos, muitas preocupações e questionamentos foram se construindo. Ao mesmo tempo em que se nota a crescente preocupação com relação ao esgotamento de recursos naturais não renováveis, utilizados em larga escala pelo modelo de produção agrícola "moderno", observou-se também o surgimento e o crescimento do número de agricultores que adotam estilos de produção distintos, conhecidos como alternativos, organizados coletivamente.

Foi, especialmente, após a década de 1970 que se pôde observar uma preocupação maior com relação a finitude dos recursos naturais não renováveis, amplamente utilizados e exauridos pelo modelo convencional de produção agrícola. Paralelamente, se observa o aumento da preocupação para com o meio ambiente, com a qualidade de vida, com a equidade, com o social e o cultural, enfim com o modelo de sociedade que se tem e qual modelo de sociedade seria viável.

Foi principalmente a partir da década de 1990 que se fez observar o surgimento de associações de produtores e/ou consumidores de produtos ecológicos, em especial na região sul brasileira, o que desencadeou a intenção da autora em aprofundar a reflexão acerca do processo de transição, em que agricultores convencionais rumam a formas diferentes de fazer agricultura, buscando estilos de agricultura de base ecológica, contribuindo assim com a emergência de um novo modelo agrícola, alicerçado numa nova forma de compreensão da produção, da ciência e da vida.

Assim, torna-se importante conhecer o processo de transição vivenciado pelos agricultores, compreender os motivos e as razões da mudança em andamento. Saber que fatores contribuem e que fatores dificultam a passagem do convencional para o agroecológico¹. Dispor deste conhecimento em tempos de globalização e políticas mundiais liberais poderá ajudar na construção de políticas agrícolas adequadas a um desenvolvimento rural sustentável, onde o “local” passe a ser importante, com suas características econômicas, políticas, ambientais, sociais e culturais. Poderá contribuir, em última análise, para a formulação de políticas agrícolas adequadas a todos os agricultores, especialmente para os familiares.

É relevante o estudo desta temática por ser portadora de uma proposta que contribua para o desenvolvimento rural sustentável. Entender as mudanças de atitudes dos agricultores, não só na forma de produzir, mas no modo de se relacionar socialmente, tem utilidade social, na medida em que poderá contribuir para a elaboração de políticas agrícolas e educacionais adequadas.

O ponto de partida certamente é a advertência feita pelo pesquisador e agricultor Ernest Götsch:

Aprofunda-te na matéria! Abre os teus sentidos! Tenta perceber as formas dadas pela própria natureza! E tu chegarás a criar laços mais íntimos com ela. Isto acarretará mais sensibilidade nos tratos, nas relações com nossos irmãos (seres vivos) no campo e na floresta, bem como nas relações entre seres humanos. Assim, a agricultura voltará a ser o que ela era, pelo sentido da palavra: cultura. Uma tentativa culta de conseguir o necessário daquilo que precisamos para nos alimentarmos, além das outras matérias primas essenciais para a nossa vida, sem a necessidade de diminuir e empobrecer a vida no lugar, na terra (...). A agricultura, dessa forma, passa a ser uma tentativa de harmonizar as atividades da agricultura com os

¹ Neste trabalho, quando se fala em agricultura ecológica, refere-se àquelas que, em maior ou menor grau, segue ou vem procurando seguir os princípios e objetivos da ciência da Agroecologia, com vistas a ampliar os níveis da sustentabilidade. São agriculturas alternativas à convencional, que ao longo do tempo receberam diferentes denominações e que podem ser agrupadas e denominadas por 'estilos de agricultura de base ecológica', conforme Caporal e Costabeber (2002b)

processos naturais de vida, existente em cada lugar que atuamos” (Ernst Götsch, 1995, p. 5).

A presente pesquisa, portanto, pretende realizar uma reflexão acerca da prática da agricultura de base ecológica no Alto Uruguai Catarinense e Alto Uruguai Gaúcho, mais especificamente em três associações de agricultores, as quais iniciaram o processo de conversão a partir da primeira metade da década de 1990. Será enfocada a dinâmica posta, seus fundamentos e suas perspectivas, tendo como pano de fundo a idéia de desenvolvimento rural sustentável e, como contraponto, a agricultura convencional praticada pela maioria dos agricultores e seus efeitos para com a sociedade e o meio ambiente.

Ao mesmo tempo, busca-se estudar o desenvolvimento da agricultura de base ecológica como uma nova forma de organização da produção e social, sendo que a mesma se faz ordinariamente de maneira coletiva, implicando na organização dos agricultores.

As principais questões que inspiraram a autora para a realização desse estudo foram:

- O que contribui para que agricultores busquem alternativas ao modelo convencional de produção agrícola e que dificuldades enfrentam, após a decisão e opção pela agricultura de base ecológica?
- O que seria necessário, na visão dos agricultores que já estão transitando rumo ao agroecológico, para que outros agricultores, que ainda seguem o modelo convencional, optem pela agricultura de base ecológica que expectativas nutrem em relação ao seu futuro?
- O que mudou para os agricultores ecológicos após estarem trabalhando de maneira alternativa ao convencional?

Pretende-se estão explicitar e responder alguns questionamentos acerca da produção de alimentos ecológicos na região em que se realizou este estudo. Didaticamente, serão apresentados sob a forma de questões, a saber:

- Em que medida os agricultores vêm encontrando na produção ecológica uma forma de sobreviver no campo?

- Qual a influência do quesito econômico na decisão dos agricultores em iniciar o processo de transição da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica? Em que grau a consciência dos agricultores em relação aos problemas ambientais, causados pela agricultura moderna, vem contribuindo na decisão de buscar formas alternativas de produção agrícola?
- Que razões levam os agricultores a se organizarem de forma coletiva?
- Em que medida a prática da agricultura de base ecológica vem promovendo alterações no modo de se relacionar entre as famílias envolvidas, com qualidade de vida superior àquela quando da produção convencional?

A presente pesquisa parte do pressuposto de que a opção dos agricultores por iniciar processos de transição agroecológica tem razões tanto de natureza econômica, como de natureza social e ambiental, visando ampliar as oportunidades de reprodução social e de qualidade de vida das famílias envolvidas, bem como de preservação dos recursos naturais nas propriedades rurais. A percepção dos problemas por parte dos agricultores e a reflexão sobre as alternativas para a sua superação são favorecidas pelo intercâmbio de experiências e conhecimentos entre técnicos e agricultores, cabendo papel central às assessorias envolvidas no processo.

Apesar do amplo aspecto das intenções expostas acima, é preciso esclarecer que as análises serão realizadas tomando-se por base experiências inovadoras em andamento no contexto regional do Alto Uruguai Catarinense e Alto Uruguai Gaúcho.

É notória a presença do setor público e de algumas Organizações Não Governamentais atuando nesta região, em que a Agroecologia vêm encontrando alguns importantes espaços para sua aplicação. Nesse contexto, optamos por estudar grupos que recebem, sistematicamente, assessoria do CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, uma ONG ligada a IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Cabe assinalar que ditos grupos ou associações, apesar do seu pioneirismo na região, ainda não haviam

vido alvo de estudos dessa natureza, o que justifica a sua escolha como unidades de análise dessa pesquisa.

1.2 Contextualização teórica

Nas últimas décadas, diferentes povos têm demonstrado uma crescente preocupação com a questão ambiental, o que sugere a necessidade de repensar as relações entre o ser humano e a natureza. Percebe-se que o mundo caminha gradualmente para uma mudança de paradigma, passando do reducionista para o holístico.

Para os reducionistas, quase tudo pode ser explicado pela física, única verdadeira ciência, capaz de desvendar a verdade da natureza das coisas, entendendo que a realidade é constituída por partes que podem ser estudadas separadamente. O holismo, por sua vez, pode ser entendido como uma doutrina filosófica na qual os fatores determinantes são totalidades que não podem ser reduzidas à soma de suas partes, sendo que os sistemas complexos não são a simples soma dos subsistemas, podendo perder o essencial na compreensão ao se dividir.

No paradigma holista, ora em construção, métodos e princípios como a participação; a democracia; o respeito à diversidade biológica e cultural; o uso de métodos de diagnóstico, planejamento e avaliação participativa; podem permitir uma verdadeira agricultura sustentável.²

A análise da história mundial, nos últimos anos, evidencia as inúmeras transformações ocorridas, dentre as quais destacamos aquelas referentes ao meio ambiente e à ação do homem sobre o mesmo.

O estado de crise mundial é evidente. Nas palavras de Capra:

É uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida – a saúde e o modo de vida, a

² Para maiores informações, conferir; CAPRA, 1982 e de Jesus, 1996.

qualidade do meio ambiente e as relações sociais, a economia, as tecnologias e política (...) pela primeira vez temos que nos defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e de toda a vida no planeta (Capra, 1982. p.19).

Muitas das contribuições para esta discussão foram registradas como alertas, em documentos oficiais, tais como o Relatório Meadows apresentado ao Clube de Roma (1971); a Conferência de Estocolmo³ (1972); a ECO-92, que após vinte anos, e passando por intermináveis rodadas de discussões da Comissão Bruntland⁴, reuniu, no Rio de Janeiro, chefes de Estado, ONGs, estudiosos e outros interessados para “salvar o planeta” (Bursztym, 1995, p.98); o Protocolo de Kyoto⁵, assinado no Japão em 1997; o Protocolo de Biossegurança⁶, firmado em 2000. Tais iniciativas e alertas desencadearam uma série de discussões nas mais longínquas partes do mundo e por diferentes segmentos da sociedade, influenciando direta ou indiretamente as decisões políticas e econômicas, as pesquisas, enfim, todas as questões referentes ao que se convencionou chamar de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, tomou lugar central a preocupação com a questão do modelo de desenvolvimento, sendo que a discussão desloca-se do eixo estritamente econômico, realizando-se em um novo enfoque, o do desenvolvimento sustentável. Essa noção ainda é confusa e em processo de

³ Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, precursora da CNUMAD (Rio-92).

⁴ A partir de 1985, sob o patrocínio da ONU, começa a se reunir uma comissão de especialistas, sob a coordenação da primeira ministra da Noruega Gro Bruntland, que tinha como finalidade produzir o documento que serviria de base para os debates da Rio-92: “Nosso Futuro Comum”.

⁵ O Protocolo de Kyoto foi o primeiro tratado mundial para redução de emissão de gases que provocam o efeito estufa, onde os governos signatários se comprometeram a reduzir 5,2% da emissão de gases poluentes (entre 2008 e 2012) em relação aos níveis registrados em 1990. É bom registrar que até março de 2001 os EUA tinham se recusado a assinar, sendo que estes países são os responsáveis pela emissão de 25% dos poluentes do mundo todo (Assunção & Machado, 2001. p.58).

⁶ O Protocolo de biossegurança é parte da Convenção de Biodiversidade, aprovado em Montreal no final de janeiro de 2000, reconhece a possibilidade dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) causarem riscos à saúde e reafirma o direito dos países tomarem decisões autônomas buscando proteger o meio ambiente e a saúde dos cidadãos. (Fagan, 2000).

construção, pois, para que haja desenvolvimento sustentável, se faz necessário “estabelecer uma nova articulação entre as ciências naturais a fim de melhor apreender a interação dos processos naturais e sociais, nos quais o homem é igualmente sujeito e objeto” (Sachs, 1986, p.11).

É notória também a crescente preocupação da sociedade para com a ecologia, sendo perceptível a organização da sociedade civil e a intensificação de movimentos sociais em torno de questões sociais e ambientais, apontando os limites do crescimento e advogando uma nova ética que dê base ao desenvolvimento de tecnologias alternativas.

Está em construção um novo modelo de desenvolvimento rural, onde questiona-se o modelo produtivista (mecanicista), que é concentrador de renda e de poder, excludente e devastador de recursos naturais, e almeja-se um outro tipo de desenvolvimento⁷ que seja endógeno, integrado, sustentável, regional, local, etc. A este novo modelo tem sido atribuída a nomenclatura “ecológico”, sendo que “(...) a ecologia só se imporá se pôr-se a agir, não se contendo em pregar, se aprender com a ação e sobretudo, se deixar de ser a ciência das negações para se tornar a ciência das soluções de substituições” (Di Castri, 1981, citado por Sachs, 1986, p.128).

Segundo Sachs (1986), o grande desafio é o de se servir da presente crise como oportunidade para iniciar um processo de transição, de um desenvolvimento centrado na economia para um desenvolvimento centrado em qualidade de vida⁸ e, para tanto, é preciso tentar formar um amplo consenso em torno dessa nova construção social.

Em termos teóricos, entra em pauta uma discussão polarizada entre dois mundos, sobre a concepção de homem e meio ambiente e a relação entre ambos. Sob o ponto de vista da agricultura tem-se, de um lado, o modelo

⁷ Para maior aprofundamento sobre este tema, ver Froehlich (1999).

⁸ “Qualidade de vida tem sua ênfase no qualitativo (...). Uma sociedade centrada no conceito de *qualidade de vida* é aquela que tem como prioridade básica a satisfação das autênticas necessidades humanas (necessidades vitais, afetividade, trabalho criativo, solidariedade, harmonização com a natureza). Portanto, ela é essencialmente oposta à atual *sociedade de consumo*” (Bonilla, 1992).

produtivista, resultado da "Revolução Verde", que considera os recursos naturais enquanto fonte infinita de riquezas e como "substituíveis" a partir do avanço da ciência, por mecanismos "artificiais". De outro lado, o modelo ecológico que, apesar de suas variantes, postula a necessidade do equilíbrio biológico, denuncia a agressão causada pelos insumos químicos à fauna, flora e ao clima, defendendo técnicas de produção que, no mínimo, mantenham as características naturais do meio.

Do discurso puramente ideológico acerca da preservação ou não dos recursos naturais, este processo levou ao questionamento das condições de vida, de saúde, entre outros, enfim, do modelo de sociedade implantado entre nós. Como diz Jara, o modelo de desenvolvimento que prevalece na maioria dos países latino-americanos é insustentável. Um modelo que supõe a introdução progressiva de conhecimento científico e tecnológico, mas não prioriza o manejo sustentável dos recursos naturais, gerando contaminação e destruindo o meio ambiente (Jara, 1999, p. 25).

Para alcançar o desenvolvimento rural sustentável, é preciso caminhar por territórios teóricos e metodológicos inexplorados, indo além do convencional, tentando uma reconciliação dos postulados econômicos e sociais com os princípios ambientais e as leis da natureza. Nosso futuro demanda uma nova visão e gestão do desenvolvimento à luz de postulados interdependentes de equidade social, equilíbrio ambiental, bem-estar econômico e autodeterminação política.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas, éticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição do poder; com os valores pessoais e a cultura.

Neste sentido, afirma-se que:

Uma discussão sobre desenvolvimento sustentável abre-se logo para uma reflexão sobre vários aspectos da sociedade moderna, sua maneira de produzir, seu modo de consumo, seu estilo de vida. E parece que uma teoria de um desenvolvimento eco-socioeconômico da sociedade global, sustentável a longo prazo, necessita de uma filosofia da finitude e da auto-restrição, exigência que se choca com o atual percurso da globalização (Bruseke, 1999, p.129).

Sabe-se que a atividade agrícola está diretamente relacionada com o desenvolvimento de uma sociedade e com o meio ambiente. Os efeitos negativos da agricultura convencional⁹ sobre a sociedade e o meio ambiente se tornaram “senso comum” e o setor agropecuário também incorporou o termo “sustentável”. A noção de sustentabilidade tem sido apresentada como portadora de soluções capazes de dar conta da crise ambiental e social, em parte provocada pelo modelo produtivista na agricultura.

Segundo Rigon (2002, p.11), foi na década de 1990 que a crise ambiental no planeta fez emergir o questionamento de como a sociedade capitalista tem mantido sua relação com a natureza, seu modelo de exploração dos recursos naturais. Em relação ao sistema convencional de produção de alimentos, questionou-se as perversas conseqüências da Revolução Verde sobre a saúde humana e ambiental e o desmantelamento dos sistemas agrícolas tradicionais, mostrando ser o modelo agroquímico inviável e insustentável.

Ao longo dos últimos anos, diversos estilos de agricultura que se contrapõem ao modelo convencional têm sido notados, sendo denominados de “Agricultura Alternativa”¹⁰ (a agricultura biodinâmica, a orgânica, a biológica, a natural, a ecológica, a permacultura, a agroecológica).

A realização de encontros, jornadas e seminários evidencia preocupação para com o futuro da humanidade, como é o caso do II Seminário de Chapecó, do qual saíram algumas recomendações, dentre as quais destacamos uma que

⁹ A Agricultura Convencional é considerada como resultado da ‘Segunda Revolução Agrícola’, que consolidou o padrão produtivo ‘Químico, Motomecânico e Genético’. Este padrão intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial, culminando, na década de 1970, com a chamada ‘Revolução Verde’ (Ehlers, 1999, p.45).

¹⁰ No capítulo 2, será esclarecido o conceito de Agricultura Alternativa.

nos parece importante, tamanha a sua ligação com a nossa pesquisa: *“Diante do atual modelo de desenvolvimento embasado na disputa e competitividade, concentrador dos meios de produção, da renda e do poder e suas nefastas conseqüências à sociedade e ao meio ambiente, evidencia-se a urgente necessidade de fortalecer iniciativas como a Agroecologia, para um Novo Projeto de Desenvolvimento”*¹¹.

Todos os estilos de agricultura alternativa parecem preocupar-se mais com a questão ambiental e técnica. Porém, quando se pensa em Agricultura Sustentável, é preciso mais do que técnicas limpas e parece que para o seu alcance o enfoque agroecológico é mais adequado, pois,

“a Agroecologia visa não somente à produção, mas também ao uso adequado dos recursos naturais, à valorização da cultura e sabedoria popular, à relação solidária entre produtores e consumidores (...). É uma garantia de melhor qualidade de vida para agricultores e moradores de centros urbanos (...). É um modo de fazer agricultura (...). Um movimento que envolve pessoas e não mão-de-obra, garantindo a sobrevivência e o bem estar do agricultor, onde não haja explorados e exploradores (...).” (Cartilha do Centro Vianei. Citado no Caderno 10, Terra Solidária: CUT, 2001).

Vale o registro de que a agricultura convencional, alavancada pelos pacotes tecnológicos, os quais impuseram ao agricultor a “necessidade” de consumir os insumos necessários à produção, provocou um significativo esvaziamento da cultura do fazer agricultura. Não era mais da sua alçada nem de sua responsabilidade a procura, a observação e a conquista de novas “técnicas” e formas de produzir; essa tarefa foi retirada do campo e instalada nos centros de pesquisa, muitos deles vinculados diretamente às empresas fornecedoras dos insumos necessários ao agricultor. Desta forma, o fazer agricultura passou a significar muito mais uma aplicação obediente dos pacotes prescritos, em detrimento da sabedoria acumulada durante séculos de

¹¹ Trecho extraído da “Carta de Chapecó”, redigido de forma participativa no II Seminário Estadual de Agroecologia realizado em Chapecó-SC, em agosto de 2001.

observação e interação com o meio, transmitida de geração para geração. É nesta perspectiva que podemos entender, segundo Silveira e Balem (2002), a agricultura convencional como provocadora de erosão da Cultura do Agro. A Agroecologia contribuiria para o resgate de saberes e conhecimentos válidos.

Os mesmos autores argumentam que “resgatar a agricultura como a cultura do Agro e retomar o agricultor como agente do processo de geração de conhecimento significa dar um sentido radical a Agroecologia como superação de um modelo de desenvolvimento”. Consideram, ainda, a Agroecologia como “parte de um outro modelo de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento sustentável, configurando-se numa mudança ideológica, onde valoriza-se o social antes do capital, preconizando a equidade e o bem estar coletivo, assim como a preservação e reconstituição de recursos naturais”. Sustentam, da mesma forma que o Centro Vianei de Educação Popular, que praticar a Agroecologia não é simplesmente mudar técnicas de produção de alimentos, mas sim a forma de viver e de interagir com o meio (Silveira e Balem, 2002).

Embora não exista atualmente um conceito inequívoco de Agroecologia, no presente estudo ela é assumida como ciência ou “campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar que pretende contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional de longo prazo” (Caporal e Costabeber, 2002). No capítulo 2 novas referências ao enfoque agroecológico, como modelo diretivo para uma agricultura sustentável, serão realizadas como forma justificar essa opção conceitual.

Cabe ressaltar que são várias as iniciativas, individuais ou institucionais, que estão contribuindo com a construção deste modelo, o de agricultura e desenvolvimento rural sustentável. Atualmente, tais iniciativas são percebidas, em maior ou menor medida, tanto em centros de pesquisa e de extensão rural públicos (EMATER-RS, EPAGRI-SC, EMBRAPA, etc.) ou privados, como em universidades, escolas agrícolas e agrotécnicas, cooperativas, ONGs, igrejas e sindicatos, entre outras entidades.

Mediante as considerações e inquietações supracitadas, na seqüência serão esclarecidos os objetivos, a metodologia e também a estrutura do trabalho.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Compreender o processo de transição da agricultura “convencional” para a agricultura de base ecológica que vem sendo experimentado por agricultores na região Alto Uruguai Catarinense e Alto Uruguai Gaúcho.

1.3.2 Objetivos específicos

- Reconstruir historicamente o processo de desenvolvimento agrícola e econômico da região, visando conhecer o contexto dos agricultores na época do início do processo de transição da agricultura convencional para a agricultura ecológica;
- Conhecer o processo de formação dos grupos de produção ecológica, identificando as motivações e/ou necessidades que os impulsionaram;
- Identificar as estratégias utilizadas por um dos agentes de desenvolvimento e assessoria técnica (CAPA) para viabilizar a agricultura ecológica;
- Conhecer a situação atual na perspectiva dos agricultores ecológicos, bem como as suas expectativas em relação ao futuro;
- Contribuir para a reflexão acerca da prática da agricultura ecológica e seu reflexo no modo de vida dos agricultores envolvidos;

- Apontar alguns desafios que deveriam ser considerados nas políticas públicas para o setor.

1.4 Metodologia

A escolha do local de pesquisa, a área de investigação empírica, ocorreu após contatos preliminares, via telefone, com várias associações de produtores ecologistas, Secretarias Municipais de Agricultura da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina), EMATER-RS e EPAGRI-SC. Para que houvesse um contato mais próximo com a realidade em estudo, foram realizadas visitas em algumas feiras livres de produtores ecológicos na região da AMESC, em Torres e no Extremo Oeste Catarinense, sendo que nesta última região tivemos a oportunidade de conhecer melhor a "Associação de Pequenos Agricultores de 25 de julho de Passo do Uvá", localizada na comunidade de Passo do Uvá, pertencente ao município de Itá-SC.

O interesse em pesquisar tal associação na ocorreu após conhecermos alguns de seus sócios, os quais se engajaram no processo de construção de um novo estilo de agricultura ainda no início da década de 1990. Despertou nossa atenção a forma como estes agricultores identificavam-se com seu trabalho, bem como as suas atitudes junto aos consumidores no momento da venda realizada sob forma de feira. Foi através desta associação que tivemos acesso ao Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA¹², entidade prestadora de assessoria ao grupo, que recebeu bem a idéia do nosso trabalho e deu todo o apoio possível para a sua realização. Além disso, contribuiu e

¹² Será informado no decorrer desta pesquisa a função, os objetivos e a linha de trabalho do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor). Sendo esta um campo de trabalho da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) e que por vezes a sociedade a caracteriza como sendo uma ONG.

incentivou para a inclusão de outras duas associações situadas em diferentes municípios da região.

No conjunto, então, foram objeto desta pesquisa três associações de agricultores do Alto Uruguai Catarinense e Alto Uruguai Gaúcho, vizinhas à Usina Hidroelétrica de Itá: a “Associação de Pequenos Agricultores de 25 de Julho de Passo do Uv”, com 10 famílias e aproximadamente 35 pessoas, situada no município de It-SC; a “Associação dos Pequenos Agricultores de Rancho Grande (APARG)”, possuindo 13 famílias envolvendo em torno de 48 pessoas, situado em Concórdia-SC; e a “Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos” (AAFA), com 5 famílias e envolvendo 30 pessoas, localizada em Barra do Rio Azul- RS. Todas estas associações estão deixando de produzir de forma convencional para produzir de forma ecológica, e para isso vêm recebendo, sistematicamente, assessoria técnica e organizacional do CAPA.

Cabe esclarecer que a decisão de pesquisar associações apoiadas pelo CAPA deve-se, principalmente, ao fato de que esses grupos ainda não haviam sido objeto de outros estudos e, vale destacar, a empatia e o apoio recebido. A escolha de três associações foi motivada também pelas vantagens trazidas pela possibilidade de ampliar o leque de informações e suas particularidades.

Para alcançar os objetivos propostos, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

Na primeira fase foi efetuado um levantamento bibliográfico referente ao tema proposto e o local onde residem os agricultores e suas associações.

A segunda fase constituiu no trabalho de campo, objetivando a coleta de informações junto às famílias dos agricultores das associações e os técnicos do CAPA/Erechim que prestam assessoria às associações pesquisadas. As entrevistas com os agricultores foram realizadas em janeiro e fevereiro de 2002, enquanto as entrevistas com os técnicos do CAPA foram realizadas em março de 2002. Todas as famílias dos agricultores das associações foram entrevistadas, totalizando 28 famílias e envolvendo em torno de 113 pessoas.

Em contatos prévio com os técnicos do CAPA, ficou acordado que seria realizada uma reunião com os associados¹³ para que pudéssemos agendar as entrevistas. Tais reuniões aconteceram de modo bastante informal, na comunidade de cada associação, o que fez com que os agricultores se sentissem à vontade.

Posteriormente, todas as entrevistas foram realizadas na propriedade do(a) associado(a) juntamente com a sua família, para que pudessem ficar menos inibidos e se sentissem mais valorizados. Foram utilizados um roteiro e um gravador com o objetivo de dar uma seqüência na entrevista e não ter que ficar anotando dados, pois poderia prejudicar a entrevista. Observou-se que, após guardar-se o gravador, as pessoas ficavam mais à vontade para falar sobre suas experiências e expectativas. Apesar de termos utilizado um roteiro para a realização das entrevistas, tivemos o cuidado de deixar os agricultores utilizarem o tempo que fosse necessário para elaborar suas respostas e contar suas "histórias".

O roteiro utilizado para as entrevistas com os agricultores versou sobre a transição do "convencional" para o "agroecológico", objetivando conhecer a origem e as razões do processo de transição, as expectativas com relação ao ecológico, que entidades influenciaram para que houvesse as mudanças, além de procurar esclarecer os motivos, as razões, as vantagens e desvantagens de se organizarem coletivamente. As entrevistas com os 03 técnicos/ assessores, previamente agendadas, foram realizadas individualmente na sede do CAPA em Erechim-RS e aqui também foi utilizado roteiro e gravador. O tempo para a coleta de informações ficou livre, cabendo a cada entrevistado decidir quando era hora de parar ou quando o tema em questão já estivesse esgotado. Dados os objetivos da pesquisa, o roteiro para a realização das entrevistas, tanto com os agricultores como com os técnicos, foi adaptado fundamentalmente do trabalho de Costabeber (1998) e se encontra nos Anexos I e II.

¹³ Cada reunião que antecedeu o agendamento das entrevistas teve a participação do técnico do CAPA que assessora àquela associação e todas elas foram realizadas em dias diferentes, em local e horário mais adequado à realidade dos agricultores.

1.5 Estrutura do trabalho

Na seqüência será apresentada a estrutura adotada na realização do presente trabalho com a finalidade de facilitar ao leitor melhor compreensão, através de uma seqüência lógica das informações, discussões e idéias trabalhadas.

O capítulo inicial apresenta uma introdução geral à pesquisa realizada, a construção, justificativa e características do objeto de estudo; a contextualização teórica; apresenta o problema; as questões motivadoras; o objetivo geral e os específicos que guiaram o estudo, bem como a metodologia e a estruturação do trabalho.

O segundo capítulo trata de temas relacionados com a agricultura no Brasil, fazendo uma rápida retrospectiva histórica. Trabalha o referencial teórico abordando os principais problemas ligados a agricultura convencional e o surgimento das alternativas, especialmente após 1970. Aborda ainda temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e Agroecologia, focalizando os aspectos ligados ao processo de transição, onde os agricultores deixam gradualmente o modelo convencional com destino ao agroecológico. Contempla ainda o trabalho do CAPA, uma ONG que assessora os agricultores sujeitos deste estudo.

O terceiro capítulo versa sobre a região onde estão as associações, sobre a sua colonização e formação econômica. Contempla o histórico das associações pesquisadas, o processo de formação dos grupos bem como o interesse por agriculturas de base ecológica.

O quarto capítulo apresenta as categorias de análise: do convencional para o agroecológico, ou seja, o entendimento desta transição na perspectiva dos agricultores; o futuro e a perspectiva dos agricultores das associações; a prática agroecológica como um modo de viver; e, por fim, as estratégias utilizadas pelo CAPA/Erechim. Finalmente, evidencia as considerações finais e menciona algumas recomendações.

2 DA INSUSTENTABILIDADE À SUSTENTABILIDADE

2.1 O caminho da insustentabilidade

O Brasil foi uma colônia oficial do governo português, ficando por três séculos sob a influência dominante dos interesses do capitalismo mercantil. A ocupação das terras pelos portugueses deu-se pelo processo de colonização por exploração, tendo como preocupação central a exploração das riquezas da terra e a sua remessa aos mercados europeus. A sociedade não se organizou; foi organizada em função das necessidades, dos interesses e das ações de grupos de pessoas de outros países que promoveram a nossa colonização. Como resultado, a economia não se estruturou em direção ao atendimento das necessidades básicas da sociedade local em formação, mas prioritariamente em função do exterior (Brum, 1999).

A grande propriedade, baseada no trabalho escravo, combinando a produção para o autoconsumo com uma monoprodução para o mercado externo, constitui o elemento mais significativo da herança que o Brasil de hoje recebeu de seu passado colonial (Szmrecsányi & Queda, 1979). Vale destacar, segundo Graziano da Silva, que a produção realizada na grande propriedade incluía ainda aquela destinada aos bens intermediários e meios de produção, formando o complexo rural¹⁴.

Para Brum (1999), além da orientação para o mercado externo, a terra na mão de poucos foi outra característica importante herdada do período colonial e sempre foi fator de dominação, de exploração e também de exclusão. O

¹⁴ A dinâmica do complexo rural era muito simples, como explica Graziano da Silva (1998), caracterizando-se por uma incipiente divisão do trabalho. As fazendas, para produzir um determinado produto, tinham que produzir todos os bens intermediários e os meios de produção necessários, e ainda assegurar a reprodução da própria força de trabalho ocupada nas atividades. O complexo rural internalizava nas fazendas um "departamento" de produção de meios de produção (insumos, máquinas e equipamentos), mas "um D1 assentado em bases artesanais" (entende-se por D1 um setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos ou indústrias fornecedoras de bens para a agricultura) com o ferreiro, o carpinteiro, o pedreiro, o mecânico, o domador de animais, o seleiro, etc.

latifúndio imperou absoluto –intocado e intocável– concentrando o poder econômico e controlando o poder político em benefício da reduzida e poderosa classe senhoril.

No século XIX o complexo rural começa a sofrer os primeiros abalos. Em primeiro lugar, em função da crise do trabalho escravo e a necessidade de reorganização com a adoção de diferentes regimes de trabalho livre, tais como o colonato, morador de condição, parceria e outras (Graziano da Silva, 1998). Também exerceram influência a imigração e colonização com europeus não portugueses, a instituição da Lei de Terras, o mercado internacional, dentre outros.

O ingresso de imigrantes europeus, a partir de 1822, especialmente no período que vai de 1875 até as primeiras décadas do século XX, provocou mudanças significativas no perfil da economia e da sociedade brasileira. Nos estados do Sul, como pequenos proprietários rurais autônomos, fundaram numerosos núcleos coloniais e desenvolveram uma policultura bastante variada, que incluía a criação de animais domésticos – uma economia voltada à subsistência da família, com a produção de excedentes para o mercado interno. Nos núcleos coloniais surgiram também as agroindústrias e instalaram-se oficinas e fábricas (Brum, 1999).

Até 1930, apesar de haver uma certa industrialização, o dinamismo do processo de acumulação de capital foi dominado pelo ramo agroexportador. Os produtos alimentares e outros, destinados ao mercado interno, foram produzidos secundariamente.

Assim, pode-se afirmar que:

As políticas adotadas no início do século XX, especialmente nas três primeiras décadas, visavam garantir renda ao setor exportador, sofrendo o setor políticas de estímulos e desestímulos de acordo com a conjuntura, tendo como resultado a diversificação agrícola e a industrialização (Moreira, 1999, p.14).

Foi em especial após 1930 que a acumulação de capital é deslocada para a indústria. A crise de preços dos produtos agrícolas, decorrente da crise internacional de 1929 e da depressão subsequente, provocou uma reorientação das atividades produtivas do país, além de romper com o complexo rural, empurrando a grande propriedade para o mercado. O crescimento da agricultura torna-se crescentemente dependente do padrão de acumulação industrial.

As forças políticas brasileiras que assumiram o poder em 1930 revelaram certa sensibilidade em relação ao momento histórico, pois acreditavam que, juntamente com uma agricultura forte, seria fundamental a implantação e expansão de um parque industrial próprio, a exemplo (e imposição) das nações européias e dos EUA. Nesta época, teve início a transição de uma sociedade patriarcal-latifundiário-agrário-exportadora para uma sociedade urbano-industrial, como bem mostra Brum (1999, p.197).

Neste período a nova orientação econômica comportava a redução da dependência externa, com a adoção do modelo de desenvolvimento conhecido como "substituição de importações"; um melhor aproveitamento dos recursos naturais e das matérias-primas nacionais; diversificação da agricultura, reorientando-a para o comércio interno; estímulo à indústria e sua modernização, destacando-se a implantação da indústria básica, em especial, da siderurgia (ferro e aço); atenção ao precário sistema de transportes; dentre outras. Além destas, o período foi marcado por um acentuado apelo ao civismo e patriotismo para enfrentar os problemas econômicos. Tudo isso fortemente inspirado na ideologia nacionalista, como explica Brum (1999, p. 210).

Implantada a infra-estrutura básica para o processo de industrialização, uma nova fase inaugura-se nas décadas de 1950 e 1960 com a internalização das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, de bens de produção e de capital, incluindo o ramo específico destinado à produção de insumos e

bens de produção (D1) para a agricultura, que constitui a base para o processo de modernização da agricultura¹⁵.

O processo de modernização, ao mesmo tempo em que implica a mercantilização intra-setorial da agricultura, promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo o mercado para as indústrias de bens de capital e insumos para a agricultura (Graziano da Silva, 1998, p.20).

Segundo Moreira, houve um forte estímulo público à modernização agrícola, que começou com subsídios ao uso de máquinas agrícolas durante a década de 1950 e foi ampliado pela inclusão de subsídios ao uso de fertilizantes e defensivos agrícolas durante a década de 1960. O crédito agrícola subsidiado foi um dos instrumentos básicos desta modernização, pois foi um dos meios utilizados pelo poder público, talvez o mais importante, para impor o pacote tecnológico ao agricultor e de convencê-lo a substituir a forma de produção, estabelecendo uma dependência do agricultor em relação ao uso do crédito para produzir segundo os preceitos da modernização. Entretanto, ao nível da oferta agrícola, as políticas foram mais benéficas às regiões industrializadas e aos produtos agrícolas para exportação e matérias primas para indústria (Moreira, 1998, p.20). Da mesma forma, tais políticas privilegiaram a agricultura patronal em detrimento da familiar.

Além de instituir um programa de crédito rural, o governo lançou mão de outros instrumentos, abrangendo a pesquisa, a extensão rural e a formação profissional (educação de nível técnico e superior), para disseminar o pacote tecnológico da Revolução Verde.

O processo de modernização da agricultura, através da introdução de tecnologias poupadoras de trabalho, aliado a crise da economia agrário-

¹⁵ A modernização agrícola consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial (Graziano da Silva, 1999).

exportadora, liberaram contingentes consideráveis da força de trabalho rural para o setor urbano-industrial.

Foi o avanço do capital que moveu o processo de modernização da agricultura e o processo de constituição/diferenciação das classes sociais no campo. Como aponta Moreira (1999), esse processo englobou um conjunto de transformações, quais sejam: a manutenção do elevado padrão de concentração da propriedade da terra; a expansão das áreas de pastagens; o estímulo ao desenvolvimento de novas culturas altamente tecnificáveis; a aceleração do processo de expulsão dos trabalhadores permanentes; o aumento do contingente de assalariados temporários; a aceleração do processo de subordinação da pequena produção ao capital em suas diversas formas.

O processo de modernização agrícola passou por três momentos decisivos: o da constituição dos CAIs¹⁶, o da industrialização da agricultura¹⁷ e, o mais recente, da integração de capitais¹⁸ intersetoriais sob o comando do capital financeiro.

Há que se destacar que o processo de modernização da agricultura brasileira não é um fato isolado na história. Uma série de descobertas científicas e tecnológicas, como os fertilizantes químicos, os motores de combustão interna, o melhoramento genético das plantas, ocorridos no final do século XIX e no início do século XX, foram decisivos para promover as

¹⁶ Nas palavras de Graziano da Silva (1998, p. 31), "A constituição dos CAIs pode ser localizada na década de 1970, a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras, integração que só se torna possível a partir da internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura (...). O ponto fundamental que qualifica a existência de um complexo é o elevado grau das relações interindustriais dos ramos ou setores que o compõem."

¹⁷ "A industrialização da agricultura não se resume à utilização de insumos industriais na produção agrícola, é um momento específico do processo de modernização, ou seja, é um momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que só pode ser feito após a implantação do D1 para a agricultura no país." (Graziano da Silva, 1998, p. 32)

¹⁸ Esse processo acontece quando o padrão de financiamento, o crédito rural que é um crédito específico destinado a desencadear e sustentar a modernização da agricultura, é rompido e inserido num sistema financeiro geral (Graziano da Silva, 1998, p.35).

alterações no modo de fazer agricultura. Aconteceu aí o que ficou conhecido como a “Segunda Revolução Agrícola” que, segundo Ehlers (1999), consolidou o padrão produtivo químico, motomecânico e genético. Esse padrão, o da Revolução Verde, posteriormente denominado de Agricultura Convencional intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial. Nas décadas de 1960 e 1970, a Revolução Verde espalhou-se por vários países, inclusive no Brasil aumentando de um lado, a produtividade, e, de outro, os problemas ambientais e sociais.

Destaca-se ainda que o processo de modernização da agricultura no Brasil favoreceu as propriedades patronais, exercendo papel, ao lado de outras políticas, na concentração da posse de terras e de riquezas, agravando as disparidades sociais. Ao mesmo tempo, foi realizada de forma desigual entre as regiões, intensificando as disparidades regionais. Como consequência desse processo é que podem ser explicadas as intensas migrações do campo para os centros urbanos e das regiões menos para as mais industrializadas.

Vale sublinhar ainda que a agricultura familiar, apesar de ter sido tradicionalmente excluída das políticas públicas até a década de 1990, produzia e ainda produz grande parte dos alimentos destinados ao abastecimento interno, como pode ser verificado nos dados do Censo Agropecuário 1995/96 e nos anteriores. Somente a partir da década de 1990, mais precisamente a partir de 1995, é que a agricultura familiar é oficialmente considerada e reconhecida quando da elaboração de políticas públicas destinadas ao meio rural, com a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. É necessário registrar, para ser justo com a história, que o PRONAF é fruto da organização e da luta dos agricultores familiares, que levantaram a bandeira de um programa de crédito específico no I e no II Grito da Terra Brasil (Santos, *internet*, 2003).

Apesar do reconhecimento da agricultura familiar com a instituição do PRONAF, não há como deixar de perceber a falta de recursos para o programa ou a seletividade para a concessão do crédito e as taxas de juro inicialmente praticadas, proibitivas para a realidade do agricultor familiar, frente a abertura à

concorrência internacional também em marcha naqueles anos. Apenas mais recentemente, e como fruto da continuidade da luta dos agricultores familiares houve uma redução significativa nas taxas de juros e um aumento no volume de dinheiro destinado ao programa. Entretanto, ainda continua seletivo. (Carneiro, 1997; Santos, *internet*, 2003; Altmann, 2002).

Na década de 1980, a crise econômica e o agravamento do desequilíbrio do setor público acabaram com os mecanismos que asseguraram a implantação do modelo convencional. As propriedades patronais foram as mais afetadas, mesmo porque foram estas as mais privilegiadas anteriormente. Entretanto, não houve uma redução significativa nos índices de produção e produtividade, se comparados com os da década anterior. Além disso, a redução dos incentivos também contribuiu para o crescente interesse por práticas consideradas alternativas e de custo baixo, tais como: conservação dos solos, plantio direto, controle biológico de pragas, fixação biológica de nitrogênio e outras (Ehlers, 1999, p.45).

Além dos problemas já apontados no plano econômico e social, o encarecimento da utilização de insumos e a queda dos preços recebidos pelos agricultores foram fatores que, junto com o encarecimento do crédito, limitaram seriamente uma parcela significativa de agricultores, em alguns casos provocando a falência das unidades produtivas.

No plano social e cultural, um aspecto muitas vezes esquecido nas análises sobre a modernização, e que merece destaque, é o processo de alienação imposto ao agricultor, a "erosão social", à medida que o saber acumulado ao longo de várias gerações foi abruptamente desautorizado e substituído por um outro, produzido em locais distantes, em laboratórios, e trazido ao agricultor sob a forma de verdades e receitas infalíveis. Muitas vezes, a opção pelo novo saber dependia menos da decisão do agricultor em adotá-lo, mas da possibilidade de obtenção do crédito, da venda de seu produto (para as companhias oficiais ou empresas que adotaram o sistema de integração), entre outras. Esta substituição do saber estabeleceu uma dependência do agricultor em relação a um saber alheio, mas um saber que

representava um modelo de agricultura que a subjugou aos interesses do capital industrial e financeiro. Enfim, o agricultor não mais conhecia, ou melhor, conhece de sua atividade, as suas observações pouco valem diante daquelas feitas pelos técnicos que, vez por outra, aparecem na propriedade e recomendam produtos e dosagens para os males que enfrenta. Também é preciso destacar que a modernização da agricultura foi um sério promotor de desintegração do tecido social e cultural de muitas comunidades rurais, ao promover o êxodo, o individualismo, a competição, a monetarização de todas as atividades, o consumismo, entre outras, enfim, acabou por promover a erosão do capital social¹⁹.

No plano ecológico, destacam-se os problemas relacionados à dilapidação das florestas tropicais e da biodiversidade, à erosão e degradação dos solos agrícolas, à poluição e esgotamento de recursos naturais não-renováveis (Almeida, 1997, p.45).

Entretanto, é na eficiência energética que o modelo convencional de agricultura mais apresenta suas fraquezas. A partir da década de 1970, sua elevada demanda por recursos naturais e energéticos passou a chamar mais a atenção de ambientalistas e pesquisadores, cujos desdobramentos resultaram no resgate histórico da Agricultura Alternativa e suas modalidades.

Foi neste contexto que surgiram vários movimentos sociais, com a participação de pesquisadores, de entidades públicas e privadas, de igrejas, de ONGs e outros, em defesa do meio ambiente e da humanidade, fortalecendo, assim, as ditas agriculturas alternativas.

No limiar do novo século surgem propostas alternativas ao modelo de agricultura convencional. Uma das propostas, que se coloca como sucessora às técnicas impostas pela agricultura moderna, é a da biotecnologia, especialmente da transgenia, que aposta no avanço da ciência, ainda voltada ao modelo mecanicista, para superação das barreiras biológicas impostas à produção agrícola. Almeida (2001) comenta que os defensores das

¹⁹ sobre capital social, ver item 2.2.3 desta dissertação em acordo com Biachini (2000)

biotecnologias e organismos geneticamente modificados, transgênicos, a consideram como sendo uma opção para o alcance de recordes de produção e de produtividade, evitando-se ainda maior pressão sobre os recursos naturais e o meio ambiente, constituindo-se em uma via para a "sustentabilidade agrícola". Entretanto, Almeida salienta que a generalização do uso de transgênicos favorecerá as monoculturas e a permanência ou agravamento dos problemas ambientais e sociais, que é realidade hoje em função do modelo moderno de agricultura ditado pelo capitalismo. É por isso que se deve tomar cuidado com afirmações que defendem o uso dos transgênicos como proposta compatibilizadora com o ideal de sustentabilidade agrícola (Almeida, 2001).

Será esclarecido na seqüência assunto referente à sustentabilidade proposta pelos movimentos críticos à Agricultura Convencional, sendo inicialmente denominados de "movimentos rebeldes".

2.2 A construção do paradigma da sustentabilidade

2.2.1 Movimentos alternativos e desenvolvimento sustentável

Os problemas ambientais não constituem uma consequência lógica e inevitável das atividades agrícolas; eles decorrem, sim, de uma maneira imprópria de conceber e fazer agricultura (Almeida *et al*, 2001).

A agricultura moderna ou convencional é considerada insustentável, uma vez que ela não poderá continuar a produzir alimentos suficientes para a população mundial no longo prazo, porque deteriora as condições que a torna possível. A insustentabilidade deste modelo agrícola amplamente difundido, como foi visto há poucas linhas, tem motivado muitas discussões no mundo inteiro em busca de um modelo alternativo. Discussões estas que remetem à sociedade o desafio de buscar uma outra forma de fazer agricultura (que leve em consideração, principalmente, a questão ambiental) ou a um outro modo de

conceber e de fazer agricultura (em que além da questão ambiental, discute-se também a equidade social, a questão econômica, política e cultural).

Segundo Almeida *et al* (2001), a necessidade de superação dessa crise impõe o desafio de promover uma agricultura produtiva, socialmente não excludente e, ao mesmo tempo, que seja dotada de bases tecnológicas e práticas culturais que assegurem a reprodução da capacidade produtiva e preservem a integridade dos ambientes nos níveis local, regional e nacional. O enfoque agroecológico²⁰ para o desenvolvimento rural propõe uma resposta adequada a esse desafio, como evidenciam múltiplas experiências atualmente em curso em diversos países, inclusive no Brasil (Arl, 2002).

O conceito de desenvolvimento sustentável, embora ainda em construção, consiste em potencializar esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a *"satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades"*, e não simplesmente o de crescimento econômico indiscriminado (Guzmán, 1998).

De forma muito simples e abrangente, Gliessman nos oferece uma pista valiosa para o entendimento da complexidade envolvida na questão. Para ele, *"a sustentabilidade é uma versão do conceito de produção sustentável – a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema (...), como a perpetuidade não pode ser demonstrada no presente, a prova da sustentabilidade permanece sempre no futuro"*. Assim, Gliessman sugere que, ao invés de buscar saber se uma prática é ou não sustentável, é mais fácil e possível demonstrar que uma prática está se afastando da sustentabilidade. Baseado em conhecimentos atualmente disponíveis, sugere que uma agricultura sustentável teria efeitos negativos mínimos no meio ambiente; preservaria e recomporia a fertilidade; preveniria a erosão e manteria a saúde ecológica do solo; usaria a água de maneira que permitisse a recarga dos depósitos aquíferos e satisfizesse as necessidades hídricas do ambiente e das

²⁰ Ver Gliessman, 2001; Altieri, 2002; Arl, 2002, entre outros.

peças; dependeria, principalmente, de recursos de dentro do agroecossistema, incluindo comunidades próximas; trabalharia para valorizar e conservar a biodiversidade; e garantiria igualdade de acessos a práticas, conhecimento e tecnologia agrícola adequados e possibilitaria o controle local dos recursos agrícolas (Gliessman, 2001, p.53).

A gênese teórica do desenvolvimento sustentável encontra-se em 1972, em Estocolmo, quando na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, ficaram estabelecidos vinte e seis princípios orientadores da relação Homem-Natureza. Desde então, muitos trabalhos, relatórios e conferências têm acontecido com o objetivo de aprofundar a discussão das relações entre o homem e a natureza²¹.

Paralelo à modernização da agricultura e às discussões sobre o meio ambiente, ocorreram muitos movimentos de resistência, que deu origem aos "movimentos rebeldes"²². Ehlers (1999) salienta que esses movimentos podem ser agrupados em cinco grandes vertentes, três na Europa, uma no Japão e uma nos Estados Unidos. A agricultura biodinâmica, iniciada por Rudolf Steiner em 1924 na Alemanha; a agricultura orgânica, cujos princípios foram estabelecidos entre os anos 1925 e 1930, pelo pesquisador inglês Sir Albert Howard e difundidos, a partir da década de 1940, por Jerome Irving Rodale nos EUA; a agricultura biológica, inspirada nas idéias do suíço Hans Peter Muller e, mais tarde, difundida na França por Claude Aubert. A agricultura natural surgiu no Japão, a partir de 1935, e baseava-se nas idéias de Mokiti Okada. A agricultura ecológica surgiu nos Estados Unidos, na década de 1970, estimulada pelo movimento ecológico e influenciada pelos trabalhos de Rachel Carson, Albrecht, Hill e Schumacher. Existem ainda muitas outras

²¹ Sobre os precursores deste movimento, ver Almeida e Navarro, 1998, p.42; Souza, 2000 dentre outros.

²² Sobre as raízes dos "Movimentos Rebeldes", ver Ehlers, 1999, p.48.

denominações, as quais, entretanto, podem ser consideradas variações destas cinco vertentes supracitadas²³.

Da década de 1950 a de 1970, o conjunto dessas vertentes foi sufocado dada a euforia, o encantamento, com o modelo da agricultura convencional, fruto da Revolução Verde. A Conferência de Estocolmo funcionou como um estopim, que ascendeu o movimento em nível mundial, propondo um modo de fazer agricultura diferente, com base em outros princípios e valores aos então praticados, razão pela qual o movimento ficara conhecido, naquela época, como "Agricultura Alternativa"²⁴.

Entretanto, pode-se considerar que foi a partir de 1960, quando tomaram vulto os problemas energéticos e econômicos, além dos danos ao meio ambiente, causados pela agricultura convencional, que ressurgiram as discussões acerca da necessidade de uma outra postura com relação ao modo de fazer agricultura. O ponto de partida para a retomada das discussões, segundo Ehlers (1999), foi a publicação de "Primavera Silenciosa" em 1962, da bióloga marinha Rachel Carson, pois,

Primavera Silenciosa conseguiu sensibilizar a opinião pública americana e mundial sobre os efeitos dos praguicidas no ambiente. Carson acusava a indústria de defensivos químicos de cometer abusos contra a natureza, numa sociedade carente de conhecimentos sobre as conseqüências desses ultrajes ambientais.²⁵

Além de apontar os impactos ambientais provocados pelos agrotóxicos, Carson questionava o modelo agrícola convencional e sua crescente dependência do petróleo como matriz energética.

²³ Ainda sobre as várias vertentes desses movimentos e suas particularidades, ver Costabeber (1998, pp.139 e ss.)

²⁴ Segundo Merrill (citado por Ehlers, 1999), a eco-agricultura ficou sem expressão entre os anos 50 e 70, em função do encantamento pela agricultura convencional, momento de maior incentivo aos pacotes tecnológicos.

²⁵ Segundo Pascoal *apud* Ehlers (1999, p.66).

Outra preciosa contribuição foi a proposta de um modelo de vida compatível com as verdadeiras necessidades do homem, sugerido por Ernest Frederick Schumacher, em que o desenvolvimento tecnológico deveria buscar novos métodos de produção e novos padrões de consumo que impedissem a autodestruição. O referido autor introduziu o conceito de “tecnologias apropriadas”, além de criticar a simples transposição dos princípios que regem a produção industrial para a produção agrícola²⁶.

É neste contexto que toma corpo a agricultura alternativa, sendo que a sua proposição e defesa se deu em diversas partes do mundo, sempre como oposição ao modelo convencional, imposto pelo capitalismo.

Segundo Bonilla (1992, p.24), foi no Seminário de Pesquisa em Agricultura Alternativa, realizado em Londrina em 1984, que a agricultura alternativa recebeu a seguinte definição:

O conjunto de técnicas, processos e sistemas que busquem mobilizar harmonicamente todos os recursos disponíveis na unidade de produção e que reciclem os nutrientes e maximizem o uso de insumos orgânicos nela gerados, que reduzam o impacto ambiental e a poluição, que controlem a erosão, que usem máquinas que humanizem o trabalho e sejam compatíveis com a realidade onde vão operar, e aumentem a produtividade da mão-de-obra, da terra e do capital, que minimizem a dependência externa da tecnologia e matérias-primas, que busquem a otimização do balanço energético da produção e que produzam alimentos baratos e de alta qualidade biológica, em escala para suprir as necessidades internas e gerar excedentes exportáveis.

Foram considerados princípios básicos da agricultura alternativa: o entendimento holístico da agricultura; o processo de pesquisa inter e multidisciplinar e elaborado com a participação dos agricultores; a observância das relações de equilíbrio e harmonia Homem-Natureza; o solo compreendido

²⁶ Schumacher é o autor do livro “O negócio é ser pequeno”. Quando fala em “tecnologias apropriadas” sugere que *tecnologia* não é sinônimo de *bem estar social*. Para maiores esclarecimentos, ver Bonilla (1992, p. 20) e Ehlers (1999, p.68).

como um organismo vivo e dinâmico; a nutrição do solo enquanto organismo vivo e não a nutrição da planta; a agricultura auto-sustentável. Em todas as vertentes alternativas há um objetivo em comum, o de desenvolver uma agricultura ecologicamente equilibrada, socialmente justa e economicamente viável.

A partir de 1980 houve um maior investimento e dedicação dos pesquisadores aos estudos em agricultura alternativa em nível mundial. As orientações para o desenvolvimento destes estudos pautaram-se pelas importantes contribuições dos sistemas tradicionais de cultivo praticados nos países em desenvolvimento, cujo processo de produção agrícola ainda não havia sido tomado, nas mesmas proporções que nos países desenvolvidos, pelo modelo implantado com a Revolução Verde. Constituíam, assim, exemplos importantes de manejo de agroecossistemas, ecologicamente fundamentados.

O mesmo processo se estabeleceu no Brasil. O aumento das pesquisas em agricultura alternativa e o maior interesse da opinião pública fizeram com que o movimento alternativo também se intensificasse no Brasil. No meio acadêmico, o questionamento sobre os impactos ambientais da agricultura moderna partiu, quase simultaneamente, de alguns pesquisadores atuando em diferentes locais. Dentre eles podem ser destacados Adilson Pascoal, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ); Ana Maria Primavesi, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Luis Carlos Pinheiro Machado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e José Lutzemberger, um dos primeiros "ativistas ambientais" no Brasil.

2.2.2 Agricultura ecológica e Agroecologia

A agricultura ecológica teve sua origem em duas ciências, a Agronomia e a Ecologia. Ao longo do século XX ocorreram aproximações e afastamentos desses dois campos científicos. A partir de 1950, com o amadurecimento do conceito de ecossistema, o interesse pela ecologia foi novamente incorporado na pauta de interesses pelos pesquisadores. Na década de 1970, muitos ecologistas passaram a valorizar mais os sistemas agrícolas como áreas legítimas de estudo e um maior número de agrônomos percebeu o valor da perspectiva ecológica para a produção agrícola (Gliessman, 2001).

Como desdobramento do aprofundamento das discussões e dos estudos em estilos de agricultura de base ecológica, bem como da intensificação dos movimentos sociais de cunho ecológico, incluindo o dos próprios agricultores, surgiu a Agroecologia para dar suporte a tais estilos de agricultura, que embora seja uma ciência (Gliessman, 2001), tem suas especificidades, pois, é considerada uma bandeira de luta por outros, representando um modo de vida e um modo de fazer agricultura (Balem & Silveira, 2002; Biodiversidade & Agroecologia, 2001; Centro Vianei de Educação Popular-Editorial).

A Agroecologia tem como característica marcante a busca de fundamentação científica para as propostas técnicas e o firme propósito de valorizar os aspectos sociais e culturais da produção agrícola (Ehlers, 1999). É também essa valorização de aspectos sociais e culturais que nos leva a pensar a Agroecologia como uma ciência com forte sensibilidade social.

Um dos principais pesquisadores sobre Agroecologia, Miguel Altieri, em meados de 1980, estudou sistemas de produção tradicionais e indígenas e propôs o desenvolvimento de técnicas que conciliassem a atividade agrícola e a manutenção das características naturais e ecológicas do ambiente, sem desprezar os componentes sociais e econômicos. Esse autor apresenta a Agroecologia como um paradigma técnico-científico, capaz de guiar a estratégia de desenvolvimento rural sustentável, pois estuda os sistemas

agrícolas através de uma perspectiva ecológica, social e econômica. Continua dizendo que a agricultura sustentável tem como objetivo a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo de impactos ambientais e com retornos econômicos adequados, que permitam diminuir a pobreza e atender as necessidades sociais da população (Altieri, 2002).

A discussão sobre Agroecologia está presente nos mais variados meios e países, em processo de construção e consolidação. A opinião de Guzmán vem corroborar com Altieri, ao mesmo tempo acrescentar, quando afirma que:

A estratégia agroecológica poderia ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica mediante o estabelecimento de mecanismos de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expropriadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central a dimensão local como portadora de um conhecimento endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadoras da biodiversidade ecológica e sócio-cultural (Guzmán, 1997. p.29).

Moreira (1997) considera que para que haja a promoção do desenvolvimento sustentável é necessário que os agricultores substituam as técnicas convencionais que degradam o ambiente por tecnologias limpas e que não será uma simples mudança de técnicas que trará a sustentabilidade. Se faz necessário pensar e propor uma mudança mais profunda da sociedade como um todo, nos seus aspectos políticos, econômicos e sociais, que venha a permitir que os agricultores familiares realmente sejam beneficiados pelas suas mudanças de atitude em relação ao modo de fazer agricultura.

Na mesma linha, Almeida considera que a concepção econômica do desenvolvimento sustentável propõe novos e diferentes mecanismos para a solução das questões ambientais, dentre as quais a taxaço da poluição provocada pelo processo produtivo. Logo, poder-se-ia perguntar, quem arcaria

com estes custos? E quem assumiria os custos da preservação ambiental? Permanecendo a lógica e a dinâmica da acumulação hoje vigente, estes custos seriam simplesmente repassados às pontas (produção e consumo); mas este repasse não aumentaria a exclusão e a desigualdade e não permaneceria a lógica, essencialmente predatória, que promoveu em grande parte a atual crise social e ambiental?²⁷. Assim, fica evidente a necessidade de pensar, da mesma forma que Moreira, uma mudança mais profunda, que rompa com a dinâmica econômica vigente.

Vale a pena destacar também a definição de Agroecologia que está sendo construída no seio do próprio movimento agroecológico.

Processo de produção de alimentos em conjunto com a natureza, onde os(as) agricultores(as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o ambiente, tornando-se independentes dos "pacotes tecnológicos", visando não somente a sustentabilidade financeira, mas principalmente a qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde os(as) agricultores(as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada.²⁸

Como toda construção social, esses novos padrões técnicos e organizativos da produção agrícola vão sendo definidos de forma progressiva e desigual, com base numa grande multiplicidade de práticas produtivas, de ecossistemas e de estratégias diversificadas de sobrevivência econômica, em que os agricultores, sobretudo os familiares, contam com um apoio restrito de um número pouco expressivo de profissionais, de pesquisadores e de entidades públicas e da sociedade civil, embora, já se observa um maior comprometimento do setor público com esta causa, como o trabalho que a

²⁷ Almeida, 1998, p. 50. Sobre economia e questão ambiental, ver Souza, 2000.

²⁸ Agroecologia & Agricultura Familiar, Publicação da Rede Ecovida de Agroecologia, Ano IV, n.º 04, setembro de 2001.

EMATER/RS vem desenvolvendo no Rio Grande do Sul desde 1999, quando definiu sua nova Missão Institucional, construída sob a inspiração do enfoque agroecológico²⁹. O "Rio Grande Ecológico"³⁰ constitui um exemplo de programa público implementado para apoiar o processo de transição agroecológica.

Apesar da grande heterogeneidade e do caráter parcial das experiências de promoção de desenvolvimento agrícola e rural em bases agroecológicas, em seu conjunto apontam para a ruptura do modelo de agricultura convencional. Além disso, enquanto campo de conhecimentos, a Agroecologia constitui uma alternativa crescentemente reconhecida, em nível mundial, por diversos autores e atores sociais (agricultores, pesquisadores, extensionistas, gestores, políticos e outros), como a melhor opção para a promoção do desenvolvimento agrícola e rural sustentável (Altieri, 2001; Arl, 2002; Gliessman, 2001).

Segundo Almeida, o grande desafio da agricultura sustentável talvez resida na capacidade de as forças sociais envolvidas imprimir sua marca nas políticas públicas, através da sua opção pela agricultura familiar, forma social de uso da terra que melhor responde a noção de desenvolvimento sustentável e as necessidades locais, regionais e nacionais.

Mais uma vez, é necessário salientar que já existem várias entidades públicas, tais como a EMATER-RS, EPAGRI-SC e ONGs, trabalhando junto aos agricultores familiares e suas organizações, numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, contribuindo para a construção de conhecimentos necessários para promover o processo de transição do

²⁹ Aqui cabe fazer breve referência aos esforços realizados pela Extensão Rural gaúcha, especialmente no período 1999-2002, dada sua Missão Institucional definida como: Promover a construção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, através de ações de assistência técnica e extensão rural e mediante processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida. Mais informações sobre a base conceitual e estratégica adotada pela EMATER/RS no período mencionado podem ser vistas em Caporal e Costabeber, 2000; 2002a; 2002b. além de EMATER/RS, 2002a; 2002b.

³⁰ Programa do Governo Estadual de estímulo a Produção, Agroindustrialização e Comercialização de Produtos Ecológicos, instituído no Rio Grande do Sul a partir de 1999.

convencional em direção ao agroecológico, com base nos princípios da justiça, da solidariedade, da qualidade de vida e da preservação dos recursos naturais.

Numa perspectiva agroecológica, o processo de transição, conforme aponta Costabeber (1998), assume um caráter multidisciplinar e multilinear e está pautado nas necessidades e potencialidades locais, onde ao agricultor cabe o papel de sujeito ativo na determinação e construção de suas opções futuras. Argumenta ainda sobre a necessidade de buscar políticas públicas, pesquisa e extensão adequadas a agroecologização.

É preciso evidenciar que não é fácil, nem rápido, o referido processo de transição do convencional para o agroecológico. Interessante ressaltar que muitos agricultores nunca trilharam pelos caminhos da agricultura chamada moderna, seja por convicção, seja por exclusão, e acabaram marginalizados. Estes agricultores, hoje, poderão constituir rica fonte de estudo e de conhecimento, inclusive em termos comparativos, considerando que ocorreu menor erosão cultural junto a eles e, possivelmente, menor degradação ambiental em suas unidades (Götsch, 1995; Morin, 2000).

Existe um consenso de que a aplicação do enfoque agroecológico é ainda um anseio e um objetivo, havendo também um conjunto de dúvidas e de desafios a serem enfrentados e vencidos. Isto por que envolve aspectos econômicos, ecológicos e sociais (Nijkamp apud Ehlers, 1999, p. 123). Em perspectiva mais abrangente, propõe-se inclusive a análise multidimensional da sustentabilidade (dimensões econômica, social, ambiental, cultural, política e ética) a partir da Agroecologia (Caporal e Costabeber, 2002b). Talvez possa ser dito que as experiências que estão sendo desenvolvidas estejam mais próximas de “situações” sustentáveis e que, por essa razão, seria conveniente ampliá-las.

Um dos principais limites que separa o anseio da prática agroecológica é o conhecimento científico e a prática dos atuais serviços públicos de educação e de extensão rural, que foram moldados para atender o modelo convencional, embora sejam perceptíveis os esforços que algumas entidades vêm fazendo

para alterar seu modo de trabalho³¹. A produção científica predominante ainda é decorrente do paradigma da compartimentalização, particularização do conhecimento, cuja aplicação se presta ao modelo convencional de agricultura. No caso da Agroecologia, a perspectiva é o todo, é holista, visto que as partes que compõe o mundo, como um todo, e o processo produtivo em particular, não podem ser estudados isoladamente, por que suas ações e efeitos não o são.

Acerca das agências públicas de extensão rural, é preciso destacar que trabalhavam predominantemente na perspectiva de pacotes tecnológicos que simplesmente eram repassados ao agricultor, individualmente, que os devia cumprir. Assim, a maioria dos serviços públicos de extensão rural focalizava o indivíduo e a propriedade; as relações com o agricultor são mediadas pelo conhecimento científico, muitas vezes desprezando os conhecimentos dos agricultores. Mas, como já foi dito antes, atualmente, já são reconhecidos os esforços da extensão rural oficial em prol do enfoque ecológico, principalmente no sul do Brasil.

Este é um aspecto que merece especial atenção, visto que em países desenvolvidos altos investimentos estão sendo feitos na pesquisa científica, que talvez resultem em um “novo pacote tecnológico”, a exemplo da revolução verde, com características que resguardam ou preservem o meio ambiente, mas, entretanto, mantendo as configurações do modelo social e econômico vigente.

Percebe-se, especialmente nas duas últimas décadas, o surgimento de um número expressivo de ONGs que centram esforços, estratégias e ações em direção à construção do agroecológico, a exemplo do CAPA que, por ser a entidade prestadora de assessoramento aos grupos estudados, merecerá algumas referências adicionais mais adiante. Questões como formação política, técnica, organizacional e desenvolvimento local, endógeno, participativo, solidário, com equidade econômica, social e cultural, o respeito ambiental e à

³¹ Como são os casos mais próximos: a EPAGRI-SC, a EMATER-PR e, principalmente,

saúde humana, além da valorização do saber local, têm sido relevantes em suas estratégias de ação junto aos agricultores, especificamente os familiares que vêm trabalhando na perspectiva da transição agroecológica.

Para este trabalho, como já ficou demonstrado anteriormente, a autora concorda e adota o conceito de Agroecologia defendido por Gliessman, uma ciência capaz de dar suporte a estilos de agricultura de base ecológica rumo ao desenvolvimento rural e agrícola sustentável.

2.2.3 Do convencional ao agroecológico: uma conversão que envolve formação, conhecimento e políticas públicas.

Apesar de uma forte pressão política e econômica em favor da agricultura convencional, pode-se observar que, atualmente, muitos agricultores convencionais estão optando em fazer a transição para práticas ambientalmente mais saudáveis, o que poderá contribuir com a sustentabilidade da agricultura no longo prazo.

A transição requer soluções específicas para cada região particular, pois cada agroecossistema possui características ambientais e sociais próprias, as quais precisam ser respeitadas necessariamente. Entretanto, já existem diretrizes gerais para a transição da agricultura convencional à estilos de agricultura de base ecológica, das quais destacam-se: o incentivo à substituição dos sistemas simplificados ou monoculturais por sistemas de rotação de culturas e diversificação (ou policultura); a reorientação da pesquisa agropecuária para um enfoque sistêmico (não fragmentada); e o fortalecimento da agricultura familiar³².

a EMATER-RS.

³² Para verificar a importância da agricultura familiar e desenvolvimento, ver: Veiga (1991); Moreira (1999).

A agricultura familiar, em função de suas características intrínsecas, aparece como modo de ocupação fundiária que melhor se adequa à produção agroecológica, tendo em vista a coexistência da policultura, de diferentes escalas de produção e de formas próprias de exploração agrária e de organização social, importantes aliados para o processo de transição (Costabeber, 1998).

Vale destacar que, segundo Bianchini (2000), nas comunidades rurais coexistem diferentes formas de organização social, na igreja, na escola, no clube de futebol, no sindicato, na cooperativa e ou associação, nos clubes de mães, de terceira idade, o movimento de mulheres agricultoras, as pastorais da juventude e grupos de jovens, dentre outros. Estas diferentes organizações, em forma de rede, tecem um capital social que pode potencializar um processo de desenvolvimento. O autor ressalta ainda que diversos estudos apontam que as regiões e comunidades com maiores indicadores de desenvolvimento possuem um maior capital social e que a coesão de redes sociais promovem a formação de ações coletivas, propiciando o acesso a informação, aquisição de conhecimento, empoderamento político e maior solidariedade e engajamento cívico.

Estudos e pesquisas comprovaram que as motivações para os agricultores alterarem a metodologia de trabalho foram basicamente duas, quais sejam: a conscientização sobre a necessidade de proteger o meio ambiente e a saúde animal e humana dos riscos potenciais dos agrotóxicos e a redução da necessidade de insumos externos ao mínimo possível (Bonilla, 1992). Podem ser contemplados e/ou reforçados outros fatores que encorajam os agricultores a promover a transição, os quais, segundo Gliessman são:

O custo crescente da energia; as baixas margens de lucro das práticas convencionais; o desenvolvimento de novas práticas que são vistas como opções viáveis; o aumento da consciência ambiental entre consumidores, produtores e legisladores; novos e mais consistentes mercados para produtos agrícolas cultivados e processados de uma forma alternativa (Gliessman, 2000, p.571).

A conversão de um modelo de agricultura convencional para um outro modelo, a agricultura sustentável, implica na conversão dos agricultores. O que normalmente se vê é uma ênfase aos aspectos biológicos da conversão, entretanto, necessário se faz preocupar-se também com aspectos normativos e educativos.

Os aspectos biológicos têm implicação direta com as questões agronômicas que, por sua vez, exigem um tempo de maturação para a sedimentação dessa reorganização e equilíbrio da fauna e flora local, além do restabelecimento do solo, o que também é defendido por Gliessman. Os aspectos normativos dizem respeito às normas de produção, comercialização e certificação dos produtos. Com relação aos aspectos educativos, pode-se dizer que estão ligados ao aprendizado dos agricultores e técnicos de conceitos e técnicas de manejo que viabilizem a agricultura de base ecológica.

a) Aspectos educativos

A necessidade de um processo educativo está ressaltada na afirmação de Bracagioli a seguir.

A busca do desenvolvimento sustentável deve trazer à tona uma estratégia de autonomia e soberania, subordinada aos princípios da ética. Esta eleição de prioridades pode fazer com que os novos horizontes sejam uma reinvenção da agricultura, a qual não é segmento nem negação da agricultura tradicional, nem produto imitativo de tecnologias "alternativas" de outras latitudes, mas sim produtora de um projeto de vida que considere a importância da agricultura familiar, que preserve os recursos naturais, que respeite a autonomia e cultura dos diferentes povos, trazendo a dignidade de ser agricultor e cidadão brasileiro (Bracagioli, 1998, p.182).

Considerando que um sistema de produção agrícola pode ser entendido a partir das práticas do agricultor, através da exteriorização das concepções técnicas de manejo do ambiente, pode-se afirmar que "é na cabeça que a conversão começa", quando através de seu trabalho, o agricultor vai trazendo

novos elementos para análise, criando assim as condições para a fixação de novas concepções na sua cultura do agro (*ager culture*). Neste sentido, é fundamental considerar que:

No acompanhamento da conversão, dois pontos parecem particularmente importantes: a inadequação de uma mentalidade centrada em produtos em oposição ao manejo de processos e o conceito de fertilidade como atributo do sistema, não apenas do solo (Khatounian, 1998, p.66).

Na natureza, dificilmente um problema tem uma única causa, uma única conseqüência ou uma única solução. Em agriculturas de base ecológica, os problemas geralmente são resolvidos enquanto processos. Portanto, a conversão precisa ser planejada e o planejamento deve ser feito de forma participativa, em que todos os envolvidos possam estar discutindo e assimilando ponto a ponto os novos procedimentos, que podem ser originários tanto dos próprios agricultores quanto de assessorias técnicas. É preciso criar uma sinergia de interações e relações na unidade produtiva.

Para muitos agricultores, a conversão rápida a um desenho e manejo sustentável do agroecossistema não é possível e nem prática. Esta observação nos remete à identificação de níveis pelos quais alguns agricultores passam quando estão no processo de conversão. O primeiro consiste no “aumento da eficiência de práticas convencionais a fim de reduzir o uso e o consumo de insumos escassos, caros ou ambientalmente danosos”. O segundo na “substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas”. E o terceiro em “redesenhar o agroecossistema de forma que ele funcione baseado em um novo conjunto de processos ecológicos” (Gliessman 2000, p.574). Portanto, é um processo que envolve, aprendizagem, conhecimento, planejamento, paciência e tempo. É preciso acrescentar, ainda, a importância do pensar e agir coletivo, pois muitas vezes é através do fortalecimento do capital social que se promove a formação, a aprendizagem e a socialização do conhecimento.

A Agroecologia é reconhecida por diversos autores como uma ciência, e por outros é entendida como um ato de liberdade, um modo de ver e de se relacionar com o mundo e com a natureza, sendo assim, uma opção de vida. Não existe uma fórmula pronta para fazer Agroecologia, estando o agricultor em constante aprendizagem, trabalhando com a arte de produzir alimentos saudáveis e descobrindo o que prejudica e o que ajuda a natureza; é a cultura do agro, como bem mostra Silveira e Balem (2002).

b) Aspectos Biológicos

Para que aconteça a conversão do sistema de produção são necessários dois reajustes fundamentais: o reajuste dos insetos (reequilíbrio na dinâmica de populações) e o da fertilidade do sistema (a saúde das plantas depende da saúde do solo), tendo como princípios o aumento da biodiversidade e a nutrição vegetal adequada.³³

Torna-se importante esclarecer que o tempo necessário para completar o processo de conversão, que é, via-de-regra, no mínimo de três anos, depende do tipo e de quais culturas são produzidas, das condições ecológicas locais e da história anterior de manejo e de uso de insumos (Gliessman, 2000). Corroborando com a idéia, Altieri defende que “o processo de conversão pode levar de um a cinco anos, dependendo do nível de artificialização e/ou degradação do sistema original” (Altieri, 2001, p.70). Já Costabeber (1998, p.141) argumenta que a transição agroecológica pode ser definida como “um processo gradual de mudanças através do tempo nas formas de manejo e gestão de agroecossistemas, tendo como meta passar de um sistema de produção convencional (que pode ser mais ou menos intensivos em insumos externos) a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica.” Nesta definição, segundo o autor, a idéia de

³³ Há muitos trabalhos científicos que abordam esta questão. Conferir, dentre outros, Gliessman (2000); Bonilla (1992); Ambrosano (1999); Penteado (2000); Burg e Mayer (2002); Altieri (1991).

base ecológica da atividade agrária se refere a um processo de ecologização dinâmico, contínuo e crescente através do tempo, e sem ter um momento final para ser completado.

c) Aspectos normativos e a Rede Ecovida

Este aspecto diz respeito às questões que legalizam, direcionam e normatizam os diferentes aspectos ligados à forma de cultivar, comercializar e certificar os produtos ecológicos. Necessário se faz enfocar um pouco mais a questão da comercialização, que está diretamente ligada à certificação.

Aspectos biológicos, éticos, culturais e operacionais, incluindo os sociais e políticos, contribuem para a formulação das normas. Em linhas gerais, o conteúdo das normas está ligado a questões referentes ao período de carência, às orientações quanto aos procedimentos e/ou produtos proibidos, tolerados ou recomendados.

Na tentativa de estabelecer parâmetros mínimos a serem atendidos mundialmente, estabeleceram-se normas internacionais, destacando-se as da IFOAM (*International Federation of Organic Agriculture Moviments*), atualizadas a cada dois anos. Essas normas internacionais são genéricas, devendo ser detalhadas regionalmente pelas organizações locais de certificação (Khatounian, 1999, p. 66).

Segundo Coelho, intencionado em remover um dos entraves à expansão do consumo interno e às exportações, o governo brasileiro, através do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, desde 1994, está envolvido na regulamentação da produção e distribuição de produtos orgânicos. Segue um resumo das principais atividades desenvolvidas. Em 1994 o Ministério da Agricultura foi procurado por algumas ONGs para regulamentar a certificação de produtos orgânicos; em 1995 foi criado um grupo de trabalho para elaborar a regulamentação da produção e distribuição de produtos orgânicos; em 1998 foi publicada a Portaria número 505, que contém normas detalhadas para a produção e manipulação de produtos orgânicos de origem animal e vegetal; em

1999 foi publicada a Instrução Normativa número 07, que dispõe sobre normas para produção de produtos orgânicos; em 2000 foi publicada a Portaria número 42, designando membros para comporem o Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos; em 2001, foi publicada a Portaria número 19, aprovando o Regimento Interno do Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos e diretrizes para os regimentos Internos dos Colegiados Estaduais (Coelho, 2001).

O selo orgânico é um selo que qualifica um produto, imprimindo-lhe uma marca que visa garantir que o mesmo foi cultivado e processado dentro das normas valorizadas pelo consumidor. Para que um produto receba o selo é preciso que se enquadre nas normas regionais, nacionais ou internacionais, em função do mercado atendido. Entretanto, em casos de comercialização direta, como acontece nas feiras livres, a garantia de qualidade é selada pela confiança entre consumidor e agricultor.

Neste contexto, tendo como referência a Instrução Normativa número 07 do Ministério da Agricultura, publicada em maio de 1999 e, principalmente, as idéias e os ideais da Agroecologia, surge a Rede Ecovida³⁴. A Rede Ecovida de Agroecologia pode ser definida como um espaço de articulação entre os produtores, consumidores, ONGs, universidades, simpatizantes e outros envolvidos com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos. É válido salientar que o segmento dos produtores é formado pelos agricultores e agricultoras familiares agroecológicos e suas organizações, bem como pelos assentados e assentadas e suas organizações.

³⁴ Todas as informações relacionadas com a Rede Ecovida foram tomadas da publicação **Agroecologia & Agricultura Familiar** da Rede Ecovida de Agroecologia – Núcleo Regional Sudoeste do Paraná, fruto de um Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, realizado em 2001, em Francisco Beltrão/PR. O Encontro Ampliado da Rede Ecovida vem acontecendo desde 1997, contando com a participação de várias ONGs, Associações de Agricultores Agroecologistas, Cooperativas de Produção e de Comercialização, Universidades e outras entidades do Sul do Brasil. Foi no encontro realizado em maio de 2001 que, entre vários outros temas, àquele referente à comercialização, centralizou as discussões, motivo pelo qual foi remetido para ser tratado em um momento específico, que ocorreu em junho de 2001, em Francisco Beltrão/PR. Assim, com muita discussão e com base na Instrução Normativa número 07 de 1999 do Ministério da Agricultura e nas idéias e ideais do movimento agroecológico, foram elaboradas as Normas da Rede Ecovida de Agroecologia, instituindo a certificação e o Selo de Qualidade Agroecológica.

Da mesma forma, os consumidores são representados pelas entidades coletivas de consumo, como por exemplo a Cooperativa Coolméia/RS. Nesta rede participam entidades agroecológicas e seus representantes dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

As unidades funcionais da Rede Ecovida de Agroecologia são os Núcleos Regionais aos quais todos os integrantes da Rede devem estar vinculados, além dos espaços municipais de organização e articulação.

Os princípios e objetivos da Rede, à disposição de qualquer interessado nos núcleos de atuação, estabelecem como meta principal o fortalecimento da Agroecologia, através da disponibilização de informações aos envolvidos e da criação de mecanismos legítimos de geração de credibilidade nos processos desenvolvidos pelos seus membros³⁵.

As regras gerais a serem cumpridas pelos agricultores integrantes da Rede Ecovida podem ser assim resumidas: a) buscar uma redução constante da dependência de recursos externos à propriedade; b) ter, no mínimo, 20% da área com mata nativa, reflorestada ou com plano e metas de execução do reflorestamento; c) manter nascentes, fontes e matas ciliares protegidas, conforme estabelece a legislação vigente; d) adotar práticas que controlem e contenham a erosão do solo; e) em toda a propriedade agroecológica não deve ter lixo não degradável, sob pena de desqualificar o processo Ecovida.

Na outra ponta há atualmente um crescente número de consumidores, organizados ou não, à procura de qualidade de vida, de saúde, dentre outros, e que encontram nos alimentos agroecológicos uma alternativa para atender suas expectativas, no que se refere à qualidade alimentar. É neste contexto

³⁵ São princípios da Rede Ecovida: incentivo à agroecologia; a soberania alimentar; a produção, industrialização e comercialização deve ser feita sem exploração de trabalhadores, consumidores, fornecedores e natureza; a participação igualitária de homens e mulheres; a cooperação e a participação efetiva; ampliação constante do quadro de associados; promoção e valorização da agricultura familiar; não comprometimento do desempenho escolar de jovens e crianças, mesmo que ela participe do processo produtivo; a prática de preços justos; a prática da não agressão, da recuperação e conservação dos recursos naturais da propriedade; e a luta para que áreas já convertidas para a produção ecológica não retornem à produção convencional.

que a certificação assegura e garante o selo de qualidade e o diferencial agroecológico do alimento³⁶.

A Rede Ecovida de Agroecologia coloca a disposição dos consumidores produtos com a marca "Ecovida" e o processo de certificação adotado é do tipo "certificação participativa em rede", que possui as seguintes características: a) a base do processo de certificação é a confiança, partindo da premissa que os próprios produtores, técnicos e consumidores, devidamente conscientes e capacitados, possuem as condições necessárias para atestar a qualidade dos produtos e processos desenvolvidos; b) assume um caráter de rede, por que se mostra sem hierarquia, a adesão é voluntária, cabe o respeito às diretrizes e princípios comuns (não às normas impostas) e o cumprimento mútuo de regras e procedimentos estabelecidos de forma participativa; c) aposta na certificação participativa, em que a obtenção das informações, a verificação do cumprimento das normas e o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos são realizados com o envolvimento efetivo dos agricultores e suas organizações, de técnicos, de organizações locais e regionais de assessoria e dos consumidores; d) prevê a presença de um "olhar externo" no processo, através do grupo de verificação ou comissão ética, estabelecido em vários níveis (grupo comunitário, articulação municipal, Núcleo Regional ou Rede)³⁷; e) realizada de forma descentralizada, cabendo aos atores e estruturas locais e regionais da Rede as principais atribuições e responsabilidades na certificação e garantia da qualidade; f) adequada à realidade e características da agricultura familiar, às normas e à legislação vigente, de tal forma que assegura ao processo valor legítimo e legal perante às diversas instâncias da sociedade; g) defende a transparência nas informações no processo de certificação e obtenção da qualidade.

³⁶ Queremos esclarecer que, para este trabalho, quando falamos em "alimentos ecológicos", estamos nos referindo àqueles produzidos dentro dos princípios ditados pela agroecologia e não àqueles que são simplesmente orgânicos, ou seja, produzidos tendo como referencial as "técnicas limpas".

³⁷ O grupo de verificação (ou comissão de ética) é composto por agricultores, técnicos e consumidores não envolvidos diretamente com o processo produtivo em questão.

Ao adotar a estratégia de “certificação participativa em rede”, a Rede Ecovida evita possíveis intervenções de agências externas de certificação³⁸, o que garante que o processo seja endógeno, participativo, tendo como protagonistas o agricultor e o consumidor, o que pode vir a ser um fator fundamental para a consolidação do modelo de desenvolvimento rural sustentável.

Com a criação e o fortalecimento da Rede Ecovida, percebe-se um avanço do movimento agroecológico para um rompimento definitivo com o modelo agroquímico, concentrador de riquezas e de poder. É sabido, entretanto, que, além de pesquisas científicas, são necessárias diversas mudanças na economia, na sociedade, nas políticas públicas para que haja uma consolidação desse novo modelo. Para Ehlers (1999), essas mudanças não ocorrerão espontaneamente e a pressão da sociedade civil será fundamental para que o ideal da sustentabilidade penetre na esfera do poder público. Portanto, é imprescindível que os agricultores e consumidores estejam conscientes, organizados, para que unidos possam reivindicar junto aos órgãos públicos. É dessa forma que surgirão as leis, os incentivos e as políticas públicas que poderão promover em larga escala avanços nessa direção.

As discussões referentes a Agroecologia estão permeando, embora muitas vezes bastante superficiais, diversos segmentos da sociedade; são entidades públicas e privadas e ONGs buscando alternativas para uma sociedade melhor, mais justa, mais humana, mais solidária, mais saudável e que beneficie a todos e não somente a minoria. É preciso, entretanto, que a sociedade civil organizada aproveite as oportunidades que lhe aparecem, raras é verdade, para a construção e fortalecimento deste novo modelo de

³⁸ As primeiras que surgiram no Brasil foram a AAO - Associação de Agricultores Orgânicos, fundada em 1989 e, em 1996, foi criado o seu selo de certificação, e o IBD – Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, fundado em 1981, sendo o maior certificador de produção orgânica e biodinâmica da América Latina, reconhecido pela IFOAM. Tais agências, dentre outras, possuem diversas atribuições e também agem como certificadoras, podendo ter origem em setores públicos ou privados. Entretanto, é importante chamar a atenção sobre as bases e argumentos que regem estas certificadoras; nelas, certamente não há um protagonismo do agricultor e do consumidor, que são os principais interessados no processo de produção ecológica (Carvalho, 1999. in: Ambrosano, 1999).

desenvolvimento agrícola e rural sustentável. Neste contexto, é preciso reconhecer que alguns órgãos de extensão rural, associações de agricultores, sindicatos e ONGs vêm desenvolvendo trabalhos importantes, tarefa que não é fácil frente à hegemonia do poder político e econômico que caminha em outra direção.

Na seqüência, será abordado o trabalho do CAPA, por ser a entidade que presta assessoria às associações sujeitos deste estudo.

2.2.4 Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA)

A origem do CAPA está diretamente ligada a história da Igreja Evangélica Luterana de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), cuja trajetória acompanha o movimento dos imigrantes alemães, inicialmente, da Europa para as “colônias velhas”, ou seja, as primeiras regiões colonizadas a partir de 1824 na Região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, e, mais tarde, dos seus descendentes para as áreas de fronteira agrícola, como é o caso do Noroeste Gaúcho e Oeste Catarinense, entre o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX.

A colonização com imigrantes europeus não portugueses e com base na pequena propriedade foi realizada pelo governo brasileiro, para ocupar áreas de terra até então não incorporadas ao processo produtivo, habitar regiões como mecanismo de defesa do território, produzir alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno e para atrair imigrantes para serem aproveitados como mão-de-obra nas lavouras de café na região central do Brasil. As colônias podem ser identificadas por sua economia diversificada e a

marcante presença da agricultura familiar, cuja matriz cultural é a sociedade camponesa européia³⁹.

Ao longo da década de 1970, a chamada Revolução Verde já deixava suas marcas nas regiões de colonização, cujos efeitos foram a diminuição da biodiversidade, o desgaste dos solos, a contaminação do meio ambiente, as mudanças nos hábitos alimentares e, principalmente, a expulsão do homem do campo.

Neste contexto, preocupada com a redução do número de fiéis e com o crescente empobrecimento daqueles que permaneciam, a IECLB decidiu organizar um serviço específico para, inicialmente, aconselhar e, mais tarde, apoiar e assessorar os pequenos agricultores.

Na conferência dos Pastores Regionais, realizada em 1978, foi criado o Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor – CAPA. As atividades do centro foram iniciadas em 1979, com a implantação de um escritório em Santa Rosa/RS, então Região Eclesiástica III, e atuava em uma área que na época abrangia 112 municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina. Foi, e é, uma entidade sem fins lucrativos e partidários e não faz distinção religiosa entre os assistidos.

O apoio financeiro para as atividades do CAPA foi dado historicamente por entidades alemãs, destacando-se a Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento (Evangelische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe - EZE), a Federação Luterana Mundial (FLM) e Pão para o Mundo (PPM). Atualmente, o CAPA é financiado pela EZE. As atividades dos dois primeiros anos ficaram limitadas à 3ª Região Eclesiástica da IECLB, mas a idéia era estender o trabalho para atender todo o território nacional, através das estruturas existentes na IECLB.

Quando de sua criação, os objetivos do CAPA foram: de orientar, de conscientizar, de apoiar e de acompanhar os pequenos agricultores através da realização de reuniões, seminários de lideranças, seminários com jovens,

³⁹ Ver, entre outros, Beiguelmen, 1981; Petrone, 1976; Petrone, 1984; Roche, 1969;

palestras e outras formas, oferecendo alternativas para possibilitar a permanência do homem no meio rural.

Vale salientar que o CAPA surgiu com propostas alternativas de produção e consumo, ao mesmo tempo em que explodiam, na região, as lutas sociais e políticas que se constituíram nos quatro principais movimentos de trabalhadores rurais (Movimento Sindical Combativo, Movimento dos Sem Terra, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – Hoje Movimento de Atingidos por Barragens – e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais).

A proposta do CAPA se fundamentava na disseminação de práticas econômica e ecologicamente sustentáveis, questionando o modelo de desenvolvimento e o papel desempenhado pela extensão rural oficial, e contrapondo-se aos pacotes da modernização e aos vínculos de dependência criados pelo sistema de integração do pequeno agricultor familiar às agroindústrias de alimentos instaladas na região.

Em 1982, foi criado o CAPA da Região IV, com sede em Arroio do Tigre e São Lourenço do Sul/RS. Em 1987, o escritório de Arroio do Tigre foi transferido para Santa Cruz do Sul. Em 1988, na Região III, o núcleo de Santa Rosa/RS foi transferido para Erechim/RS. Em 1989, surgiu o escritório em Três de Maio/RS, desativado em 1994. Em 1997, foram criados na Região V, no Paraná, os núcleos de Verê e Marechal Cândido Rondon. Em 2001, o escritório de São Lourenço/RS foi transferido para Pelotas/RS. E a partir deste ano começou a vigorar a unificação dos escritórios. O CAPA passou a ser um só, uma só entidade, com núcleos de atuação em Verê/PR, Marechal Cândido Rondon/PR, Erechim/RS, Santa Cruz/RS e Pelotas/RS.

Ainda em 1988, o Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor passou a ser denominado de Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor; o nome mudou, mas a sigla permaneceu a mesma – CAPA.

Com o decorrer dos anos, o CAPA percebeu que a estratégia inicial, de apoio ao agricultor individualmente, surtia efeito menor do que o apoio às

iniciativas comunitárias, demonstrando ser este um instrumento mais eficaz de trabalho, o que resultou na reorientação das estratégias do centro: o trabalho com grupos de agricultores. Vale destacar, que o objetivo não é formar grupos, mas assessorar grupos de agricultores já constituídos, mesmo que não legalizados.

O CAPA foi, e continua sendo, reconhecido tanto pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) como pela própria EMATER-RS/PR e EPAGRI-SC, sendo que, em alguns municípios, desfruta de credibilidade maior que estas. Além disso, havia sinais concretos da capacidade multiplicadora da sua proposta, na medida em que conquistara outras forças para a luta por uma agricultura alternativa, biológica, natural e em favor da agricultura familiar, enfim, estilos de agricultura de base ecológica.

Periodicamente, acontecem seminários de avaliação do trabalho realizado pelo CAPA, o que possibilita a identificação de eventuais problemas, novas demandas, além da elaboração de novos projetos para que sejam apreciados pelas entidades financiadoras. Neste sentido, em abril de 1991 foi realizado um desses Seminários de Avaliação, no qual foram identificadas, como novas demandas, a formação técnica, a formação em política agrícola, a formação para jovens, o associativismo e a administração rural. Tais conclusões são entendidas pelo pessoal técnico do CAPA como uma espécie de divisor de água na história de atuação do centro, ao possibilitarem uma ação mais integral, não restrita aos aspectos técnicos.

O projeto para o triênio 1991/1994 foi elaborado a partir destas constatações e previa o desenvolvimento de programas de apoio à produção, ao associativismo, à cooperação agrícola, à saúde, às atividades de formação, à comunicação e divulgação. O eixo central dos trabalhos seria o manejo dos solos, a criação de animais, a fruticultura e a apicultura. Para a viabilização do projeto, seria necessário investir em unidades demonstrativas e, para tanto, de maior disponibilidade de recursos, que foram buscados junto às agências de financiamento.

O CAPA hoje, 2002/2003, é uma organização que beneficia em torno de 4,5 mil famílias de agricultores familiares organizados em grupos, associações comunitárias e cooperativas, espalhados em diferentes regiões do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O trabalho é viabilizado, nos cinco núcleos de atuação, pelas equipes técnicas formadas por profissionais das áreas da agricultura, saúde, administração e comunicação, que prestam assessoria em diferentes áreas: organização social e política, produção e transformação de produtos agrícolas, comercialização, formação (técnica, social e política) e outras.

O Núcleo Erechim/RS está vinculado ao Sínodo Uruguai, segundo a nova divisão regional instituída pela IECLB em substituição às Regiões Eclesiásticas. Atende as regiões do Extremo Norte do Rio Grande do Sul e Alto Uruguai Catarinense, e tem como missão o fortalecimento da cooperação agrícola, tendo por base tecnológica a Agroecologia e contribuindo para a construção de sujeitos sociais de desenvolvimento.

O CAPA intensificou as relações interinstitucionais, principalmente com as da esfera pública e da sociedade civil organizada, originando convênios com prefeituras e outras entidades. Foi pretensão somar esforços com outras entidades e movimentos existentes e atuantes nos municípios atendidos, como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas, Extensão Rural Oficial, ONGs, Pastorais, órgãos de pesquisa como a EMBRAPA, Prefeituras e outras. No decorrer da história o CAPA percebeu a existência desta articulação e das parcerias resultantes, sem que houvesse algum tipo de comprometimento da proposta de trabalho do Centro.

O CAPA faz parte da Rede TA-SUL, composta pela ASPTA, APACO, CETAP, CAE-Ipê, Centro Vianei de Educação Popular, RURECO, DER/FUNDEP, ASSESOAR e CEPAGRI. Faz parte também do Fórum Sul de ONGs e da Plataforma de Articulação e Diálogo (PAD).

O CAPA, além de uma ONG, como vimos, é um órgão vinculado a IECLB e, enquanto um serviço dela, faz parte de seu compromisso como igreja de Jesus Cristo, que não se conforma com as injustiças sociais e a agressão à

natureza. Assim, coloca-se à disposição dos agricultores familiares para, em conjunto com eles e com base nos princípios da agroecologia e da cooperação, desenvolver experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização, de formação e capacitação, de saúde comunitária, que sirvam de sinais de que o meio rural pode ser um espaço de vida saudável e de realização econômica para todos.

As linhas norteadoras do CAPA hoje são:

- A Agroecologia como um sinal de renovação e esperança para a Agricultura Familiar. Com a produção agroecológica busca-se resgatar técnicas e desenvolver novas tecnologias que respeitem a natureza e que sejam do domínio dos agricultores, não causando sua dependência tecnológica.
- A organização é a grande base. A assessoria do CAPA auxilia na organização legal de grupos, associações e cooperativas já constituídos. Ao mesmo tempo, busca a integração aos movimentos sociais do campo, que travam uma luta histórica em nosso país, reivindicando o acesso à terra (Reforma Agrária) e a implantação de políticas públicas em benefício da Agricultura Familiar.
- No que diz respeito à produção econômica, o objetivo principal é buscar a autonomia da agricultura familiar. Isso significa não apenas criar, plantar e colher, mas também beneficiar, industrializar e vender a produção. Assim, a renda não fica nas mãos da indústria ou do atravessador. Fica nas mãos dos agricultores.
- Só consegue decidir seu próprio destino quem consegue desenvolver a sua capacidade de entender e transformar a realidade. Por isso, são constantes os programas de formação e capacitação, onde são discutidas as tecnologias de produção, a necessidade da organização e a importância da participação política e cidadã de todos.
- Não existe qualidade de vida sem saúde. E saúde também exige autonomia. Por isso, busca-se o resgate do saber popular – através do uso das plantas medicinais – e a promoção do conhecimento sobre uma alimentação adequada, integral e equilibrada.

O investimento na organização política é um processo que possibilita que os agricultores se percebam como sujeitos e busquem saídas, em conjunto, pela participação igualitária e democrática, podendo chegar ao que é chamado de “Economia Solidária”, que é baseada na ajuda mútua, na cooperação e nas diversas formas de compartilhar. É a partir da economia solidária que muitas associações e cooperativas assistidas pelo CAPA têm apresentado bons resultados na elevação da qualidade de vida.

Segundo a atual coordenadora do Núcleo de Erechim/RS, Ingrid M. Giesel, o CAPA não tem a ilusão de que a economia solidária vai transformar a sociedade capitalista. Os grandes grupos econômicos vão continuar tendo o controle dos setores estratégicos da economia e o que vai transformar a sociedade capitalista é a organização dos trabalhadores, é consciência política, é a luta social, é um outro projeto de desenvolvimento (Nova Paisagem, 2000; 2001).

A proposta do CAPA é ajudar no fortalecimento dos agricultores familiares para que eles, juntamente com outros segmentos da sociedade, participem na construção de dias melhores para todos. Esta aposta leva em conta a importância da pequena propriedade e seu potencial para contribuir na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, um desenvolvimento agrícola e rural sustentável, que coloque o ser humano em paz com seus semelhantes e com a natureza.

3 A COLONIZAÇÃO E O SURGIMENTO DOS GRUPOS AGROECOLÓGICOS

3.1 A colonização do Oeste Catarinense e Noroeste Gaúcho

Os primeiros habitantes da região Oeste de Santa Catarina e Noroeste Gaúcho foram os índios, de tribos diversas⁴⁰. Embora se caracterizassem pela mobilidade espacial, a estimativa é que aproximadamente dois milhões de indígenas viviam no Sul do Brasil, deixando marcas indelévels na região, tanto na formação cultural – usos, costumes e utensílios – quanto nas atividades econômicas praticadas pelos seus sucessores, os "caboclos" e "colonos", dentre as quais destaca-se a extração de erva-mate⁴¹. Aos poucos, a população indígena foi dizimada com o avanço da "civilização".

A chegada dos primeiros colonizadores ocorreu a partir do século XVIII, com a abertura do "caminho das tropas", que ligava o Rio Grande do Sul ao centro do país. Entretanto, foi uma ocupação dispersa e também marcada pela mobilidade da população, sempre em busca de novas terras. Estes povoadores originavam-se principalmente de São Paulo e da região do Plata⁴², dedicando-se principalmente ao desenvolvimento das atividades extrativistas –de erva-mate e de madeira– e a criação de gado.

Uma ocupação mais fixa à terra teve início em meados do século XIX, em função das políticas de ocupação e integração da região ao cenário político e econômico. As razões destas políticas podem ser atribuídas a um conjunto de fatores, destacando-se os conflitos territoriais envolvendo, de um lado, o Brasil e a Argentina na questão de Palmas e, de outro, as províncias do Paraná e de Santa Catarina na questão do Contestado, bem como a crise do trabalho

⁴⁰ Ver Thomé, 1981; D'Angelis, 1989 e Schenkel, 1997; dentre outros.

⁴¹ A erva-mate é uma planta nativa da região; dela colhem-se as folhas, que, após secadas e moídas, são utilizadas para preparar o "chimarrão" - uma bebida feita do pó desta folha e água quente -, hábito bastante difundido no sul da América do Sul.

escravo. Tais políticas, portanto, constituíram-se em um mecanismo de defesa do território e, ao mesmo tempo, incorporaram áreas de terras não aproveitadas à economia nacional, as quais também passariam a funcionar como uma espécie de chamariz para a atração de imigrantes.⁴³

Há que registrar que outros três fenômenos complementares concorreram favoravelmente para a ocupação da região: a intensificação do comércio entre a região da campanha gaúcha e a região central do Brasil; o esgotamento das reservas de terras nas ditas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul⁴⁴; e a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, ligando Santa Maria (RS) a Itararé (SP)⁴⁵.

Para a promoção do processo de colonização da região, especialmente do Oeste de Santa Catarina, a construção da estrada de ferro foi decisiva, pois promoveu uma espécie de “limpeza” da região, com a expulsão daqueles chamados “caboclos” –mestiços, posseiros– e dos índios, abrindo as terras aos imigrantes e seus descendentes⁴⁶. Tal fenômeno promoveu a valorização das terras, abriu canais “seguros” para o escoamento da produção, integrando comercialmente a região ao centro do País⁴⁷.

Vale sublinhar que o processo de ocupação definitivo da região alvo deste estudo tem como matriz o processo de imigração e colonização com europeus não portugueses promovido pelo Estado brasileiro em várias regiões do país a partir de 1824, mas que encontrou no Sul do Brasil as condições favoráveis

⁴² A Região do Plata refere-se à região próxima ao Rio da Plata (Mar Del Plata) colonizada por espanhóis e que viria dar origem a Argentina.

⁴³ Ver Renck, 1991; Pesavento, 1990; Schenkel, 1997; dentre outros. A pequena propriedade como “isca” para a atração dos imigrantes não foi fato exclusivo desta região (ver Petrone, 1984).

⁴⁴ Por “colônias” entendem-se as ocupações de terras promovidas pelo Estado brasileiro com imigrantes europeus não portugueses, a partir de 1824. Por “colônias velhas”, as primeiras fundadas no Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul (Schenkel, 1997; Roche, 1969).

⁴⁵ Deve ser registrado que a região Noroeste do RS teve o processo de colonização desencadeado no período anterior a construção da Estrada de Ferro, enquanto que no oeste catarinense foi posterior (Schenkel, 1997).

⁴⁶ Que levou à guerra do Contestado no oeste de Santa Catarina.

⁴⁷ Entre outros trabalhos, ver Thomé, 1992; Ferreira, 1992.

para êxito. Foi uma ocupação baseada no regime da pequena propriedade e na mão-de-obra familiar, caracterizando-se também pela diversificação da produção, firmando-se como produtora de alimentos para o mercado interno, ao contrário da monocultura de exportação praticada pelos latifúndios.

Além do que foi acima apontado, caracterizou a região de colonização também a preservação da bagagem cultural dos imigrantes, que marcou com traços típicos aspectos econômicos, políticos, religiosos, sociais e morais, em função da origem étnica, cada núcleo colonial inicialmente. Essas heranças permitiram à Região Sul, com o passar do tempo, uma singularidade cultural em relação ao Brasil com um todo.

Os colonos atraídos para a região foram, principalmente, descendentes de imigrantes alemães e italianos oriundos das colônias velhas do Rio Grande do Sul, além de poloneses e outros imigrantes, em razão da escassez de terras, inviabilizando a reprodução da pequena propriedade e a continuidade da divisão da propriedade em outras menores. Esses e outros agravantes, aliados ao espírito pioneiro⁴⁸, alimentaram a formação de uma corrente migratória interna, cujo vetor apontava para o norte.

Os lotes de terras vendidos na região tinham, em média, vinte e cinco hectares. Eram adquiridos junto às empresas colonizadoras, as quais, por sua vez, haviam negociado as terras junto ao governo, mediante a prestação de serviços, principalmente a abertura de estradas e construção de ferrovias, assumindo o compromisso de fazer com que fossem ocupadas, tornando assim a região colonizada e produtiva. Ao colono, em algumas oportunidades, também foram oferecidas facilidades para o pagamento, dentre as quais merecem destaque o pagamento a prazo ou a prestação de serviços em obras de infraestrutura para as colônias.

⁴⁸ Sobre o espírito pioneiro, ver Roche, 1969.

3.2 A formação econômica da região

Os primeiros anos de colonização da região foram marcados pelas explorações extrativistas, de madeira e de erva-mate nativas. Mas, desde o início, os “colonos” dedicaram-se à produção agrícola, cujos principais produtos foram o trigo, a alfafa, o arroz, o milho, o feijão, o fumo e outros, bem como à produção de suínos, comercializados vivos ou em derivados, dentre os quais destacavam-se a lingüiça e a banha⁴⁹.

Como nas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul as práticas agrícolas já não se restringiam estritamente para uma agricultura de subsistência, apresentando significativo grau de relações comerciais. Produzir excedentes para o mercado, além de ser uma necessidade para que pudessem livrar-se dos compromissos firmados com as empresas colonizadoras, era necessário para adquirir aquilo que não pudessem produzir na propriedade. Como estímulo à produção de excedentes, havia a própria demanda nacional, que se fez presente através das firmas que, sediadas no centro do país, adquiriam os produtos agrícolas e os transportavam via a estrada de ferro.

Tão logo as condições permitiram, e oferecidas as possibilidades de transporte, começaram a ser constituídos pequenos estabelecimentos comerciais no interior das colônias, que recolhiam a produção e, ao mesmo tempo, forneciam aqueles produtos não produzidos nas unidades agrícolas. A iniciativa de estabelecer-se como comerciante normalmente partia de algum dos imigrantes. Os pequenos estabelecimentos comerciais fixavam-se em locais estratégicos das colônias, aqueles destinados à sede das comunidades, para onde todos os caminhos apontavam, junto à igreja, cemitério e escola.

Os comerciantes passaram a garantir a intermediação comercial, fornecendo aos agricultores produtos em geral, como ferramentas agrícolas,

⁴⁹ Havia vários pequenos abatedouros espalhados pelas *colônias* da região que faziam a transformação dos suínos; além disso, os próprios “colonos” abatiam e transformavam suínos, de maneira artesanal, em suas propriedades.

tecido em metro, querosene, sal, armas e munições e outros. Em contrapartida, os comerciantes compravam os produtos agrícolas excedentes dos pequenos proprietários, possibilitando o escoamento dos mesmos para os centros urbanos do país; lembrando que os colonos em geral não dispunham de recursos suficientes para colocarem tais excedentes junto ao mercado consumidor. Este e outros fatos fizeram do comerciante um elemento quase que central na vida dos agricultores. A ligação dos comerciantes locais com os setores industriais e comerciais urbanos permitiu a constituição de um capital comercial emergente em toda a região.

Esse capital comercial fortaleceu a figura do comerciante, que passou a ser uma espécie de central de pedidos de coisas, de fatos e até de pessoas (notícias), tudo em nome da “amizade” e da “confiança” comercial e política. A ele, o colono levava as lamentações, tornando-se uma espécie de conselheiro para tudo e para todos. Ademais, a casa de comércio via-de-regra também era o local de encontro para jogos diversos (bocha, bolão, baralho e outros).

A influência do comerciante sobre estes agricultores se reforça gradualmente e, por outro lado, força o aumento da relação de dependência do agricultor para com o comerciante. O comerciante passa a ser um alguém que sabe mais, que tem mais. Esta situação de dependência é uma mostra ou um diagnóstico preciso do elevado estado de fragilidade em que se encontrava o pequeno agricultor nas regiões coloniais.

Compreender e desvelar a centralidade do comerciante na vida do pequeno agricultor nas regiões de colonização é fundamental para entender e apreender a posterior relação com as empresas do setor agroindustrial, na medida em que estas assumem a figura do comerciante. Basicamente, ocorre uma transferência da relação de dependência: do comerciante para a empresa agroindustrial. Neste sentido, pode-se dizer que a dependência do colono em relação às agroindústrias não é produto da constituição das agroindústrias capitalistas, mas uma herança cultural que é “aproveitada” por estas⁵⁰.

⁵⁰ Ver Schenkel, 1997.

Conforme já foi dito acima, o papel do comerciante não se restringia à aquisição dos produtos excedentes produzidos pelos agricultores, ele também fornecia “tudo” o que os agricultores precisavam. Na maioria dos casos, as compras eram feitas sem dinheiro, mantendo-se assim uma relação de confiança, onde o agricultor se comprometia a entregar ao comerciante toda a produção destinada à venda. Pela supremacia econômica, conhecimento do ato de comercializar, por exercer uma espécie de domínio cultural e político, pode-se imaginar que quem fixava os preços dos produtos a serem vendidos ou comprados era o comerciante. Desse entendimento pode-se deduzir que a existência de liberdade para comercializar e mesmo para estabelecer preço para seus produtos não constitui uma prática histórica exercida pelos colonos pequenos agricultores. Observa-se que o produtor agrícola tem quase que assimilado a condição de espera pelo outro – o comerciante, o governo/preço mínimo, a agroindústria – para que eles fixassem preço para seus produtos (Schenkel, 1997).

A partir das primeiras décadas do século XX, numa associação de capitais comerciais e de alguns fundos de reserva dos próprios colonos, teve início a construção dos primeiros frigoríficos, os quais passaram a comprar a produção dos colonos e a industrializá-la, especialmente a de suínos. Inicialmente, as atividades agroindustriais estiveram associadas à rede de comercialização já existente, sem qualquer intervenção no processo de produção agrícola adotado pelos colonos, em que o comerciante local operava como intermediário na relação do colono com a agroindústria, responsável pela coleta e o transporte da produção até o frigorífico.

A intervenção da agroindústria na forma de produção agrícola começou a evidenciar-se na década de 1950. De uma forma sutil, iniciou um processo de subordinação do pequeno proprietário rural ao capital agroindustrial. Tal intervenção foi apresentada, quase sempre, como uma forma de melhoria estrutural e econômica da propriedade. Foi um processo lento, mas contínuo e seguro, atingindo todas as propriedades de forma direta ou indireta. Possivelmente, num primeiro momento, o agricultor não teve parâmetros para

proceder a uma avaliação da perda de controle sobre a produção em sua propriedade. Para esses agricultores, a integração a uma agroindústria apresentava-se como um rearranjo nas formas de produzir, comercializar, consumir e vender, que ele havia vivenciado no período anterior (Moreira, 1995 e 1999; Graziano da Silva, 1999; Schenkel, 1997).

O surgimento, ou a implantação, das agroindústrias em nenhuma parte do país ocorreu de forma isolada. Foi todo um processo, que implantou um conjunto de indústrias a montante e a jusante da produção agrícola propriamente dita, que incluía aquelas fornecedoras de máquinas e equipamentos (bens de capital), necessários à sua implantação e expansão, bem como aquela de transformação dos produtos agrícolas.

Na região em estudo, este processo de intervenção foi iniciado na década de 1950 com a introdução de novas raças de suíno, as de “tipo carne”, que gradualmente passaram a substituir aquelas “tipo banha”. A diferenciação de preço para o suíno foi um forte argumento para que os agricultores rompessem com a prática e o costume de criar o porco tipo banha. Substituir a raça suína na propriedade significava uma reorganização de toda a propriedade, bem como a prática de novos preceitos técnicos (um novo fazer).

No momento em que as agroindústrias começaram a perceber que o agricultor havia “aprendido” a lidar, de forma eficiente, com as novas raças, passaram a executar uma intervenção ainda maior, projetando os seus objetivos, ao mesmo tempo desvalorizando o conhecimento dos agricultores, escolhendo aqueles que melhor se “adequassem” às agroindústrias. Assim, a partir da década de 1960, novos argumentos (créditos, insumos, assistência técnica fornecida pelas empresas) foram usados para justificar a introdução de novos elementos de intervenção nas propriedades, contribuindo na região, com o processo de exclusão, uma vez que escolhiam os futuros integrados de forma a atender as expectativas das agroindústrias.

O grupo Sadia criou nesta época o sistema “fomento”⁵¹, passando a dispensar o comerciante como intermediário e acertando diretamente com o agricultor a aquisição de sua produção. A integração dos produtores de suínos às agroindústrias passou por um processo lento e gradativo, sendo que o agricultor teve que se adaptar à evolução da técnica exigida para o manejo das raças melhoradas destes animais. Já com a integração de aves, a implantação foi instantânea, realizada via “pacote”, visto que a avicultura comercial foi “introduzida” na região pelas agroindústrias (não fazia parte da história local). Tal modelo de integração, mais tarde, foi adotado pelas demais agroindústrias.

O sistema de integração configura-se, atualmente, como a mais explícita, bem planejada e eficiente forma de intervenção das agroindústrias nas pequenas propriedades rurais e constituiu-se como a forma de penetração do capital nas atividades agrícolas das colônias locais.

Uma das maiores conseqüências da penetração do modo de produção capitalista no meio rural, a partir da década de 1960, foi o desenvolvimento e a transformação do antigo padrão de produção orientada para a subsistência, com a comercialização apenas dos excedentes, para uma forma de produção orientada para o mercado.

A garantia (segurança) de venda da produção foi o argumento de justificação e legitimação para a integração, pois, assim, a agroindústria estaria assegurando as condições mínimas para a reprodução das unidades agrícolas familiares. Para tal, foram utilizadas também as expectativas, difundidas pelos meios de comunicação, do agricultor ingressar nos moldes de consumo básicos que caracterizam e são determinados pela sociedade capitalista (de consumo).

⁵¹ O fomento agropecuário consistiu numa espécie de contrato feito entre a agroindústria e o colono, através do qual ficava estabelecido que todos os insumos e material genético adquirido pelo agricultor fossem oriundos da referida agroindústria, a qual se comprometia com a aquisição de toda a produção. Mais tarde este processo foi denominado de “integração”. Entretanto, não implicava simplesmente em um contrato de compra e venda, mas na adoção de um pacote tecnológico e de trabalho (compromisso) considerado válido pela empresa integradora. Em razão disso e de forma crítica, alguns dos entrevistados denominaram tal processo como de “intregação”, dado que cabe à agroindústria ditar as regras do processo produtivo, da jornada de trabalho, dos insumos a usar, dentre outros.

A modernização agrícola decorrente deste processo determinou uma profunda transformação qualitativa e quantitativa das características produtivas das pequenas propriedades da região. A penetração do capitalismo não determinou, em princípio, a falência das pequenas propriedades no oeste catarinense e noroeste gaúcho, mas alterou a forma de organização da sua produção e, com o passar do tempo, a submeteu fortemente às relações de mercado, fragilizando e comprometendo-a.

A utilização de mecanismos de financiamento de reprodutores, melhorias nas instalações, fornecimento de rações, de leitões, de pintinhos, além do rígido controle técnico da produção e do contrato de compra da produção, constituíram as características fundamentais do modelo de integração em aves e suínos.

A integração, assim, rompe com a autonomia do produtor, sobretudo a lógica decisória familiar, sobre o que, como e quanto produzir⁵². Estas decisões passam a ser tomadas pela agroindústria integradora (a lógica decisória passa a ser externa). Da mesma forma, se num primeiro momento, a integração representou possibilidade de venda da produção, num segundo momento, para dar conta do padrão tecnológico imposto pela integradora, transformou-se em “obrigação de comprar” os insumos necessários para atendê-lo, bem como, acabou monetarizando todas as relações sociais e de troca dos agricultores, fragilizando as relações de cooperação e solidariedade, prejudicando o capital social presente nesta região.

Há um outro aspecto a mencionar, rapidamente. A industrialização do setor de alimentos tem implicado importantes modificações nos costumes e hábitos de consumo alimentar na região, o que pode, segundo alguns estudos, acarretar problemas na saúde da população em geral⁵³.

Para diminuir o fosso entre agricultores incluídos e excluídos, a concentração de renda e poder, a relação desigual proporcionada pela

⁵² Ver Moreira, 1999; e Lamarche, 1993.

⁵³ Ver Motta & Boog, 1987; Pinheiro, 1993; Beskow, Kohwald, Reinheimer, 2001.

integração, além de romper com o modelo de produção agrícola vigente, a organização dos pequenos agricultores, a formação de associações, bem como, a promoção de formação e de conhecimento são imprescindíveis. Deverão ser capazes de democrática e participativamente, junto com a sociedade civil organizada, construir um projeto alternativo e conquistar o apoio de forças políticas e econômicas, para a implantação de políticas públicas e de assessoria técnica (pública ou ONGs) adequadas.

Entretanto, fixar o olhar em um horizonte tão distante, pode ofuscar a percepção daquilo que algumas entidades já estão realizando. Neste sentido, merece ser evidenciado iniciativas como a da EMATER-RS e, em especial para esta pesquisa, o trabalho do Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores (CAPA)⁵⁴.

3.3 As associações de agricultores e as agriculturas de base ecológica

3.3.1 A formação dos grupos e o interesse pelo agroecológico

Nesta parte do trabalho serão apresentados os aspectos apontados pelos agricultores que os levaram à formação dos grupos, bem como as razões para o despertar e o interesse para desenvolver agricultura de base ecológica.

O engajamento em movimentos sociais contestatórios e reivindicatórios pode ser considerado como um aspecto significativo. A participação em atividades promovidas pelos movimentos, especialmente os de caráter sindical e religioso, como palestras, encontros, seminários e outros, além de promover a compreensão do modelo de desenvolvimento agrícola e rural vigente, provocou o despertar para o trabalho em grupo como alternativa para vencer

⁵⁴ Mencionado no final do capítulo anterior.

as dificuldades impostas aos agricultores por este modelo (que é produto da modernização).

As dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores familiares também foram significativas para que optassem por modalidades de trabalho coletivas (formação dos grupos) e por estilos de agricultura de base ecológica. Em alguns casos foi decisiva a perspectiva de aumento de escala, tanto para a compra de insumos, como para a comercialização, o que possibilitaria barganhar melhores preços. Contribuiu também o apego ao lugar onde viviam e a desilusão com as benesses dos centros urbanos, forçando-os a procurar uma alternativa no próprio campo. Vejam-se os trechos de depoimentos, a seguir.

Só produzindo a própria semente de milho, já economizava (...) o CAPA incentivou também a fazer a adubação verde (...) era um jeito de usar menos veneno (Armando, APARG).

Começamos a associação para comprar mais barato, comprar em quantidade. A primeira coisa que eu lembro que a gente ia comprar junto foi uma carga de uréia (Hélio, Passo de Uvá).

É um processo lento, não dá prá fazer tudo de uma vez (...) eu acho que (...) não tem receita pronta na agroecologia e se analisar bem, no final a renda líquida é bem maior (Décio, AAFA).

A idealização de um passado remoto⁵⁵, recuperando valores como o trabalho realizado em grupos, a solidariedade, a troca mútua de trabalho, de sementes, de ferramentas e de gêneros alimentícios, também foram aspectos que contribuíram, significativamente, para a formação dos grupos, como forma de resgatar as características de um passado idealizado.

Este passado idealizado também foi considerado importante para o despertar agroecológico, na medida em que, num certo sentido, a agricultura ecológica lhes representou um resgate da relativa independência do agricultor

⁵⁵ Para maiores esclarecimentos sobre a questão "idealização" do passado, remetemos aos estudos de Schenkel, 1997 e Menasche, 1993.

em relação aos insumos de produção externos à propriedade e à necessidade de crédito, possibilitando o restabelecimento da autonomia do agricultor, no que tange ao processo decisório, que novamente passaria a ser tomado pela família.

No mesmo sentido, a saúde das pessoas é normalmente associada à qualidade da alimentação de outrora. A concepção predominante é que antigamente as pessoas dispunham de uma alimentação “natural”, livre de componentes químicos, razão pela qual proporcionaria maior resistência às doenças e enfermidades. Nos dias atuais, esse acréscimo de compostos químicos ao processo de produção e transformação é visto como responsável pela maior fragilidade das pessoas às doenças e, também, pelo surgimento de novas doenças, como o câncer. Deve ser acentuado que o aspecto referente à saúde foi despertado pela ação das pastorais e do próprio CAPA, conforme apontado pelos depoimentos. Vejamos alguns trechos a seguir.

O que incentivou prá acontecer a mudança foi a turma do CAPA, com as reuniões, as palestras, as fotos das criancinhas deformadas por causa do veneno, isso foi importante prá começar a ter consciência do que os veneno pode fazer (Roberto, Passo do Uv).

A gente tinha medo de estragar muito a saúde (...) a maioria já n usava os agrotóxicos, era muito caro (Armando, APARG).

A gente tem que pensar na saúde, pensar mais em si mesmo e menos no dinheiro (...) d prá viver bem, só que tem que aprender a trabalhar com o ecológico, com a natureza, respeitando a natureza (Cleonice, APARG).

Outro aspecto destacado pelos agricultores foi o reforço da cooperação, da união e da harmonia entre os membros da família e entre as famílias vizinhas. Na opinião dos entrevistados, não basta cada família produzir em sua propriedade, mesmo que seja com técnicas orgânicas; é preciso que desenvolvam atividades que envolvam todas as pessoas, incluindo as mulheres, os jovens, as crianças e os idosos, não são para dividir as tarefas, mas também como forma de ampliar e estreitar as relações sociais. Percebeu-

se o predomínio de uma concepção positiva acerca do trabalho e a participação de todos, mulheres e homens, jovens, crianças e idosos, seria uma forma de simultaneamente valorizar, reconhecer, ensinar e aprender a trabalhar.

Um ponto fundamental é trabalhar em conjunto (...) no coletivo (...) dá mais ânimo (...) tem uma brincadeira (...) com o grupo aumentou muito a confiança entre as famílias (Edinei, AAFA).

Quando tem um serviço ruim prá fazer, não é mais você sozinho que faz, tem quem ajuda (...) então (...) fica mais fácil prá fazer (...) se tiver um que ajuda, a gente vai conversando e quando vê, faz o serviço e nem percebe (Hélio, Passo do Uvã).

Parar prá se reunir (...) trocar idéias (...) tomar chimarrão (...) prá muitos é perda de tempo (...) mas (...) prá nós é ganhar tempo, é preciso ouvir as idéias de cada pessoa e ver qual a idéia melhor (...) (Serenita, Passo do Uvã).

Perde tempo é quem fica em casa, se ele não sai, não aprende nada (Armindo, APARG).

A partir dos aspectos citados, começaram a ser formados grupos informais, via-de-regra compostos por pessoas de uma mesma comunidade rural. Reuniam-se com certa frequência, tendo em mente vários “sonhos”⁵⁶ e objetivos, para discutir e dar os encaminhamentos devidos. Aos poucos foram percebendo a necessidade de assessoria, recorrendo à igreja e ao sindicato.

Foi desta maneira que o CAPA se aproximou das três associações aqui trabalhadas. O que fez, portanto, foi aproveitar as oportunidades e os interesses existentes nos grupos em formação para desenvolver seu trabalho. Com a assessoria do CAPA, os grupos foram despertados para a necessidade de deixarem a informalidade, promovendo a discussão dos estatutos de forma participativa, legalizando-os e, assim, buscando parcerias para desenvolver e tornar realidade os seus sonhos e objetivos.

⁵⁶ O uso da expressão “sonho” reflete fidelidade aos informantes, que a utilizavam para representar grandes metas.

Uma das primeiras atividades produtivas promovidas pelo CAPA junto aos grupos assistidos foi a “sementeira de milho”⁵⁷ para a produção de sementes, insumo bastante caro do qual a maioria dos agricultores eram dependentes. Também houve, já na primeira atividade, o incentivo à produção coletiva e ecológica, pois significava a redução dos custos de produção para o agricultor, ao dispensar o uso de insumos químicos e permitir a troca de dias de trabalho; também por que embasava-se no emprego de técnicas de proteção ao solo.

Depois, outras atividades foram promovidas e incentivadas, com destaque para as agroindústrias e as feiras livres, ambas de caráter coletivo e promotoras de oportunidades de renda. As agroindústrias pretendiam a agregação de valor aos produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, aproveitar melhor a safra, evitando perdas de produção e possibilitando a venda dos mesmos na entressafra. Entretanto, é bom frisar que a decisão sobre implantar ou não uma unidade agroindustrial, bem como sobre qual produto processar, foi tomada pelos grupos através da realização de debates, consulta à literatura e troca de informações e experiências com outros grupos. O CAPA, entretanto, buscou alcançar o consenso entre os agricultores do grupo, para que optassem pela industrialização de um produto apenas, por enquanto, preferencialmente de um que tivesse maior afinidade com o histórico de produção do grupo.

Segundo os informantes, houve entraves para a construção da estrutura e legalização das agroindústrias, decorrentes das próprias dificuldades financeiras dos grupos, da disponibilidade de linhas de crédito e de aspectos burocráticos e legais. Apesar das dificuldades, os grupos possuem agroindústrias em funcionamento, sendo duas ligadas à cadeia produtiva da cana-de-açúcar e uma ao processamento de frutas e hortaliças.

A comercialização direta, através das feiras livres, tem sido uma estratégia de comercialização utilizada por muitos grupos de agricultores ecológicos como um diferencial, possibilitando o contato e a troca de

⁵⁷ A produção de milho nesta região é uma atividade importante e bastante incentivada porque este produto é muito requisitado para a ração utilizada na alimentação de suínos e frangos.

informações entre os produtores e os consumidores e a eliminação do atravessador. Tem se mostrado importante também para a formação de uma consciência, da sociedade como um todo, sobre a importância da agricultura ecológica, conforme aponta Canci (2002, p. 63):

As feiras ecológicas devem ser organizadas por todo o país, elas cumprem um importante papel, além de viabilizar várias famílias, a sociedade tem um contato físico com a Agroecologia que é exteriorizada através da feira. Forma cidadãos, consumidores conscientes.

Os grupos, com o apoio do CAPA, passaram a buscar novos parceiros, tanto no setor público como em outras ONGs, para viabilizar os seus projetos. Foi assim que os grupos procuraram o poder público municipal para viabilizar espaço físico nos centros urbanos para a comercialização. A realização de feiras semanais é feita pelas três associações, sendo que duas delas conquistaram o apoio das prefeituras após muita persistência e organização e algumas rodadas de discussão. Portanto, os espaços para as feiras livres não foram benesses, foram, sim, conquistas de significado singular para os grupos, para a sua organização e fortalecimento. O espaço físico para a comercialização passou a ser visto como um palco de democracia, de respeito e de valorização aos agricultores; um espaço onde acontece a venda direta, sem a interferência de atravessadores; onde ocorre a troca de conhecimentos entre agricultores e consumidores, onde os dois lados obtêm vantagens, na medida em que trabalham sob os princípios do preço justo e da confiança. Tais espaços estão abertos para que outros grupos também possam utilizá-los, desde que respeitem os princípios da Agroecologia.

Vejamos alguns trechos das entrevistas acerca desse assunto:

Bom mesmo é você consumir um produto e ter confiança de poder oferecer um produto bom para o consumidor (Claudir, APARG).

A comercialização direta, baseada na confiança, é a melhor opção para a associação de agricultores ecológicos (Darci, Passo do Uvã).

O nosso principal objetivo é a família, depois vender, primeiro na vizinhança, na feira, na região, e se sobrar, vender em outros locais, outros estados e até outros países (...) o nosso grupo está na Rede Ecovida” (Ademio, APARG).

Para finalizar, cabe destacar, ainda, além daqueles já apontados, outros aspectos complementares levantados nas entrevistas que auxiliam a promoção das associações de agricultores ecológicos. Em primeiro lugar, é preciso promover a formação (técnica, política, social) dos grupos de maneira participativa, bem como resgatar e valorizar o conhecimento local. Para Canci (2000), é preciso juntar o conhecimento acadêmico ético com o saber dos agricultores.

Em segundo lugar, é preciso que o poder público alie-se às ONG's, Igrejas, Associações, Sindicatos e outras entidades e juntos possam contribuir para que ocorra uma mudança no modelo de desenvolvimento agrícola e rural atual. Isto não quer dizer que, caso esta aliança não ocorra, a Agroecologia estaria fadada ao fracasso; mas sim, que a revisão do modelo de desenvolvimento resultante desta aliança poderia promover mais rapidamente as mudanças necessárias, tanto na perspectiva social, com a inclusão dos agricultores excluídos pela agricultura convencional, quanto na perspectiva ambiental, com a adoção de sistemas de produção sustentáveis.

Em terceiro lugar, a sociedade e os consumidores também precisam tomar consciência e entender que o problema ambiental é de todos e não somente dos agricultores (Altieri, 2001; Sachs, 1986). Neste sentido, os consumidores também precisariam receber informações para ajudar a promover a Agroecologia (Canci, 2002). Ainda pode ser lembrado que a escassez de alimentos para a sociedade pode ser sanada com estilos de agricultura de base ecológica e com o apoio do governo, conforme esclarece Rosset (1995), que exemplifica com o caso de Cuba.

Nas palavras de um dos técnicos entrevistados,

Precisaria criar na sociedade espaços de sensibilização, onde esteja presente quem consome e quem produz, os jovens (...). Há uma necessidade de conscientização da sociedade para este grande problema que o mundo está vivendo (...) o trabalho de formiguinha vem dando resultado (Marcelo, CAPA)

Entre os fatores limitantes para esse processo, devem ser destacados: as dificuldades para a comercialização (ainda existentes, apesar dos avanços); o pequeno número de assessorias técnicas e organizativas (cuja qualidade não cabe questionar, mas advertir que são poucas e tem disponibilidade de atender pequeno número de associações); a ausência de políticas públicas adequadas à agricultura familiar⁵⁸, principalmente até meados da década de noventa e o não aproveitamento adequado dos meios de comunicação (Costa, 2000; Muller, 2001).

Uma alternativa possível para ampliação do número de agricultores atendidos poderia resultar da reorientação das linhas e diretrizes de trabalho das agências oficiais de assistência e assessoria técnica aos agricultores, a exemplo do que já está acontecendo no Rio Grande do Sul, com o trabalho da EMATER-RS a partir de 1999. A maioria dos trabalhos, até então realizado por estas agências, sem menosprezo ao trabalho realizado e à constante busca, por parte de alguns de seus profissionais, por soluções ambientalmente mais adequadas para a agricultura, estava sendo orientado predominantemente por metodologias individuais e com base num conhecimento externo, superior, ao qual o assistido deve se adaptar. Tal reorientação, para invocar o exemplo de algumas ONGs, poderia pautar-se por metodologias de trabalho coletivas, participativas e que tenham por base o conhecimento local, acrescido da organização e sistematização necessárias (Caporal, 1999 *apud* Bracagioli).

Estas dificuldades, entretanto, não devem ofuscar a grandeza das inúmeras iniciativas que buscam a concretização do trabalho coletivo com base

⁵⁸ Costa (2000), em sua dissertação de mestrado sobre a ACEVAM, exemplifica o caminho dificultoso para conseguir financiamento, quando se trata de agricultores familiares. Ver também sobre os entraves burocráticos vivenciados pela AGRECO em Muller (2001).

nos princípios da Agroecologia, constatada pelo crescente número de associações ecológicas, de produtores e de consumidores, além da produção científica e da reorientação de alguns profissionais dos serviços de extensão rural realizados em todo o estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e no Brasil (Canci, 2002; Cintrão, 1998).

3.3.2 A Associação dos Pequenos Agricultores de Rancho Grande (APARG)

No Oeste Catarinense, na micro-região da AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense), está situado o município de Concórdia, que possui 805,53 Km² e 62.961 habitantes, sendo 45.169 a população urbana e 17.792 a população rural. A colonização foi realizada por descendentes de imigrantes europeus e a economia ditada por interesses das grandes agroindústrias, principalmente a Sadia⁵⁹. O relevo da região é bastante acidentado e, portanto, não propício à mecanização da agricultura; clima subtropical temperado com temperatura média anual de 17°C. A região é caracterizada por uma forte presença de pequenos agricultores familiares, o que propiciou a formação de muitas comunidades localizadas no meio rural, dentre elas, a comunidade de Rancho Grande, que fica distante cerca de 15 Km da sede do município.

Em meio aos inúmeros acontecimentos econômicos, políticos e sociais ocorridos no Brasil e na região nas últimas décadas, à necessidade de vencer os obstáculos, além do objetivo de querer melhorar e ajudar a comunidade, fez

⁵⁹ SADIA - Sociedade Anônima de Concórdia/SC, uma agroindústria que nasceu em Concórdia na década de 1940. Inicialmente processava somente suínos. Nas décadas seguintes investiu também no processamento de trigo, de aves e de soja. Foi pioneira do "Programa de Fomento Agropecuário" entre empresas e agricultores, mais tarde chamado de "integração" ou "parceira". Atualmente atua em diversos estados brasileiros e no exterior. Conferir Schenkel (1997).

com que um grupo de agricultores da comunidade de Rancho Grande se organizasse e começasse a se reunir informalmente nos primórdios dos anos 1990, tanto para discutir e encontrar conjuntamente soluções válidas para todos, como para somar esforços e vencer as dificuldades colocadas.

Em 1993, em um "Seminário da Pastoral Rural", promovido pela IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e realizado na Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, para toda a comunidade regional, estava presente um agricultor da comunidade de Rancho Grande, o Adêmio Weirich, o qual teve a oportunidade de conhecer a trabalho do CAPA.

Quando Adêmio retornou à comunidade, teve a iniciativa de convidar as pessoas da comunidade para formar um grupo de agricultores, pois individualmente percebia que não havia mais como encontrar saídas. Com o apoio do pastor Erwin Barg, da comunidade de Rancho Grande da IECLB, após um culto dominical, expôs as suas preocupações e inquietações, bem como falou sobre a sua participação no referido seminário, informando a todos sobre a existência do CAPA e de sua assessoria à grupos de pequenos agricultores. Ao final, agendaram nova reunião para tratar da possibilidade de formar um grupo, dando um tempo para cada família refletir sobre o assunto.

Em 1994 aconteceu a primeira reunião do grupo, que contou com a presença de onze famílias. O apoio e o incentivo do pastor e do Adêmio tiveram influência direta e decisiva para o início das atividades do grupo. Por algum tempo ficaram se reunindo eventual e informalmente. Depois, buscaram a assessoria do CAPA e as reuniões passaram a ocorrer mensalmente, já com a presença de um técnico. E, desde então, o grupo não parou mais de se reunir, sendo que algumas das onze primeiras famílias se afastaram e outras famílias começaram a participar mais tarde do grupo, totalizando, hoje, treze famílias.

(...) quando o CAPA veio, eles perguntaram sobre o que o grupo estava interessado em fazer, e logo foi discutido e decidido pela produção própria de semente de milho (...) estava ficando muito caro (...) era preciso fazer a própria semente, aí começamos (...) não usar mais veneno, fazer adubação verde,

fazer plantio direto (...) o CAPA já puxava para o lado da agroecologia (...) (Adêmio, APARG)

Assim foi decidido pela formação da associação de pequenos agricultores de Rancho Grande, sendo tomado de empréstimo uma área de terra para a produção coletiva de semente de milho.

Seguiram-se as reuniões regulares, nas quais muitos assuntos eram tratados, com destaque para os temas relacionados à saúde, à preservação do meio ambiente, à proteção do solo, à organização e formação política, econômica e social dos agricultores, além da elaboração, discussão e aprovação do estatuto da associação. Para a formação e desenvolvimento do grupo foram utilizadas várias atividades, tais como: palestras, troca de experiências entre agricultores, participação em cursos, execução de atividades práticas e outras.

Legalmente, a Associação de Pequenos Agricultores de Rancho Grande – APARG foi constituída em outubro de 1996, pois foi nesta data que a associação foi efetivamente registrada em cartório.

A maioria dos agricultores da APARG é proprietária das terras, cuja área individual varia de dez a vinte hectares. Alguns dos sócios já tiveram a oportunidade de participar dos programas de integração das agroindústrias, mas que, em razão do processo de exclusão próprio ao sistema ou por opção, tiveram que buscar alternativas para permanecerem no meio rural. Muitos deles, inclusive, relatam experiências negativas com relação ao processo de integração, especialmente acerca do plantio de fumo, por causa dos insumos utilizados.

(...) quando eu plantava fumo (...) na época de colher fumo (...) todo mundo se achava atacado (...) era uma coisa que pesava (...) não podia botar prá fora, e ninguém sabia de que (...) daí, quando nós paramos de plantar fumo, saiu toda essa coisa (...) a gente nota que o veneno faz mal (...) por causa do veneno, nós paramos e mudamos pro ecológico (Eteví, APARG).

Anos atrás, ninguém limpava a terra com veneno (...) então prá que passar veneno? Não precisa (...) é só trabalhar (...) (Willibaldo, APARG).

Situação semelhante a esta, descrita acima, está sendo vivida atualmente pelos agricultores, inclusive sócios da APARG, que trabalham com a produção de leite, os quais, mais cedo ou mais tarde, por força da legislação que impõe cada vez mais restrições aos pequenos produtores, serão excluídos por não atender aos preceitos técnicos ou sanitários exigidos pelas agroindústrias.

(...) o forte na nossa região é o frango e o suíno, só que com as leis, as exigências que as firmas fizeram, muitos se obrigaram a parar de criar frango e suíno (...) muitos abandonaram ou venderam as terras e foram prá cidade e os que ficaram, investiram nas vacas de leite (...) mas, tão meio falido por causa do preço do leite (...) e agora tão falando que tá chegando umas leis para a produção do leite (...) aí (...) ou eles aumentam a produção ou eles param (...) (Claudir, APARG)

Dentre as atividades promovidas pelo CAPA e cuja importância foi reconhecida pelos sócios da APARG, destacam-se as viagens para a troca de experiência entre agricultores e visitação. Em uma delas, em 1996, quatro agricultores viajaram para o Centro de Agricultura Ecológica de Ipê/RS, que despertou o interesse em alguns integrantes da associação para a produção de hortaliças ecológicas, as quais, juntamente com excedentes de outros produtos, poderiam ser comercializados em uma feira na cidade de Concórdia.

Eu já tinha um plano em plantar hortaliças (...) e aquela viagem me deu forças para o plantio (...) e mais ainda, vi que poderia ser ecológico (...) e comecei a levar para Concórdia, de casa em casa (...) eu já tava fazendo um pouco esse sistema, venda direta (...) eu já levava queijo, nata, ovos, porque meu falecido pai já levava às vezes alguma coisa (...) aí ele ficou doente e não podia mais e então eu comecei (...) isso faz uns vinte anos ou mais (...) eu me fiz dois cestos, ia até o asfalto (...) depois ia de ônibus (...) (Adêmio, APARG).

Inicialmente a feira foi trabalhada por cinco famílias, foi aumentando, e hoje são em treze. Começou a funcionar efetivamente em 23 de agosto de

1999, junto à Casa do Produtor⁶⁰ em Concórdia. Após alguns conflitos, diálogos, muita persistência e muita organização, os produtores da APARG conseguiram um espaço, viabilizado pela Prefeitura Municipal, exclusivo para a comercialização de produtos ecológicos, o que garante de antemão um espaço para futuros grupos e ou associações de agricultores ecológicos da região ou da Rede Ecovida.

(...) eles queriam que a gente fosse vender todo dia, junto com o convencional, aí não ia funcionar porque foge dos objetivos da agroecologia (...) que é a venda direta (...) lá funciona como um mercado e não como uma feira, onde tem um contato direto do produtor com o consumidor (Adêmio, APARG).

Para melhor comercializar os produtos e cumprir com as exigências legais, a APARG está participando da Rede Ecovida, o que lhe garante a certificação participativa, além da promoção de formação dos integrantes da associação. Outra conquista foi a construção de uma agroindústria para processamento de frutas e hortaliças, que entrou em operação em 2002 e contou com o apoio, além do CAPA, de outros parceiros.

A APARG conta com o apoio e incentivo da Prefeitura Municipal de Concórdia, EPAGRI⁶¹, DESENVOLVER⁶², STRs, dentre outros. A associação

⁶⁰ A Casa do Produtor é um espaço de comercialização dos pequenos agricultores de Concórdia, na sua maioria são produtores convencionais. O espaço foi viabilizado, via projeto da Prefeitura Municipal, com recursos do PRONAF (fundo perdido). Inicialmente a Casa funcionava aos sábados, mais tarde também nas quartas-feiras. Os agricultores ecológicos tiveram que compartilhar espaço com os agricultores convencionais, o que acabou gerando alguns conflitos. Com o passar do tempo, em função do aumento de demanda, a Casa começou a funcionar todos os dias, "sobrando", com exclusividade, as segundas-feiras aos agricultores ecológicos, por causa da postura diferenciada frente aos consumidores e à maneira de produzir. Mas os conflitos não diminuíram. Em 2002, os agricultores ecológicos conquistaram um espaço de comercialização exclusivo.

⁶¹ EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A.

⁶² DESENVOLVER - Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção – É um programa que visa contribuir com o desenvolvimento rural sustentável no Estado por meio do assessoramento às iniciativas de verticalização da produção oriunda da agricultura familiar. Juntamente com outras organizações e entidades (prefeituras, sindicatos, cooperativas de créditos, organizações de agricultores familiares, universidades, órgãos estaduais e federais) desenvolvem ações no sentido de criar

não tem restrições político-partidárias ou religiosas e está aberta à entrada de novas famílias como sócios, bastando a concordância com os princípios prescritos no estatuto da associação, bem como com os da Agroecologia.

Dentre as razões e dificuldades apontadas pelos informantes para a participação das famílias na associação e a opção pela agricultura de base ecológica, podem ser destacados os trechos das entrevistas abaixo.

(...) entrei, meio por opção (...) em 1994 a agricultura tava meio quebrada, que nem hoje (...) nos reunimos para produzir semente de milho com o incentivo da IECLB-CAPA (...) (Claudir, APARG).

(...) antigamente (...) nunca tinha palestra (...) ninguém orientava né (...) que os venenos eram venenos, diziam que era remédio (...) faltava informação (...) tava matando e nem sabia (...) quando que a gente sabe o que o veneno faz com a saúde (...) agente pára de passar veneno (...) (Guilhermina, APARG).

(...) a primeira dificuldade é que os vizinho dão risada, criticam, falam que é impossível fazer tudo manual, adubação verde, fazer plantio direto (...) só que a gente tem que pensar na saúde da gente, dos filhos e da sociedade. (...) ecológico é vantagem (...) nem que tu tira pouco da roça (...) mas tu não gasta (...) um pouquinho que a gente tira, é lucro (...) antes a gente comprava veneno, adubo (...) tava sempre devendo (Elvira, APARG).

Em uma associação você tem muito mais poder de cobrança, de busca no município, no estado (...) você é mais respeitado (...) (Adêmio, APARG).

Além de uma participação ativa nas atividades ligadas à associação, é perceptível que as famílias também participam ativamente de muitas outras atividades ligadas à comunidade e sociedade em geral, como nos STRs, na Igreja, Grupo de mães, Grupo de jovens, Conselho de Desenvolvimento Rural

mecanismos de estímulo e apoio a agroindústrias de pequeno porte. Uma instância máxima de deliberação, compostas por representantes das várias instituições, delibera sobre todas as iniciativas do Desenvolver. A segunda instância deliberativa é composta por dois Conselhos Regionais (Região Oeste e Região Litoral), que têm como função o acompanhamento direto das atividades e demandas locais. Trabalhar no dia a dia junto com os agricultores familiares é o objetivo do Programa.

do Município, Grupo de Apoio do CAPA, Diretoria do CAPA, Diretoria do grupo de Igreja, e outros mais. É o capital social presente na comunidade.

É preciso destacar que o dia do agricultor, 25 de julho, é comemorado e celebrado todos os anos pelo grupo, bem como pelos demais assessorados pelo CAPA. Trata-se de um espaço para pensar e refletir sobre a terra e seu objetivo maior: a satisfação da colheita, o sustento da família, a dignidade, espaço para todos, a celebração da vida; também, importante para a troca de experiências, de informações, de conhecimento e muita descontração; é agricultor incentivando agricultor. A APARG teve a oportunidade de sediar este encontro, organizado pelo próprio CAPA, por três vezes, em 1995, 2001 e 2003.

3.3.3 Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos (AAFA)

A Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos (AAFA) está sediada na comunidade de Campo Alegre, que pertence ao Município de Barra do Rio Azul/RS, emancipado em vinte de março de 1992, do município de Aratiba/RS, situa-se à noroeste do Rio Grande do Sul e na divisa com o estado de Santa Catarina, nas proximidades da Usina Hidroelétrica de Ita/SC.

A comunidade de Campo Alegre dista 17 km da sede do município, sendo composta por pequenos agricultores familiares descendentes de imigrantes de origem européia, principalmente italianos (com 65%) e alemães (com 20%), com marcante participação em movimentos sociais. São pequenos agricultores que ficaram às margens do processo de modernização brasileira por opção ou por exclusão. Com muita garra, persistência e apego à terra lutaram para permanecer no meio rural e, recentemente, buscaram parceria para a concretização de sonhos e antigos objetivos.

Nos idos de 1975, muitos agricultores desta comunidade já participavam ativamente de organizações sociais locais, especialmente dos STRs e, mais recentemente, do movimento de pequenos agricultores (MPA), do movimento de mulheres agricultoras (MMA) e outros. Destacou-se ainda um trabalho marcante da igreja católica que, através das pastorais, promoviam palestras, reuniões e outras atividades que despertaram a necessidade de organização dos agricultores para que unidos pudessem permanecer no meio rural com dignidade.

Foi através da organização e do forte envolvimento com o STR que vários agricultores tornaram-se sócios do Hospital Comunitário de Aratiba/RS. Este Hospital é símbolo e razão de orgulho para a sociedade daquela região, pois foi conquista resultante de uma árdua luta. Além disso, foi um dos responsáveis pela formação e esclarecimento social e político da população local, através de vários cursos e palestras promovidos após a sua fundação, direcionados para toda a comunidade, inclusive para os agricultores. Esta formação contribuiu para despertar na sociedade local o valor da organização, da homeopatia e ervas medicinais, da alimentação alternativa⁶³ e da qualidade de vida.

Foi neste contexto que três famílias de agricultores da comunidade de Campo Alegre iniciaram as conversações com vistas a trabalhar, de forma coletiva, com apicultura. Mais tarde, um dos integrantes do grupo da apicultura, influenciado por uma matéria sobre a fabricação de açúcar mascavo exibida no programa de televisão Globo Rural⁶⁴, além de já contar com uma larga tradição em processamento artesanal de açúcar mascavo, pois naquela época já vendia

⁶³ "Alimentação Alternativa" consiste no resgate de uma alimentação saudável, com os verdadeiros valores nutricionais onde o equilíbrio, a saúde, o resgate da cultura alimentar, o uso das ervas medicinais, o alimento natural e integral são peças importantes para a alimentação da população e a manutenção da saúde e do bem estar de uma maneira geral. A alimentação alternativa é defendida principalmente pela Pediatra e Nutróloga, Dra. Clara Brandão.

⁶⁴ O programa Globo Rural apresenta uma série de reportagens sobre questões ligadas ao meio rural que a Rede Globo de Televisão coloca no ar semanalmente. Tais reportagens também podem chegar à população através do periódico Globo Rural, editado pela Editora Globo, mensalmente.

na cidade mais próxima aproximadamente mil quilogramas por ano, demonstrou interesse em investir na fabricação do produto em maior escala.

Os STRs, EMATER-RS e pastorais, preocupados com o processo acelerado de exclusão e êxodo rural, passaram a incentivar a organização dos pequenos agricultores em suas respectivas comunidades, como forma de fazer frente ao processo em curso e para buscar alternativas e soluções coletivas para o problema. Uma das alternativas sugeridas naquela época, em palestras, seminários e outros, consistia na formação de condomínios para a produção de leite.

É comum ver os jovens sair da comunidade para estudar em outras localidades, principalmente aqueles que ultrapassam o nível de instrução fundamental. Um deles, filho da comunidade de Campo Alegre, ao retornar da Escola Agrotécnica Federal de Sertão/RS, trouxe a informação sobre o trabalho que o CAPA vinha realizando na região e divulgou para a comunidade, que já contava com o grupo informal, acima referido. O grupo se interessou e fez contato com o CAPA. Em 1997 um grupo de representantes dos agricultores dirigiu-se ao CAPA para formalizar o pedido e foram atendidos com a disponibilidade de um Engenheiro Agrônomo para assessorá-los. Na época, o grupo já contava com o apoio da Secretaria Municipal da Agricultura e da EMATER-RS.

Vários eram os interesses das pessoas que compunham o grupo que estava se organizando, bem como várias foram as propostas colocadas em debate. Através de reuniões periódicas, além dos espaços de formação, tais como palestras, encontros, trocas de experiências, entre outros, os projetos a serem encampados foram se definindo, ao mesmo tempo em que o grande grupo foi se subdividindo de acordo com a afinidade ou em função do tipo de atividade. Em alguns destes momentos as reuniões foram freqüentadas por mais de trinta pessoas. Como resultado deste processo, vinte e quatro famílias se organizaram em três grupos distintos, em função da atividade a ser desenvolvida: o grupo da cana, o grupo da apicultura e o grupo do leite.

O grupo da cana teve, no início, a participação de onze famílias, das quais permaneceram cinco famílias, envolvendo em torno de trinta pessoas, pois é comum encontrar na comunidade famílias, vivendo na mesma unidade de produção, compostas por três gerações, o que certamente gera conflitos, mas também soluções⁶⁵. Vale destacar que o grupo da cana foi o único que se estruturou e continuou tendo o apoio do CAPA; os outros dois, da apicultura e do leite, acabaram não prosperando. Entretanto, incorporaram em suas atividades diárias as práticas e as técnicas de preservação do meio ambiente e da saúde da família.

O grupo da cana começou a reunir as informações necessárias para colocar a idéia em ação, e, para tanto, fizeram visitas, leituras, contatos, aproveitaram experiências já existentes na comunidade, todos feitos que auxiliaram no desafio de implantação de uma agroindústria para processamento de açúcar mascavo e melado para o grupo, envolvendo a produção da cana, a sua industrialização e a comercialização.

Em 1998, contando com o apoio do CAPA, da EMATER-RS, da Secretaria Municipal da Agricultura e outras parcerias, foi legalmente fundada a Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos (AAFA), formada por aquele conjunto de cinco famílias, com propriedades medindo em torno de 20 hectares, que passou a gerenciar todo o empreendimento da agroindústria.

O cultivo da cana-de-açúcar também foi realizado sob a assessoria do CAPA e seguiu uma orientação agroecológica. Em 1998 foram plantados nove hectares, os quais, segundo o projeto em andamento, daria conta de abastecer a unidade agroindustrial. Há que se destacar que a AAFA teve que contar inclusive com o auxílio financeiro do CAPA para o plantio desta safra.

A seguir, alguns trechos dos depoimentos coletados que evidenciam, a partir da opinião dos agricultores, alguns dos aspectos já apontados.

⁶⁵ O conflito de gerações está presente em, pode-se afirmar, todas as sociedades, e não é diferente nesta comunidade. Entretanto, se isto pode "atrasar" as tomadas de decisões, por outro lado, também pode representar solução, uma vez que os idosos carregam a bagagem cultural acumulada do local.

(...) há muito tempo a gente já vinha se conscientizando (...) eu já participava de movimentos (...) movimento de mulheres trabalhadoras rurais (...) a gente sabia já que os venenos era prejudicial à saúde e ao meio ambiente (...) e (...) quando teve a oportunidade, a gente não pensou duas vezes (...) quando o CAPA começou a mostrar que tinha saídas, a gente pensou em sair (...) e abandonar o jeito convencional de produzir (Neiva, AAFA).

(...) o CAPA (...) foi esclarecendo sobre as saídas para os pequenos agricultores (...) a Agroecologia surgiu e ficou forte com o surgimento da fábrica de açúcar (...) (Décio, AAFA).

(...) eu tinha pena (...) passar o veneno numa planta (...) e ver ela morrer (...) (Generino, AAFA).

Paralelamente ao plantio da cana, houve também a necessidade de recolher a lenha para abastecer a agroindústria e, mais do que isso, de planejar a implantação de um reflorestamento com este fim. Neste mesmo período, foi encaminhado um projeto para a obtenção de recursos financeiros necessários para a construção da agroindústria e a compra de equipamentos. Foram aprovados projetos para a construção física da agroindústria e para a aquisição de equipamentos, cujos órgãos financiadores foram a Cáritas do Brasil e o Banco do Brasil. A capacidade inicial de produção da agroindústria era de aproximadamente 57.000 kg de açúcar por ano, equivalente a uma área de nove hectares cultivados com cana; a perspectiva era a de aumentar para até 90.000 kg a capacidade de produção anual de açúcar, sendo necessário para tanto o cultivo uma área de quinze hectares de cana.

Sobre a ajuda financeira (...) é importante não criar expectativa de ajuda (...) e quando tem, usar esse dinheiro para fazer formação (...) [e] que o grupo caminhe com suas próprias pernas. (...) O grupo precisa de apoio externo e interno (...) sem apoio, o grupo às vezes fica meio sem rumo (...) (Décio, AAFA)

Ao mesmo tempo em que se discutia a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, outros temas também eram discutidos e problematizados, tais como a qualidade da água, a proteção do solo, as técnicas ecológicas, o resgate e

importância das sementes crioulas, a qualidade da alimentação, a saúde das pessoas, a preservação do meio ambiente, o uso das ervas medicinais, a organização do grupo, dentre outros, quase sempre com a assessoria do CAPA.

No dia 24 de julho de 1999 a agroindústria foi inaugurada, contando com a presença do Secretário Estadual da Agricultura, o Presidente da EMATER-RS, o Diretor do Departamento de Cooperativismo e Agroindústrias do Rio Grande do Sul, Deputados, Prefeitos, Secretários, entre outras autoridades e representantes de outros grupos de pequenos agricultores ligados a Agroecologia. É com emoção e orgulho que um agricultor, integrante da AAFA, declara:

Aqui é ponto de observação da EMATER-RS, do CAPA (...) só que a gente não tem registro, a gente não se preocupou em escrever a nossa história (...) é um erro (...) não tem história (...) já perdemos o grosso da nossa história (...) (Irno, AAFA).

(...) hoje a AAFA é conhecida, regionalmente, estadualmente, nacionalmente e até internacionalmente (...) sendo que, num buraco (...) num lugar bem escondidinho (...) um monte de gente conhece a gente (...) o mais importante é que a gente se envolveu no processo (...) (Décio, AAFA).

A Agroecologia, que é um dos referenciais do trabalho do CAPA, é quase uma realidade na AAFA. Observou-se que neste grupo não foi demorado e nem difícil resgatar e incentivar as técnicas e conceitos ecológicos.

(...) a gente já se conscientizou (...) que não adianta só produzir (...) tem que ver o que produzir (...) prá quem produzir e porque produzir (...) essa é a grande questão (...) (Décio, AAFA)

(...) bom mesmo é manter a terra (...) pelo ecológico (...) não estar matando ela (...) pelos netos, bisnetos (...) (Edinei, AAFA)

Atualmente, um dos maiores desafios da AAFA é a questão da comercialização, uma vez que a produção e a industrialização de açúcar já são realidade. Sabe-se que existe um grande mercado para produtos ecológicos, o desafio é vencer os entraves burocráticos e legais com relação à certificação e

comercialização. Neste sentido, a AAFA está se integrando à Rede Ecovida, através do “Núcleo Alto Uruguai” criado em 18 de abril de 2001.

É de conhecimento comum que pequenos agricultores familiares geralmente praticam a policultura, cultivando uma diversidade de gêneros para a subsistência e comercializando, quando possível, os excedentes. Na AAFA isto também acontece, o que os está impulsionando a buscar alternativas de comercialização. A associação já participou de uma feira livre promovida pela EMATER-RS, a qual não teve continuidade, segundo os agricultores, por que “tinha muita mistura (...) não era ecológico (...)” (Salete, AAFA). Para resolver este problema, foi trabalhada a possibilidade de comercialização de vários produtos da associação numa feira em Erechim/RS, que teve início no final de 2002.

Ainda sobre o tema comercialização de produtos ecológicos, a coordenadora do CAPA, em depoimento em jornal escrito, apresentou as seguintes ponderações:

A criação e o fortalecimento de redes, centrais, cooperativas, rede de informações de mercado e agronegócio (...) são fundamentais para a sustentabilidade do processo e o domínio das organizações dos agricultores ao longo prazo (Ingrid, CAPA).

3.3.4 A Associação dos Pequenos Agricultores 25 de Julho de Passo do Uv (Passo do Uv)

No Oeste Catarinense, na micro-região da AMAUC (Associao dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense), está situado o município de It, que possui 163,03 Km² e 6.755 habitantes, sendo 3.418 habitantes a populao urbana e 3.337 habitantes a populao rural. Emancipou-se de Concórdia em 03 de novembro de 1956. A colonizao foi realizada por descendentes de imigrantes europeus vindos do Rio Grande do Sul, com predomínio dos de

origem italiana, e a economia, cuja base é a agropecuária realizada em 1.216 pequenas propriedades rurais, é ditada por interesses das grandes agroindústrias, destacando-se a influência da Sadia, de Concórdia/SC, e da Seara Alimentos, de Seara/SC. O relevo da região é bastante acidentado e, portanto, não propício à mecanização da agricultura.

O município é caracterizado, em função da forma de colonização, pela presença de muitas comunidades localizadas no meio rural e dentre elas está a comunidade de Passo do Uvá, que dista cerca de 5 Km da sede do município. Nesta comunidade foi fundada a Associação dos Pequenos Agricultores 25 de Julho de Passo do Uvá, objeto deste estudo.

No início da década de 1990, após a participação em um curso de Administração Rural realizado em Videira/SC, o jovem Jaime Pozzebom, morador da comunidade, retornou e promoveu reuniões com mais três companheiros, o Hélio, o Jurandir e o Daniel, com o objetivo de discutir os materiais e as novidades trabalhadas durante o curso. Entre os estudos, conversas e jogos de baralho, surgiu o sonho de formar um grupo para trabalhar coletivamente. A primeira idéia foi a de construir um alambique, mas resolveram, a título de experiência, antes fazer lavouras de milho e feijão, sendo que as fariam nas três propriedades, apenas o trabalho seria realizado coletivamente, em ritmo de mutirão. Nas palavras de um deles, "(...) Queria trabalhar em grupo, sozinho não dava (...)" (Hélio, Passo do Uvá).

Este pequeno grupo permaneceu se reunindo durante um ano, estudando e sonhando com a formação de um grande grupo de pequenos agricultores. Começaram a discutir um estatuto para formá-lo e então poder convidar as outras famílias para participar do mesmo. Segundo um deles, "(...) aí começamos errado, imagina! Primeiro fazer um estatuto e depois convidar as famílias pra participar (...)" (Hélio, Passo do Uvá).

Houve um período em que o grupo dos quatro ficou com suas atividades paralisadas, pois um se mudou da comunidade por motivos profissionais, outro foi trabalhar na construção da Usina Hidroelétrica de Itá/SC e os demais se acomodaram. Mas o sonho ficara apenas adormecido. Primeiro pode ser

destacado que o pessoal da comunidade de Passo do Uv participava, e ainda participa, ativamente dos movimentos sociais, especialmente do STR de It, do movimento de mulheres agricultoras, dentre outros, inclusive ocupando cargos da diretoria, o que poderá ter contribuído positivamente para que o grupo acumulasse, nas palavras de Bianchini (2000), um capital social e emergisse. Depois, durante o ano de 1996 alguns fatos aconteceram para reativar o desejo de constituir um grupo de trabalho. Foi realizado na comunidade de Passo do Uv um curso de bovinocultura de leite, ministrado pelo SENAR a pedido do STR. Nesta oportunidade, com o incentivo do ministrante do curso, houve um novo despertar para a reativao do grupo, com o objetivo de trabalhar coletivamente com a produo leiteira⁶⁶.

Além disso, uma reportagem do programa de televisão Globo Rural, da Rede Globo, sobre a importância da silagem para o gado leiteiro, motivou o pessoal a se reunir para adquirir juntos uma máquina, chamada ensiladeira. Foram convidadas dezessete famílias, entretanto, apenas treze aceitaram o convite. As intences do grupo não se resumiram a compra da ensiladeira para uso coletivo; incluíam também a compra coletiva de insumos agrícolas, para conseguir um desconto maior, além de vender juntos a produo, obtendo melhor preço. Além disso, começaram a se reunir com maior freqncia.

(...) a idéia mesmo, era (...) se unir para comprar maior quantidade, até o 'rancho'⁶⁷, para diminuir o custo e juntar a produo para vender junto e ganhar mais (...) a gente viu que sozinho ninguém mais conseguia ficar na roça (...) todo mundo tinha pouca terra (...) não sobrava mais dinheiro (...) (Darci, Passo de Uv).

⁶⁶ Devemos observar que nesta época as mudanças com relao as exigências legais acerca da produo de leite já estavam sendo construídas, nas quais a escala de produo poderia tornar-se um empecilho aos pequenos produtores. Em razão dessa perspectiva, confirmada anos depois, houve um incentivo para que os pequenos agricultores se organizassem para constituir "condomínios de leite".

⁶⁷ O "rancho"  o nome dado às compras mensais de gneros alimentícios, material de higiene e outros.

Além do curso de bovinocultura de leite, outros cursos foram promovidos pelo STR de Itá/SC aos sindicalizados, e em um deles ocorreu a aproximação da comunidade de Passo do Uv com o CAPA.

(...) daí surgiu o CAPA (...) ensinar a produzir semente de milho
(...) acho até que foi o sindicato (...) que chamou (...) (Serenita,
Passo do Uv).

O grupo iniciou com a participa de treze famílias e atualmente dez famílias permanecem, as quais envolvem cerca de quarenta e cinco pessoas das mais variadas faixas etárias, desde crianças até idosos. As propriedades têm em média 15 ha de área, sendo a maior de 25 ha e a menor de 8 ha, e a maioria dos sócios  proprietária. O grau de instrução escolar é inferior ao ensino médio. A população desta comunidade utiliza os serviços públicos oferecidos pelo município de It e, algumas vezes, de municípios vizinhos.

Em 1996, após a organização do grupo, foi realizado um curso sobre prática e doenças de semente de milho na Escola da Comunidade de Passo do Uv, ministrado pelo CAPA, que incentivou o plantio de uma lavoura coletiva para a produção de semente de milho crioula.

Aos poucos as famílias foram se organizando melhor, participando de diversos encontros, cursos, palestras, troca de experiências e iniciando a realização de algumas atividades práticas de forma coletiva. Em pouco tempo, o estatuto do grupo foi aprovado, a associação foi registrada, conquistaram um espaço na sede do município para realizar a feira e o projeto de construção da Agroindústria para Processamento de Cana tornou-se realidade. Oficialmente, foi no dia 25 de julho de 1996 que nasceu a Associação de Pequenos Agricultores 25 de Julho de Passo do Uv.

Gastaram um tempo considerável em reuniões e discussões até alcançar um mínimo de acordo e entendimento necessário à unidade do grupo. Sobre estas reuniões, foi ressaltado pelos próprios agricultores que muitas vezes eles foram criticados por estar "perdendo tempo"; muitos vizinhos e até parentes

diziam que eles deveriam estar trabalhando em vez de estar “fazendo fofoca” e tomando chimarrão. Conforme um integrante do grupo,

(...) recebemos muitas críticas (...) inclusive de parentes (...) que estamos perdendo tempo atrás de reunião (...) antes alguns do grupo também achava, agora não (...) a gente ganha indo atrás de formação (Serenita, Passo do Uv).

O CAPA, assim que deu início ao trabalho de assessoria ao grupo, aos poucos foi provocando os agricultores para a discussão sobre a agricultura ecológica, promovendo o conhecimento e a conscientizao acerca do tema.

(...) antes da associao (...) e quando que o CAPA não estava aqui (...) a gente são ouvia falar de ecológico, mas não sabia o que era (...) (Darci, Passo do Uv).

As questões enfocadas no processo inicial de discussão foram a saúde ambiental e humana, a questão econômica (alto custo dos insumos químicos), possibilitando o início do processo de transio do convencional para o agroecológico na comunidade. Em termos práticos, esclarecimentos e informações referentes à saúde, alimentao saudável, ervas medicinais, técnicas agrícolas harmoniosas com a natureza e outras foram fundamentais para a mudança de atitude das famílias envolvidas na associao.

(...) a gente achava n (...) que tava se matando (...) com os veneno (...) com o CAPA, veio o conhecimento sobre os perigos dos venenos (...) o veneno mata a terra (...) n (...)  mais barato, plantar ecológico (...) assim, fica livre de financiamento (...) (Dercile, Passo do Uv).

(...) foi depois que formou o grupo que começou essa agricultura ecológica (...) aqueles vídeos (...) aqueles slides (...)  coisa triste, as crianças deformadas (...)  de se arrepiar (...) aí eu pensei (...) eu não quero isso pr minha família, meus filhos, meus netos e nem prs pessoas que comem o nosso produto (...) (Loeli, Passo do Uv).

(...) a organizao do grupo é que deu força pra fazer ecológico. Na verdade a gente usava o veneno (...) sem saber o que nós estava usando (...) sabia que fazia mal  saúde (...) mas ninguém explicava direito o quanto fazia mal (...) depois

que começamos a trabalhar com o grupo ali, com a assistência do CAPA, aí deu pra vê que não dava mais pra trabalhar com veneno (...) (João, Passo do Uvã).

Em 1997, juntamente com os demais grupos ecológicos do município assessorados pelo CAPA, foi realizada uma reunião com o Prefeito Municipal de Itá para solicitar um local para a venda dos produtos em forma de feira livre, bem como a contratação de um técnico para prestar assistência mais direta aos grupos (o que foi atendido) e discutir a possibilidade da Secretaria da Agricultura adquirir a produção de semente de milho, em função dos bons resultados obtidos na safra 96/97. Vale sublinhar que o grupo já havia sido contemplado com a ensiladeira em forma de comodato pela Prefeitura de Itá.

Entretanto, a associação, já bem mais organizada nesta época, contava agora com o apoio de várias entidades que eram solicitadas pelo grupo quando necessário. O envolvimento do CAPA e da Prefeitura municipal, inicialmente, foi de grande valia para viabilizar a associação do pequeno grupo de agricultores. Mas, muitas foram as parcerias que se somaram no processo, dentre as principais podem ser citadas: a EPAGRI, a APACO, o STR de Itá, as Igrejas, o projeto DESENVOLVER e outros.

O espaço para a feira foi inaugurado em 1998, funcionando, inicialmente, em um espaço improvisado em frente à Prefeitura, onde passaram a ser comercializados os mais diversos tipos de produtos, sob a forma *in natura* ou minimamente processados. A associação acabou dando prova concreta de que, com incentivo (externo) e organização (interna), a agricultura familiar pode responder bem aos estímulos, propiciar uma vida com mais dignidade, fixar o homem no meio rural e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente.

Antes a gente só produzia milho, soja e feijão (...) e a renda era mínima, hoje (...) com essa produção diferente e a feira, o retorno financeiro é semanal (...) é bem melhor (Altivo, Passo do Uvã).

A gente é um exemplo pro outro né (...) é um orgulho ser produtor ecológico e vender um produto bom lá na feira (...) primeiro prá casa (...) prá família (...) o que sobra é que vai prá feira (...) (Dercile, Passo do Uvã).

A gente aprende a falar em público (...) o contato com os outros grupos é importante para desenvolver esse crescimento (...) a feira também ajudou muito (Darci, Passo do Uv).

Em julho de 2000 foi inaugurado o novo e definitivo local para a realização da feira foi construído pela Prefeitura, para que os pequenos agricultores do município pudessem comercializar sua produção em um ambiente mais adequado. O espaço também não deixa de ser uma conquista da organização, negociação e diálogo; é um novo palco de democracia e de formação de agricultores familiares e consumidores, sem a exploração de intermediários.

Antes de dar início às atividades da feira, os próprios agricultores realizaram um trabalho de conscientização dos futuros consumidores, através de uma panfletagem educativa na cidade e de visitação às escolas, abordando a qualidade dos alimentos, bem como os benefícios para a saúde e para a natureza dos produtos ecológicos. Este trabalho de esclarecimento inicial foi muito importante, considerando que não havia uma tradição no consumo, adquiridos em feiras, deste tipo de alimento no município e região.

O CAPA assessora nas áreas da produção, da saúde e da formação. Mensalmente o grupo se reúne, acompanhado pelo CAPA, discutindo aspectos relativos à organização,  produção agroecológica,  comercialização de forma diferenciada, sempre procurando alternativas para a permanência dos agricultores e seus descendentes no meio rural. Há que registrar que o técnico da prefeitura, que inicialmente estava bastante presente, acabou recebendo e ou priorizando outras incumbências e afastou-se um pouco da associação.

(...) antes de formar o grupo (...) eu fazia pr mim (...) meu vizinho que se dane, se eu sabia alguma coisa eu não ensinava e ele não me ensinava (...) o grupo tem que saber o que quer (...) o grupo tem que decidir (...) não adianta o técnico dizer o que quer (...)  o grupo que tem que querer (...) (Hélio, Passo do Uv).

Outra conquista da associação foi a concretização do projeto da agroindústria para processamento de derivados de cana-de-açúcar, inaugurada em 2001. Destina-se  produção de açúcar mascavo, de aguardente, de

melado e outros derivados. Entretanto, para esta atividade foi formado um grupo dentro da Associação, do qual seis famílias participam. Assim como para a feira, há um regimento elaborado de forma participativa, estabelecendo as normas a serem cumpridas para o trabalho da cana, o que garante a funcionalidade do projeto⁶⁸.

Sobre a questão da comercialização, está em processo a conquista de um selo de garantia, que está sendo viabilizada com a participação da Associação na Rede Ecovida.

A experiência do trabalho coletivo, a comercialização direta, a constante busca de conhecimentos, aparecem aos agricultores entrevistados como alternativa ao modelo de agricultura dominante. Vejamos alguns trechos.

(...) em grupo você tem mais força, sozinho não se consegue quase nada (...) o grupo bem organizado é melhor (...) é mais fácil prá conseguir as coisas (...) sozinho é mais difícil (...)
(Darci, Passo do Uvã).

(...) a gente vive uma vida mais saudável (João, Passo do Uvã).

(...) a maior mudança foi no jeito de viver e na alimentação (pensamento comum a vários integrantes do grupo).

Pode-se afirmar que a formação da associação está intimamente ligada à vontade dos agricultores em fazer diferente, onde a busca de um novo modo de produzir e de viver, aliado ao apoio recebido do CAPA, propiciou a organização desses agricultores familiares, rumo a um novo modelo de desenvolvimento rural, almejam um modelo de desenvolvimento que seja mais incluyente, mais humano, menos capitalista, e por fim, que seja sustentável.

⁶⁸ Quando se realizou a pesquisa de campo, os agricultores estavam discutindo o regimento interno do "grupo da cana". E estavam em processo de legalização da agroindústria para poderem comercializar seus produtos.

4 DO CONVENCIONAL AO AGROECOLÓGICO: MUITO ALÉM DE TÉCNICAS LIMPAS

Neste capítulo serão apresentadas as categorias de análise, através das quais busca-se, nos dados coletados na pesquisa de campo, compreender as experiências coletivas em estilos de agricultura de base ecológica, objetos deste estudo. Optou-se por utilizar-se as seguintes categorias de análise: a transição do modelo de agricultura convencional para o ecológico; a expectativa em relação ao futuro dos agricultores ecológicos; a prática agroecológica como um modo de vida e, por último, serão evidenciadas as estratégias utilizadas pelo CAPA.

4.1 Do convencional para o agroecológico: entendendo a transição na perspectiva dos agricultores

A preocupação desta categoria está centrada no processo de transição em si. Buscou entender e esclarecer as razões para o início deste processo.

Sabe-se da hegemonia da agricultura convencional nos domínios do econômico, do social e do cultural. Muito se fez para que isso viesse a acontecer: incentivos fiscais e de crédito; estruturação, promoção e financiamento dos programas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, ensino e extensão; campanhas publicitárias para a promoção do que se convencionou chamar de modernização da agricultura; dentre outras.

Contribuíram decisivamente os interesses internacionais, que encontraram, e continuam encontrando, eco junto aos grupos dominantes no País, os quais viram neste processo a possibilidade de manutenção do poder e do latifúndio. Nesta perspectiva, não haveria a necessidade de distribuição das terras para aumentar a produção de alimentos, bastaria apenas introduzir

tecnologia e insumos modernos (Pinheiro, 1993; Graziano da Silva, 1999; Moreira, 1999 e outros).

Hoje, apesar dos problemas vivenciados, em que a concentração de terra, de renda e de poder é cada vez maior, cujos problemas sociais e ambientais avolumam-se, boa parte da sociedade ainda acredita no modelo vigente, atribuindo os problemas econômicos e sociais da sociedade às autoridades, normalmente.

A Agroecologia como ciência, para dar sustentação à estilos de agricultura de base ecológica, emergiu em contraposição ao modelo agroquímico e concentrador. Certamente, sua expressão ainda é tímida, não tem muita força política e financeira, mas está em processo de construção, sob certo prisma, em marcha lenta, pois trata da mudança de mentalidade e de modelo de desenvolvimento. Atualmente, em se falando de Brasil, têm surgido muitos pesquisadores que se dedicam a este tema, o que faz levantar os ânimos de algumas entidades de classe, de ONGs e de algumas iniciativas públicas que defendem e trabalham numa perspectiva agroecológica, como é o caso da EMATER-RS.

Segundo Muller (2001), há um aspecto fundamental a ser considerado neste processo de transição e no compromisso com a construção de um "novo modelo de desenvolvimento rural", qual seja: o papel do Estado e das políticas públicas. O que, de certa forma, já é consenso entre os agricultores alvos desta pesquisa, conforme pode ser observado em alguns depoimentos:

Prá mudar de verdade, tem que mudar o sistema de governar o Brasil. (Serenita, Passo do Uv).

Precisaria uma política adequada de comercialização e incentivos para quem está protegendo o meio ambiente. E infraestrutura para o processamento do produto ecológico (Irno, AAFA).

(...) O sistema precisa mudar (...) precisava começar a mudar através de incentivos do governo (...) mas, produzir ecológico não gera imposto pro governo (...) agora, as multinacionais gera (...) e outra coisa, a mdia manda e o povo faz (...) seria preciso conscientização (...) (Claudir, APARG).

Este aspecto é reforçado ainda mais pela atual cobrança feita ao agricultor, pela mídia, pelo poder instituído e pela legislação, para a solução dos problemas ambientais, tais como a contaminação da água, contaminação do solo, depósito adequado para os produtos químicos e suas embalagens já utilizadas, dentre outros, decorrentes das atividades de produção animal e vegetal. Entretanto, necessário se faz lembrar que os agricultores se modernizaram e geraram problemas ambientais por força da própria sociedade e dos seus poderes constituídos, quando, em épocas passadas, deliberadamente vinculou os serviços de extensão e de crédito à adoção do “pacote” de modernização da agricultura. Cobra-se, também, uma “consciência ecológica e social”, o que implica na “obrigação” de produzir de forma sustentável, sem danos e impactos ecológicos, acrescidos ainda da exigência de alimentos baratos e com qualidade biológica.

Que estas exigências venham a se constituir em alguns dos preceitos de um novo modelo de produção agrícola, certamente não há muito a discordar. Mas há uma discussão importante que precisa ser colocada na agenda: a quem cabe arcar com os custos da transição e com a remuneração do trabalho do agricultor? (Muller, 2001; Souza, 2000).

Assim sendo, cabe ao Estado e às políticas públicas, em efetiva parceria com os agricultores, buscar as soluções necessárias para atender as demandas contemporâneas. Neste processo, não caberia ao Estado a continuidade da política restritiva, punitiva, taxativa, ou com o uso de qualquer outra forma de imposição. Ademais, os agricultores não poderão arcar sozinhos com os custos, que não são baixos, para solucionar os problemas resultantes do processo de modernização. É um custo gerado pela sociedade, pois impôs um modelo de desenvolvimento e agora o está revendo.

Nesta mesma linha, vale observar a advertência de Sachs (2002, p.6), quando declara que:

Promover um desenvolvimento sustentável é dar mais atenção à conservação da energia, da água, da reciclagem, resolver o

problema do lixo, dos resíduos agrícolas. Da mesma maneira, existe uma grande oportunidade para prolongar a vida útil do patrimônio já existente, através de sua melhor manutenção. Isso significa poupar o capital necessário para sua reposição, liberando este para novos investimentos.

Portanto, se a sociedade como um todo é responsável pelo problema e será beneficiada com a sua solução, por que não colaborar para resolver o problema dos custos necessários à conversão? Especialmente com aquele relacionado ao trabalho do agricultor?

Para dar conta do processo em discussão, há necessidade do Estado rever e com certa urgência, as políticas da área científica, educacional, de extensão e de crédito, bem como, as legislações acerca dos temas ambientais, especialmente no que tange às responsabilidades e atribuições das diferentes esferas sociais e às fontes de recursos para o financiamento da conversão.

Quanto às razões para a transição ao agroecológico ou, em sentido contrário, para a permanência na agricultura convencional, as opiniões dos agricultores das associações pesquisadas foram várias, sendo a maioria delas constituída de sugestões de ações para a promoção do crescimento do movimento em favor do agroecológico. Foram observadas três linhas sugestivas: a primeira diz respeito ao conhecimento, à necessidade de divulgação de informações direcionadas aos agricultores; a segunda está mais direcionada às questões políticas e organizativas; a terceira, diz respeito à conscientização da sociedade com um todo, dos consumidores.

Sobre a questão referente ao conhecimento, os depoimentos apontam para a necessidade de promover a formação técnica e política dos agricultores convencionais, apontando as desvantagens da agricultura convencional, mostrando as alternativas viáveis e desmistificando a imagem construída acerca da agricultura ecológica, percebida grotescamente como “coisa de quem não quer trabalhar”, “coisa pra passar fome” ou que produz muito pouco. Vejam-se alguns depoimentos:

Eles [os agricultores convencionais] pensam muito (...) é (...) no ter, no econômico (...) eles não dão valor a vida (...) (Romeu, Passo do Uvá).

A cabeça deles [dos agricultores convencionais] tá feita para fazer dinheiro e fazer dinheiro, não pensam na saúde e no bem estar dos vizinhos (...) eles são induzidos a fazer isso (Hélio, Passo do Uvá).

(...) Eu penso assim, que a gente tem que lutar prá mostrar prá essas pessoas que é a única saída que tem (...) porque o químico não tem jeito (...) acaba com a natureza e o retorno financeiro é só prá alguns, os grande (Irno/Salete, AAFA).

(...) Eles deveriam participar mais (...) eles só vão se for movido pelo econômico (...) ou por um padre, o STRs que fosse lá convidar (Décio, AAFA).

É bom convencer toda a família a participar das reuniões, para o grupo ficar forte além de ter um objetivo, uma meta (...) isso une as pessoas (...) evita o conflito entre os membros da família (...) o individualismo tá muito forte (...) culpa da ditadura militar (...) as gerações de hoje foram criadas pro individualismo e depois, com as integrações [complexos agroindustriais] (...) houve incentivo para plantar com as sementes deles e com isso quase terminou com as sementes dos antigos, só para ficar dependentes das multinacionais (Adêmio, APARG).

Várias são as questões levantadas neste conjunto de citações. Há que se destacar que a preocupação está tanto em desvelar os aspectos considerados centrais e explicativos do modelo vigente (só pensam no dinheiro, não na saúde e nem nos vizinhos; a monetarização das relações sociais e a preocupação com o ter; a concentração; o isolamento e o individualismo; a dependência em relação às multinacionais) e, ao mesmo tempo, argumentar em favor de um novo modelo, destacando aqueles aspectos que seriam as suas principais vantagens (se “eles” são induzidos, pode-se entender que a “gente” é livre; a valorização da vida; única saída para a saúde e para breçar o processo de acumulação; convocar todos para a participação, recorrendo a diferentes organizações e entidades; valorizar a participação de todos e, neste sentido, a democracia e o resgate da autonomia).

Ainda sobre a primeira linha sugestiva, a respeito do conhecimento, foi constatado que há entre os grupos um processo forte de valorização do conhecimento local, dos agricultores, tanto técnico quanto cultural, e um processo de resgate do mesmo. Uma prática que vem se destacando neste sentido é constituída de visitas e troca de experiências para com outros grupos congêneres, conforme se percebe nos depoimentos seguintes.

O fundamental é levar os agricultores, principalmente os convencionais, para conhecer outros grupos, outras associações que estão trabalhando com o ecológico (...) isso é interessante (...) é ver com os próprios olhos o que eles estão fazendo, prá vê que não é só palavras. Você vê o que eles tão fazendo (...) vê que dá certo (...) (Genésio, APARG).

Eu queria resgatar o conhecimento dos meus pais (...) eles não usavam nada de veneno, agrotóxicos, nada (...) nada. Aí eu casei e mudou tudo (...) era uma dependência total, nós trabalhava mais e tinha menos renda. Agora que estamos no grupo, é diferente. (Elvira, APARG)

Uma ou outra coisa a gente sempre aprendeu com os técnicos, mas (...) os antigos já tinha ensinado umas coisas (...) água com cinza, água de alho, água de fumo (Armindo, APARG)

Percebe-se nestes depoimentos que há críticas ao trabalho realizado pela extensão rural pública. Foram os técnicos da extensão pública que ensinaram a usar os produtos químicos, cujas conseqüências foram desagradáveis, tanto do ponto de vista da renda, quanto do trabalho e da agressão ao ambiente. Também foram os mesmos técnicos que “ensinaram” o certo e disseram que o conhecimento local acumulado ao longo de várias gerações estava ultrapassado, este que hoje de certa forma procuram resgatar. Foi, e é, a extensão que realiza um trabalho individualizado e, muitas vezes, apenas teórico junto aos agricultores; daí a necessidade de visitar grupos, ver com os próprios olhos que pode dar certo, discutir e aprender.

Importante salientar que, especialmente, no final da década de 1990, alguns serviços públicos começaram a reorientar suas ações rumo ao agroecológico, como é o caso da EMATER-RS, bem como a inclusão de

debates sobre o referido tema no seio de algumas Universidades e Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais.

Também foi destacada a necessidade de promover maior organização social, visando buscar o que é melhor para a sociedade como um todo, o que seria possível com a participação efetiva da sociedade na elaboração de políticas educacionais e políticas ambientais.

Uma coisa que eu tô vendo que ainda tá errado (...) é as escolas, a educação (...) se a educação incentivasse mais a agricultura e menos as empresas, hoje em dia tem muita escola que ensina trabalhar para as empresas, mas não ensina trabalhar com a agricultura ecológica (Serenita, Passo do Uv).

Tem que partir prs escolas (...) com as crianinhas (...) explicar as coisas prs crianças, ela vai entender e cobrar dos pais e quando ela for adulta, ela vai tomar conta da roça (...) de um jeito diferente (...) a mesma coisa essa lei que não deixa as crianças trabalhar (...) essa lei tem que mudar, a criança precisa aprender a trabalhar. D tempo de trabalhar e estudar, senão sobra tempo para fazer o que não deve (...) (Dercile, Passo do Uv).

Portanto, além dos aspectos ligados à categorização dos modelos agrícolas (convencional e agroecológico) e conhecimento de ambos pelos agricultores, especialmente o conhecimento mais profundo do modelo agroecológico, também foram destacadas estratégias de como chegar até ele: através dos próprios grupos, numa constante troca de experiências e de conhecimentos a partir de visitas recíprocas, estratégia esta que o movimento sindical denominou "de agricultor para agricultor"; uma segunda estratégia apontada refere-se  intensificação dos movimentos sociais para participativa e democraticamente a sociedade construir e estabelecer as políticas de educação, de trabalho e ambientais, dentre outras.

Há dois aspectos a destacar ainda sobre as constatações acerca do conhecimento. O primeiro trata da percepção, pelos agricultores, do conhecimento técnico-científico vigente, considerado "oficial" como instrumento a serviço de um modelo de desenvolvimento que subjuga e promove a

exclusão do agricultor, agride a natureza, prejudica a saúde, reduz a renda; em outras palavras, atende a um modelo que não lhe interessa, por que lhe compromete a sobrevivência⁶⁹. O segundo trata da percepção da mudança de modelo, do convencional ao agroecológico, como uma mudança da sociedade como um todo, a começar pela conscientização, passando pela organização, luta e participação, para atingir a esfera da promoção das políticas públicas; este processo, portanto, pode ser entendido como um meio de transformação da sociedade em direção à justiça social.

Sobre a segunda linha de argumentação, mais centrado na questão política, foram observadas as seguintes questões pelos entrevistados:

A gente vê que os governantes (...), eles falam bastante de agricultura ecológica, de formação de grupos (...) só que eles só falam, eles não vem fazer uma coisa na prática ou mostrar o que precisa fazer (...) eles não vem fazer mesmo, de verdade (...) não teria que dá dinheiro, teria que dá incentivo, com apoio em assessorias. Teria que ter técnicos, assessores, com experiência para ajudar a ir certo, no lugar certo, quando precisar e trazer mais informações pras pessoas" (Hélio, Passo do Uvá).

Fica evidenciada a forma de ação das políticas públicas, especialmente até meados da década de 1990, o que pode ser constatada nas literaturas sobre o referido tema. Não se trata de conceder recurso financeiro a fundo perdido ou algo que o valha. Trata-se de instituir mecanismos concretos que facilitem a formação dos grupos (não que criem dificuldades); que houvesse um grupo maior de profissionais capacitados para assessorar os grupos naquilo que decidissem fazer, pois, segundo apontaram, um dos grandes problemas enfrentados foi o de não haver quem pudesse orientá-los sobre as ações a ser desenvolvidas para legalizar as atividades dos mesmos. Ficam evidentes mais uma vez, as dificuldades que a extensão rural pública têm para

⁶⁹ Sobre a Extensão Rural Pública, merece a observação de que neste meio existem muitos profissionais que estão tentando redirecionar sua linha de ação, são experiências isoladas, mas que têm o seu valor, portanto, merecem ser mencionadas. São profissionais lutando em favor do agroecológico.

atender os grupos, talvez pela escassez de recursos materiais e humanos, o que poderia prejudicar importantes iniciativas nesta área: saber orientar adequadamente os agricultores; conhecer os caminhos a serem percorridos pelos agricultores para oficializar e legalizar as ações; respeitar as decisões dos grupos; trazer informações (não receitas) e outras.

O aspecto referente à legislação vigente ocupa lugar importante nas preocupações dos agricultores entrevistados. Entendem que a mesma está a serviço da minoria, dentro de um modelo de desenvolvimento excludente, cujos interesses atende, e não os da sociedade em geral, especialmente aos dos agricultores familiares.

A primeira coisa teria que fazer umas leis específicas prá proteger os pequenos agricultores, eles teriam que fazer umas leis que dá condições pros pequenos trabalhar, é muita burocracia e quando consegue um financiamento, o pacote já vem amarrado, o município deveria ter um fundo específico para ajudar os agricultores (Darci, Passo do Uvã).

É importante destacar a sugestão de instituir fundos de desenvolvimento rural em nível municipal, além de reforçar os estaduais e federais. Um fundo municipal que permitisse o acesso ao microcrédito, capaz de viabilizar atividades cujo investimento não seja elevado. Além disso, o informante chama a atenção para os financiamentos comumente realizados, sob a forma de "pacotes fechados", sugerindo a flexibilização deles, com vistas a possibilitar o efetivo atendimento dos interesses dos agricultores.

A respeito da terceira linha de argumentação, cabe observar que é preciso promover uma consciência na sociedade. É preciso somar forças para que o desenvolvimento sustentável seja uma realidade. Se todos os segmentos da sociedade se conscientizarem de que é parte da natureza e, portanto, protegê-la significa auto-proteção, então, poder-se-á dizer que se está no caminho da sustentabilidade (Capra, 1982).

Para os agricultores, é preciso somar esforços em prol da sustentabilidade em todas as suas dimensões. Os poderes públicos (federal,

estadual e municipal) precisariam se envolver mais nas ações de assessorias. Seria necessário promover a conscientização, da sociedade como um todo, sobre a problemática em questão. Vejamos alguns trechos.

(...) é preciso juntar força (...) igreja, prefeitura, EMATER, ONGs, STRs e outros, montar reunião nas comunidades e mostrar pra eles a diferença entre o convencional e o agroecológico (...) mostrar com gráfico, contabilidade (...) mas o ideal mesmo, é mostrar na prática, fazendo junto ou com troca de experiência, e ter um técnico municipal para apoiar, poderia ser até junto com um outro agricultor que já é ecológico, eu acho que dá mais resultado (Edinei, AAFA).

É preciso ter mais incentivo dos municípios com assessoria técnica, que vai lá e ensina e incentiva na linha do ecológico, tinha que ser com frequência, igual aqueles que vêm bastante incentivar os químicos (Elvira, APARG).

A prefeitura precisava mostrar, apoiar, abrir os olhos, que é possível viver no meio rural, trabalhar com ecológico (...) incentivar mais famílias a formar grupos e mudar o jeito de viver (...) precisa ter mais parceria entre os municípios, os sindicatos, as igrejas pra incentivar a formação de mais grupos, associações (...) pro agricultor ficar mais independente, além de promover a formação técnica, política e social dos agricultores e os filhos de agricultores (Adêmio, APARG).

Portanto, não basta só produzir com técnicas que não agridam o meio ambiente. Os agricultores das três associações pesquisadas estão cientes de que o fazer agroecológico não se limita à produção e à propriedade, é um processo amplo de engajamento político, econômico e social, não só dos agricultores, mas, também, dos consumidores e cidadãos em geral, bem como das entidades civis, religiosas, de classe e outras.

Há que destacar, pela insistência dos depoimentos acima, a importância dada às prefeituras e entidades locais para a promoção de alternativas às leis, normas e políticas emanadas de instâncias superiores. Assim, embora a perspectiva seja a conscientização da sociedade em geral, há clareza em relação aos problemas imediatos a serem vencidos, atribuindo, para tanto, ao poder público local a responsabilidade maior. Como apontam alguns

depoimentos, essa responsabilidade é devida também ao fato de que será a municipalidade a principal afetada caso soluções para o homem do campo não sejam efetivamente encaminhados, pois os excluídos acabarão nas cidades.

Eu acho que os agricultores vão ter um só caminho (...) porque a maioria já caíram fora [foram excluídos] da produção de aves, depois caíram fora da produção de suínos, e os que não foram prá cidade investiram na produção de leite e agora com essas leis do governo, uma parte vai cair fora e aí era hora do município investir forte e dar apoio prá essas famílias (...) porque se não elas vão prá cidade e vão ter problema lá (...) não tem muito emprego lá (...) (Adêmio, APARG).

Outro aspecto destacado foi a conscientização dos consumidores. Nas palavras dos próprios agricultores, sugestões são as seguintes.

Se os consumidores tiverem organizados, eles podem comprar mais barato, por causa da escala, e prá nós agricultores fica mais econômico (Décio, AAFA).

Os grande nunca vão anunciar o mal que os agrotóxicos faz, nós e as entidades que apóia esse trabalho é que tem que anunciar e conscientizar os consumidores (...) é um trabalho de formiguinha (...) (Serenita, Passo do Uvá).

Os meios de comunicação, a mídia precisava informar as pessoas sobre a importância do alimento ecológico, aí envolve a natureza, a saúde, e o crescimento das pessoas (...) (Jurandir, Passo do Uvá).

Era preciso ter mais grupos de consumidores e de produtores, prá gente ficar mais forte e ter mais força prá lutar pela vida, pela natureza, e por toda a sociedade (Lurdes, APARG).

Era preciso promover palestras, prá toda a comunidade, sobre a saúde, a alimentação saudável (...) mostrar que prá ter uma comida saudável, é preciso produzir saudável e aí você tem uma vida saudável, quem produz e quem consome (...) (Genésio, APARG).

Como pôde ser observado, é grande a importância dada à formação de grupos de consumidores e ao conhecimento⁷⁰; somente com o conhecimento e organização poder-se-á caminhar em direção a um desenvolvimento agrícola e rural sustentável. O que importa é esclarecer a sociedade sobre as vantagens de transitar do convencional para o agroecológico; com conhecimento pode ser promovido o resgate ou as mudanças no modo de fazer agricultura, no que consumir e, por extensão, no modo de viver individual e coletivamente.

O que pode ser concluído desta parte do trabalho é que há urgência para o Estado rever a direção das políticas e investimentos feitos. Em se falando de agricultura, até o final da década de 1980, o papel do Estado foi o de promover e patrocinar um modelo centrado na grande propriedade, concentrador e excludente, ocasionando problemas sociais e ambientais diversos e graves (Canci, 2002). Uma reorientação destas políticas e ações, a exemplo da EMATER-RS especialmente a partir de 1999⁷¹, em direção a um modelo baseado na pequena propriedade, trabalho familiar e Agroecologia, resultaria certamente na contenção de uma série destes problemas, haja visto que haveria possibilidade concreta de conter o êxodo rural, preservação do patrimônio ambiental e cultural e uma produção de alimentos quantitativamente satisfatória e qualitativamente saudável para a população. Em estágio mais avançado de desenvolvimento, poderia estar diminuindo os gastos com saúde pública, segurança, violência urbana e outros problemas resultantes de uma urbanização inadequada e descontrolada.

Dentro do contexto discutido nesta seção, é possível entender e dar sentido à afirmação de Canci (2002, p. 86), de que "o técnico é ligado com o político. Não existe solução simplesmente técnica". As observações e discussões feitas no âmbito das associações em estudo apontam também para temas abrangentes e variados, capazes de promover um melhor entendimento da situação sócio-econômica em que estão inseridos. É o que sugere Canci

⁷⁰ Chamamos atenção para a argumentação de SEN (1999) quando atrela o poder de decisão a um ato de liberdade, e que para decidir é preciso acesso ao conhecimento.

⁷¹ Conferir EMATER/RS, 2002a; 2002b.

(2002, p.86), quando diz que “o grupo deve discutir, o monopólio das sementes, o risco dos transgênicos, dentre outros. A extinção do pequeno agricultor e também da assistência técnica pública (...)”, e de que “o técnico deve ser um agente produtor de autonomia e respeito com os seres vivos”. Talvez seja este trabalho que o CAPA vem desenvolvendo, que poderia ser expandido através das instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento rural, o que não quer dizer que não existam iniciativas públicas valiosas em todo o Brasil, especialmente na região sul.

4.2 O futuro na perspectiva dos agricultores ecológicos

Serão apresentadas as perspectivas que os agricultores possuem com relação ao seu futuro, enquanto família, comunidade e sociedade dentro de um fazer agroecológico.

Os agricultores, como também o CAPA, têm consciência de que o caminho é longo, lento e sem muitas facilidades; por outro lado, é percebido como sendo muito gratificante, como podemos observar nas opiniões dos agricultores reveladas nos trechos a seguir:

Eles [os agricultores convencionais] não entendem que vai ser sofrido, mas é só no início (...) depois fica bom de trabalhar (...) (Serenita, Passo do Uvã).

Acho que tá aumentando o interesse (...) na feira as pessoas perguntam mais (...) tão preocupada com a saúde, principalmente quando passa na televisão, e, também tá acontecendo incentivo do governo (...) principalmente no Rio Grande do Sul (...) mas as vezes eles querem fazer rápido demais (...) e aí atrapalha o processo (...) que precisa tempo prá pessoas ter consciência e sentir que é importante mudar (...) (Adêmio, APARG).

Na opinião de muitos agricultores, que foram entrevistados, para ampliar as possibilidades do desenvolvimento da agricultura ecológica, faz-se necessário uma articulação das diversas forças sociais, especialmente daquelas emanadas do poder público. Para tanto, é necessário que a sociedade civil queira a mudança e lute, através das suas organizações. Nestes termos, as políticas públicas deveriam ser adequadas à realidade dos pequenos agricultores familiares, fornecendo-lhes entre tantas coisas, condições dignas de trabalho, o que lhes proporcionaria o aumento da qualidade de vida, transformando-os em agentes de seu próprio desenvolvimento, e não operando de forma tutelar e restritiva como tem sido feito até recentemente. Como foi visto nos próprios depoimentos, a burocracia estatal acaba, em muitas situações, emperrando o processo e não o potencializando.

A legislação não ajuda muito (...) tem umas leis que não é boa pros pequenos agricultores (...) prá legalizar uma agroindústria, prá comercializar (...) é muita burocracia (...) se nós não tivesse a ajuda do CAPA, nós não teríamos conseguido chegar onde chegamos (...) o CAPA foi fundamental (...) (Adêmio, APARG).

O engajamento em movimentos sociais, nos sindicatos, nas pastorais e o trabalho das ONGs foi importante para que os agricultores alterassem o seu modo de fazer agricultura, onde conceitos como desenvolvimento rural sustentável, cidadania, justiça social, economia solidária, equidade, dignidade, qualidade de vida, entre outros, são bandeiras de lutas e ou reivindicações. Neste sentido, cabe ao poder público um importante papel para a promoção e o fortalecimento de alternativas de desenvolvimento inclusivas, que começa pelo atendimento das demandas emanadas dos movimentos sociais, perpassando pela elaboração de políticas públicas e legislação adequadas e até específicas. Não cabe ao Estado promover a repressão aos movimentos sociais, mas o de aliar-se a eles, como já tem sido percebido em alguns estados e municípios.

As associações sujeitos deste estudo já estão transitando em direção a agricultura ecológica, vivenciando na prática questões referentes à

recuperação e preservação do meio ambiente, economia solidária, à qualidade de vida e ao respeito à natureza. Prezam a formação política e social de todos os agricultores e agricultoras envolvidos, através de cursos, seminários, palestras, troca de experiência e outros, promovidos por agentes externos à associação, e também através da troca de experiências com outros grupos. Desta forma, possibilita-se ampliar a bagagem de conhecimentos e de instrumentos dos quais se valem para discutir, internamente, os meios para fazer frente aos problemas e interagir com a realidade. Além dos desafios de ordem social e econômico, há que registrar que a prática de estilos de agricultura de base ecológica ainda é pouco conhecida e a busca por conhecimentos e técnicas relacionados ao cultivo ecológico é incessante.

Quanto à expectativa dos agricultores sobre o fazer agroecológico, diversas opiniões foram formuladas, algumas das quais serão reproduzidas na seqüência.

Os STRs, as prefeituras, as ONGs, e outras pessoas têm que se envolver mais nas comunidades (...) incentivar (...) mostrar a realidade sobre os problemas que os agrotóxicos causam nas pessoas e na natureza (Altivo, Passo do Uvã).

É preciso mais pesquisa (...) mais informação para os problemas da agricultura familiar, as técnicas (...) porque hoje em dia tem financiamento para os 'grande' (...) para a genética do porco, do frango...e para o pequeno não tem quase nada (Darci, Passo do Uvã).

No futuro vai ter que ser todo mundo em grupo e ecológico, os pequenos agricultores familiares, porque o pessoal se obriga (...) não tem mais condições de se sustentar com outras atividades...(Genésio, APARG).

A gente tem consciência de que não vamos ficar ricos (...) a feira, a agroindústria é só mais um incremento na tua renda (...) e, ninguém é forçado a fazer (...) o que vale é a consciência (...) todos são convidados (toda a comunidade), entra quem quer (...) Claudir, APARG).

eu acho que no futuro, vai ter mais consciência, as pessoas da cidade vão procurar mais (...) mais saúde pro povo (...) quando não tinha veneno e coisrada (...) o povo tinha mais saúde (...)

hoje (...) só come veneno (...) e a água, a terra também, tá tudo contaminado (...)” (Vanderlei, AAFA).

Como foi possível acompanhar nestas transcrições, os argumentos centrais destacados pelos agricultores acompanham par-e-passo aqueles desenvolvidos por diversos autores, dentre os quais citam-se Capra (1982), Sachs (1986), Pinheiro (1993) e Altieri (2001). De forma sintética, os argumentos levantados sugerem que para a prosperidade do modelo agroecológico será necessário maior envolvimento dos STRs, Prefeituras e ONGs com a causa; a expansão e o financiamento da pesquisa agroecológica e direcionada ao pequeno agricultor; maior organização de grupos, mesmo que a razão inicial venha a ser fazer frente ao processo de exclusão; a promoção da consciência como forma de reorganizar o processo de produção agrícola (a participação nos grupos não deve ocorrer com o objetivo de enriquecer e nem por obrigação); a consciência alimentar e a não contaminação da água e do solo, como meios de viabilização e promoção da Agroecologia.

Outra questão surgida nos depoimentos trata do conflito de gerações. Embora sempre tenha existido, está especialmente presente em famílias onde uma das gerações (pais ou filhos) aderiu à agricultura ecológica. Em algumas situações, este conflito promoveu a substituição do filho que “cuida” dos pais; em outras, implicou na “saída” do filho da propriedade; em outras, ainda, promoveu a “saída” de um sócio do grupo. Entretanto, foram observadas algumas sugestões dos próprios agricultores para trabalhar esta questão de forma a causar menos impactos e traumas.

Se os pais não aceitam, é preciso mostrar devagarinho, na prática (...) ir lá (...) no cantinho (...) e põe na prática (...) mostra que dá certo (...) não precisa brigar (...) no começo não é fácil, depois ele vê que é bom e dá certo (Romeu, Passo do Uva).

O bom mesmo era se arranjasse um jeito de desde o comecinho, nas primeiras reunião, conseguisse fazer toda a família participar, todos juntos, assim não ia ter problema de um ou outro da família não aceitar o jeito de fazer do que tá acostumado, no convencional (Décio, AAFA).

Um ponto a destacar trata dos benefícios promovidos pela Agroecologia, no que diz respeito às questões políticas, econômicas e sociais, amplamente discutidos na literatura sobre o tema. Tais benefícios, certamente, são provocadores para aqueles que, estando ou não no poder, defendem a acumulação de capital em detrimento de outro modelo de desenvolvimento. É sabido que a Agroecologia carrega princípios que, se colocados em prática por toda uma sociedade, abrirão espaço para um desenvolvimento rural sustentável sob todas as perspectivas: social, ambiental, econômico, cultural, político e ético.

Se o desenvolvimento agrícola e rural sustentável questiona a maneira de produzir, o modo de consumo, o estilo de vida e sugere uma filosofia da finitude e da auto-restrição, como afirma Bruseke (1999); Guzmán (1997) sugere que a Agroecologia incorpore uma ação coletiva de caráter participativo, articulando o conhecimento camponês com o científico; Ehlers (1999) defende que a agricultura ecológica possui o firme propósito de valorizar os aspectos sócio-culturais da produção agrícola e Altieri (2002) afirma que a Agroecologia estuda sistemas agrícolas através de uma perspectiva ecológica e sócio-econômica, pode-se concordar com autores que defendem a Agroecologia como uma ciência que pretende contribuir para a construção de estilos de agricultura sustentável e colaborar na elaboração de estratégias para a promoção do desenvolvimento rural sustentável (Caporal e Costabeber, 2002b).

As mudanças em direção ao desenvolvimento rural sustentável podem ser pouco visíveis, são mudanças lentas, que só aos poucos podem ser percebidas e, principalmente, comprovadas. Tais observações também podem ser constatadas nos depoimentos dos agricultores.

No convencional (...) vai terminando a terra, o causo é esse (...) a terra fica limpa, vai lavando, mais magra (...) cada vez produz menos (...) (Edinei, AAFA).

Mesmo que deixe de existir a feira, aqui não vamos abandonar o ecológico (...) é a nossa terra, é a nossa vida (Claudir, APARG).

A agricultura convencional parece que é uma coisa fácil de fazer (...) só que envolve muitos recursos e no final da colheita sobra pouco pro colono e na agricultura ecológica (...) tu planta de tudo, com mais variedade, com recursos próprios e a venda é uma coisa líquida (...) a gente não se preocupa com dívida no banco prá pagar (Adêmio, APARG).

Nos grupos pesquisados, como já pôde ser observado em algumas das transcrições anteriores, há uma valorização das relações sociais, da solidariedade, além da prática do preço justo.

Ser agricultor ecológico é pensar também nas outras pessoas (...) não dá prá explorar (...) não dá prá só pensar em muito dinheiro (...) mas, enquanto dá, nós vamos vender direto, não dá prá dar lucro prá quem não trabalha (...) só que hoje eu vou lá na feira e tenho orgulho (...) antes eu tinha vergonha, achava que aquilo era coisa dos comerciantes fazer e não da gente (Hélio, Passo do Uvã).

Importante é ter uma atividade coletiva para manter o grupo unido, forte e com mais amizade (...) (Salete e Irno, AAFA).

Sobre estes aspectos, como contraponto ao que se percebeu junto às três associações pesquisadas, pode ser levantado o caso apresentado por Muller (2001), que observou junto a AGRECO a prática do preço diferenciado para produtos ecológicos e a venda via redes de supermercados. Esta prática, além de elitizar o consumidor, insere a produção agroecológica na rede de comercialização convencional, possibilitando a atuação do atravessador. Conforme aponta Muller,

“(...) o ganho maior com a produção agroecológica não está sendo incorporada nem pelos consumidores uma vez que pagam um preço maior pelo produto, nem pelos produtores, apesar de receber um valor maior em relação ao produto convencional. O “mercado”, na verdade, é quem está se apropriando dos “benefícios” da agroecologia (...)” (Muller, 2001. p.152).

Muller defende, entretanto, que a agricultura ecológica ocupe o espaço aberto no mercado antes que os grandes empresários, com suas produções orgânicas, o façam. No entanto, torna-se necessário frisar que essa forma de comercialização também não possibilita o contato direto do produtor com o consumidor e o estabelecimento da “confiança”, aspecto fundamental para a comercialização agroecológica e para a auto-estima do produtor.

Para viabilizar a comercialização e a inserção dos produtos ecológicos em diferentes pontos de comercialização, de maneira legal e sem muitos entraves burocráticos, as associações optaram em participar da Rede Ecovida, além de realizarem as feiras que acontecem semanalmente nos centros urbanos de seus municípios e/ou cidades vizinhas.

4.3 A prática agroecológica como um modo de vida

A preocupação central desta parte do trabalho é o resgate das percepções que os entrevistados manifestaram acerca de sua visão sobre o novo modo de vida, o qual é proporcionado após enveredarem-se pelo fazer agroecológico. Pretendeu esclarecer sobre a importância de valorizar o meio ambiente, a vida, o “ser” em detrimento do “ter”, uma inversão de valores em relação ao modelo convencional.

O modelo de desenvolvimento atual, concentrador, excludente e dependente de recursos naturais não renováveis, está sendo contestado não só por movimentos sociais, mas também por pessoas que se despertaram ou foram despertadas pelas limitações por ele impostas, pela necessidade de o repensar em relação ao que deixar de herança para as próximas gerações. Pessoas que, preocupadas com a qualidade de vida, foram persistentes e souberam juntar-se a outras pessoas e transformaram suas contestações em movimentos sociais, em entidades organizadas, aproveitando-se, muitas vezes,

de algumas brechas entre tantas restrições, para poder lutar contra a hegemonia política e econômica que se instalou na sociedade.

Pode-se dizer que o fazer agroecológico nasceu de uma contestação ao modelo atual de desenvolvimento rural e de produção de alimentos, como já foi apontado neste trabalho. Pode-se dizer que é um meio para a construção do desenvolvimento rural sustentável, ancorado em princípios que valorizam todas as formas de vida, bem como as relações políticas, econômicas e sociais.

Pôde ser observada, nos grupos pesquisados, uma preocupação com a qualidade de vida, com o bem estar das pessoas envolvidas e também dos consumidores, além da ambiental. Percebe-se que aqueles agricultores fazem parte de um processo, que é lento, mas que já trouxe algumas melhorias em relação à qualidade de vida e à preservação do meio ambiente em suas comunidades.

Entretanto, necessita ser registrado que a mudança em discussão não se resume à retórica, ao discurso, das associações entrevistadas. As mudanças já ocorridas na concepção e percepção do tempo, da vida, das relações de gênero e entre gerações, o envolvimento com a vida da comunidade e outros tantos, dão a medida que possibilitam a afirmação de que está em curso uma alteração no modo de viver, a partir da consideração e valorização dos princípios da Agroecologia.

Muitas mudanças e evoluções ocorrem no mundo da agricultura. Quando o assunto é agricultura, a palavra "evoluir" para a maioria pode significar produzir mais com menos, aumentar a produção com um menor custo e em menor área, e melhorar o aspecto visual do produto, o que muitos chamam de qualidade. E para chegar a esse resultado, a busca é constante até porque o mercado o exige.

Todo esse esforço faz com que o próprio agricultor, muitas vezes, perca ou é levado a perder a noção do que é certo ou errado. É esta perda de noção que acaba desencadeando e potencializando as ações ligadas à indústria química e à engenharia genética, cujos resultados para o agricultor muitas vezes já foram, e podem continuar sendo, negativos. As indústrias de adubos

químicos e "defensivos" agrícolas (agrotóxicos) se fortalecem, marcam presença na mídia, muitas vezes têm apoio de políticas públicas (investimento, pesquisa, extensão e outros) e faturam às custas do trabalhador rural que, muitas vezes, fica endividado em função dos gastos para a aquisição e uso dos mesmos.

Para o Estado, quanto maior o movimento de dinheiro, melhor, pois parte desse montante volta aos cofres públicos sob a forma de impostos. Com certeza a produção agrícola convencional, de caráter exportador, promove um giro maior de dinheiro na economia do país e, portanto, aumenta o volume de arrecadação de impostos. Entretanto, o uso dos produtos químicos faz com que a sociedade utilize muito mais os serviços públicos da área de saúde para se curar dos males causados pelos mesmos. Acrescente-se a este processo os custos ambientais em função da utilização intensiva dos insumos químicos e os custos de sua recuperação. Muitos desses males nem são percebidos imediatamente; seu efeito vai se acumulando e, depois de alguns anos, vem à tona. É tendo em mente uma visão mais abrangente da relação entre movimento econômico, arrecadação de impostos e custos (sociais e ambientais) que se justifica a Agroecologia como enfoque científico consistente e que requer políticas de Estado.

Começa a incomodar a destruição e ou poluição da natureza, resultado da agricultura convencional. Entretanto, é preciso advertir, não basta ter agricultores que apenas utilizem técnicas "limpas", "orgânicas" ou "menos agressivas" ao meio ambiente. É preciso caminhar para a construção de processos de produção agrícola e de desenvolvimento rural mais sustentáveis, apoiados nos princípios da Agroecologia, tendo uma visão holista. É preciso também que haja um engajamento maior de consumidores ecológicos. A consolidação desse processo segue o mesmo caminho trilhado pelo agricultor: informação; inquietação para com sua saúde; incômodo pela destruição da natureza; consultar e questionar os seus princípios mais profundos e decidir. Dessa forma pode surgir uma verdadeira parceria ecológica: consumidor,

agricultor e natureza. E com isso, uma nova relação de produção e de consumo e destes com o ambiente.

Pode dizer-se que os grupos analisados já vivenciam e sentem a importância de estarem caminhando em direção ao agroecológico, no sentido trabalhado acima, como pode ser observado nos depoimentos cujos trechos serão descritos a seguir. A valorização e as mudanças nas relações sociais podem ser observadas por várias atitudes para com a família, para com os mais velhos, para com a comunidade, para com a sociedade em geral e, principalmente, para com os consumidores. Também pode ser observado o destaque dado à tranquilidade, em razão de estar com a “consciência limpa” junto ao consumidor, não ter dívida no banco, dentre outras.

Melhorou prá todo mundo (...) tinha gente que ia de casa pro culto, e do culto prá casa, da casa prá roça e da roça prá casa (...) hoje muita gente participa de tudo, de curso, de palestras, de troca de experiências (...) mudou o convívio, hoje em dia a gente se visita mais, conversa mais, se ajuda mais (Claudir, APARG).

É um modelo de vida diferente (...) porque é tudo (...) tu tem que pensar em todo sentido (...) com a família, com o relacionamento como tu vive na sociedade, dia-a-dia na própria comunidade com as outras famílias, não agredir o meio ambiente, fazer a venda direta ao consumidor, que é um dos objetivos principais, ter o diálogo com o pessoal da cidade, com o consumidor, tentar informar o consumidor o que é a agroecologia, como se produz. É todo um projeto de vida diferente em todo sentido, e na agroecologia tu nunca vê o vizinho ou uma outra comunidade como concorrência (...) é sempre um aliado, uma força prá ter mais força (...) quanto mais pessoas, mais força (Adêmio, APARG).

Eu penso assim comigo, o dinheiro é bom, sem dinheiro parece que a gente não vive, mas o mais importante é nossa vida, é estar de bem com a vida, deitar e (...) dormir e não ter dívida no Banco (...) é melhor valorizar a família, a si próprio (...) não adianta juntar muito dinheiro e ser infeliz (Serenita, Passo do Uvá).

Assim, eu aprendi com meu pai, meu avó (...) plantando, colocando uma semente ali (...) você tem que cuidar dela (...) é igual uma criança pequena, se não cuida (...) ela morre (...) mesma coisa a plantação, se não cuidar dela, o que vai dá?

Tem que ter muito amor, cuidar, vê se o mato não tá abafando (...)
(Emídio, APARG)

Em relação à saúde e a valorização da natureza, vale a pena observar os depoimentos seguintes.

Com veneno é mais fácil produzir, só que é mais caro, a gente polui as águas e tudo (...) pensando no futuro, cuidando da natureza que a gente teve força para mudar (...) (Armando, APARG).

Já melhoramos bastante, desde que começamos até agora (...) melhorou em tudo (...) em viver (...)financeiramente. Agora a gente se alimenta melhor, com mais variedade e melhor qualidade, tudo mais natural (Elvira, APARG).

A pequena propriedade é prá sobrevivência, prá tua família (...) na agricultura familiar, você gosta da tua propriedade, gosta da terra (...) você cuida dela (...) procura dar o tratamento prá ela como se nunca fosse morrer (...) e a agroecologia é uma saída, alimentar, econômica, é uma saída que garante a vida, a saúde. Realiza muito psicologicamente (...) vale a pena em termos de viver, a gente vive muito bem, obrigado, sem muito dinheiro, mas com saúde (Décio, AAFA).

Agroecologia é estar junto com a natureza (...) você vai na roça, vê, limpa (...) não tem medo de entrar na roça (...) o futuro é bom, além de produzir e consumir um produto de qualidade (...) a gente protege o solo e o meio ambiente. Não adianta produzir mais e ganhar menos com o convencional, o problema também é que mata a terra e estamos se matando junto (...) é preciso pensar na saúde e na natureza (Edinei, AAFA).

Daqui a pouco muitas pessoas vão fazer ecológico (...) porque vão sentir que é bom (...) é o correto (...) trabalhar com a natureza (...) assim como tá, não pode ficar (...) o pessoal tá castigando muito a natureza (Romeu, Passo do Uvá).

A gente não entrou na ecológica prá ter lucro (...) entramos prá ter uma vida melhor (...) ficar mais independente financeiramente, ficar mais tranquilo, mais despreocupado (...) o que a gente colhe é nosso não tem que dar lucro prá multinacionais. A gente não precisa trabalhar ou comer com medo que tá com veneno, a gente sabe que é um produto natural. Se todo mundo passar veneno, o que vai ser do nosso futuro? (Claudir, APARG).

No convencional, a gente só fazia movimento, não tinha lucro, hoje não, o que nós fazemos é nosso, assim é melhor (Guilhermina, APARG).

Eu quero achar, que aqueles que tão botando muito veneno, e uréia e adubo (...) tem a terra mais fraca, mais queimada, mais magra porque não fica nada verde em cima (...) já há anos eu venho observando, mesmo antes de participar da associação (...) acho que vai chegar um tempo que vão acabar com as terras (...) eu tô cuidando da minha saúde e da minha terra, e também to economizando (Willibaldo, APARG).

(...) eu acho que o povo tá consumindo agora muita coisa ruim e não tá percebendo (...) os meus pais nunca consumiram coisas com químicos e venenos e eles têm muita saúde (...) isso também me puxou prá entrar no grupo. (Ivone, APARG).

Cabe destacar, como pode ser observado nos trechos transcritos, que há uma associação constante entre a questão ambiental e questões de ordem econômica para justificar a conversão ao agroecológico (diminuir custos de produção, não à ganância, melhoria financeira da família, saída para a agricultura familiar, custo elevado dos insumos químicos e outros). Mais especialmente, chama a atenção que os argumentos são utilizados com consciência e como contraponto aos problemas decorrentes do modelo convencional. A mesma observação cabe quando o argumento relaciona questões ambientais com o futuro (matando a terra, o que vai ser se continuar assim, gostar da propriedade e protegê-la e outros).

A formação das pessoas foi outro ponto destacado pelos entrevistados. Pode ser constatada a importância dada ao tema para que efetivamente se alcance um desenvolvimento rural sustentável, onde os próprios agricultores sejam também os protagonistas. A formação política e técnica e o acesso aos conhecimentos são considerados imprescindíveis para a organização dos agricultores e para a conversão ao agroecológico, bem como, para possibilitar autonomia na tomada de decisão. Na seqüência, podem ser acompanhados os argumentos dos agricultores.

Fazer o que as pessoas tão fazendo com a agricultura convencional, querer produzir muito, explorar muito a terra (...)

concentrar a terra, a renda, o poder político, não tá certo. Com organização e conhecimento tem lugar prá todo mundo (...) A saída para o nosso mundo de hoje é a organização, se organizar em grupo (...) (Generino, AAFA)

Se a gente pagasse prá pessoas limpar as roças, o dinheiro ficava aqui, na região, se a gente continuasse no convencional, o dinheiro ia tudo prá fora, não ficava aqui (...) (Décio, AAFA)

Positivo é o conhecimento que a gente [enquanto grupo] consegue buscar (...) se não tivesse associação, talvez o CAPA não estaria aqui com a gente (Hélio, Passo do Uvã).

As palestras, o conhecimento conscientizou não só no como fazer (...) mas no porquê fazer (...) a visão mais política, social (...)” (Neiva e Décio, AAFA).

Na convencional há uma competição incentivada pelos vendedores de pacotes (até o Banco) (...) na agroecologia, o que um sabe ensina o outro e não tem receita pronta (...) quanto mais faz mais aprende (...) por isso que tem que resgatar o conhecimento dos antigos. A agricultura ecológica é a saída para o pequeno agricultor (...) acho que dá muito bem prá viver na roça sem usar os químicos (Edinei, AAFA).

Antes a gente era peão, era integrado da “cooperativa” (...) planta assim, colhe assim, faz assim, assim não tá certo (...) as vezes a gente não fazia o que tinha vontade na propriedade, tinha que fazer o que eles mandavam (...) (Arloni, Passo do Uvã).

É preciso preservar as sementes, cuidar, ter paciência, testar, selecionar para chegar ao bom resultado e viver independente do mercado. (...) A agricultura ecológica vai vim (...) se todo mundo se organizar (...) vai ser a saída, se fazer a cabeça das crianças (...) porque (...) a maioria que faz a cabeça das crianças é as firmas. Se nós não trabalhar a cabeça das crianças (...) as grandes firmas vai trabalhar (Serenita, Passo do Uvã).

Prá pequenos agricultores eu acho que a agroecologia, vai ser a saída né (...) porque diminui bastante os gastos, pode até dar um pouco mais de trabalho, até você descobrir o jeito certo de fazer. Só participando das reuniões, das palestras, das trocas de experiência e observando o dia-a-dia. E, outra coisa, em grupo você tem mais força, sozinho não se consegue quase nada (...) o grupo bem organizado é melhor (...) é mais fácil prá conseguir as coisas (...) sozinho é mais difícil (Lorenço, Passo do Uvã).

Além da conscientização e ampliação do horizonte de conhecimentos, observou-se a intensificação das relações sociais entre as famílias que participam das associações e destas com a sociedade em geral, o que lhes conferiu um aumento da auto-estima e qualidade de vida. Situação que pode ser percebida através dos depoimentos a seguir:

O que eu não quero para a minha família eu não quero para os outros, se tem ecológico prá mim, pode ter ecológico pros outros (...) é a vida né. (...) Nós era vizinho e tudo, mas, não tinha uma confiança, uma amizade (...) (Irno e Salete, AAFA).

Tinha gente, que antes de participar do grupo eu nem conhecia, morava na mesma comunidade, participava na mesma comunidade, participava das festas, dos cultos, das missas e (...) a gente nem se cumprimentava (...) hoje não (...) como tudo amigo (...) conversa, troca idéia, informação (...) (Ivone, APARG).

Aumentou a convivência, as visitas entre os vizinhos (...) não é só trabalho (...) as tradições [troca mútua de algum alimento entre os vizinhos] estão retomando (...) (Edinei, AAFA).

Diminuiu muito o problema da depressão (...) a relação, a convivência das pessoas mudou (...) porque as pessoas participam mais. Conversam mais, trabalham mais juntas (...) às vezes tem um problema, quer trocar uma idéia, aí tem com quem conversar (...) (Vanderlei, AAFA).

A gente vive uma vida mais saudável, a gente se realiza quando dizem (lá na feira) (...) é bom porque eu sei que é você que está produzindo (...) é uma satisfação (Hélio, Passo do Uvá).

A gente percebeu que a relação direta com o consumidor (...) é muito bom (...) é muito importante prá nós e prá eles, que está conversando direto com quem está produzindo, parece que agora como mais valorizado, eles perguntam muita coisa, sabe, é uma troca de informação (Darci, Passo do Uvá).

Era preciso que todos da família participasse das atividades realizadas pelo grupo, prá que ninguém, nem os filhos e nem os pais, começa a desconfiar e aí dá brigas, e o que estamos fazendo hoje é pensando no futuro da terra e dos filhos (...) (Serenita, Passo do Uvá).

Aumentou a união entre as famílias, se conhecer mais (...) se encontrar, criar mais amizade, as vezes a gente se conhecia

mas, não era como agora, ficou mais próximo (...) (Genésio, APARG).

Pode-se perceber que a auto-estima está associada intrinsecamente com a intensificação das atividades sociais e coletivas e com o contato direto com o consumidor. Os grupos criaram a possibilidade da ajuda mútua, da conversa, troca de idéias e da criação ou fortalecimento dos laços de amizade, o que contribui para a elevação da auto-estima, dado que o homem é por excelência um ser social. Ademais, ao restabelecer tais valores, as relações sociais estão sendo desmonetizadas, desonerando a ajuda mútua de algum compromisso financeiro. Vale destacar que aquela ajuda de caráter emocional, para muitos, considerada perda de tempo, também acabou sendo promovida. Além disso, o contato direto com o consumidor, a troca de informações e o estabelecimento da confiança, exercem papel fundamental para a valorização e a promoção da auto-estima do agricultor, enquanto profissional.

Um outro aspecto merece ainda ser destacado dentro dessa questão que aborda a nova forma de se relacionar após a opção pelo enfoque agroecológico, relacionado à atual discussão da qualidade de vida e, ao mesmo tempo, do resgate da tradicional liberdade de trabalho do homem do campo se comparado ao trabalhador urbano. A comparação é completada, através da comparação entre os agricultores ecológicos e convencionais, vendo na agricultura convencional, especialmente da integrada às agroindústrias, uma certa manifestação das características do trabalho urbano.

Na colônia se tem qualidade de vida (...) você escolhe o seu horário, faz o que gosta, mesmo não ganhando muito dinheiro, você não tem um relógio te controlando, não precisa ser uma máquina (Genésio, APARG).

Na agroecologia tu consegue conviver com as saídas para as reuniões, para a formação, e os trabalhos em casa (...) no convencional não, tu se torna preso no trabalho (...) (Adêmio, APARG).

Como pôde ser percebido, o processo de transição está em marcha e já pode ser sentida pelos agricultores os seus efeitos, “melhorou a qualidade de vida”. Na seqüência, elucidaremos as estratégias do CAPA.

4.4 Estratégias do CAPA

A trajetória histórica do CAPA, bem como seus princípios e objetivos, já foram discutidos no item 2.2.4 desta dissertação. Cabe neste espaço levantar questões referentes às metodologias e estratégias de trabalho utilizadas pelos técnicos⁷² do CAPA.

O CAPA – Núcleo Erechim, quando foram realizadas as entrevistas desta pesquisa, era composto por quatro engenheiros agrônomos, um técnico agrícola, um técnico em enfermagem, um auxiliar administrativo e uma secretária. Profissionais que atendiam 25 grupos de pequenos agricultores.

O trabalho do CAPA se ancora no princípio “da coletividade para a coletividade”, conforme pôde ser percebido nas entrevistas realizadas. Além disso, como apontou um dos informantes, “a equipe do CAPA é muito boa e se ajuda, troca informações, tem uma estrutura muito boa, inclusive financeira” (Marcelo, técnico do CAPA). Vale ressaltar que a equipe técnica do CAPA tem como estratégia realizar uma reunião semanal para discutir os problemas vividos junto às associações assessoradas e levantar as possíveis soluções, buscando no grande grupo analisar ou decidir quais as ações a serem implementadas nas associações. Ressalta-se que tais ações são levadas aos agricultores e apenas com o consentimento destes é que são concretizadas.

É necessário retomar o histórico do CAPA para ressaltar que ele nasceu com um propósito e, conforme foi se estruturando, acabou mudando de acordo

⁷² Para esta pesquisa, optou-se por entrevistar os três técnicos que prestam assessoria às comunidades entrevistadas, ou seja, à AAFA, à APARG e à A. P. do UVÁ. Embora reconheçamos que seus trabalhos são realizados ancorados em uma equipe técnica composta de profissionais de diferentes áreas de conhecimento, inclusive por agricultores, com sede em Erechim/RS.

com as necessidades da equipe e da sociedade, conforme podemos acompanhar nos trechos dos depoimentos apresentados a seguir.

Nas décadas de 1960 e 1970, já se detectava que o problema do pequeno agricultor não era só geográfico e sim o modelo de agricultura utilizado (...) daí surgiu o CAPA, para trabalhar com o pequeno agricultor (...) para ajudar, para fortalecer quem estava ficando no meio rural. (...) Inicialmente, o trabalho do CAPA não era sistemático, a estratégia era mais no campo da denúncia, mostrar algumas alternativas, na tentativa de ajudar os agricultores a se organizarem para buscar assessoria mais sistemática em órgãos públicos (Vitor, técnico do CAPA).

O número de agricultores que solicitavam a assessoria aumentou muito e a equipe acabou ficando pequena para dar continuidade aos atendimentos individuais. Assim, estrategicamente, a equipe decidiu passar a assessorar agricultores organizados coletivamente. Além disso, deu início, em diversas localidades, a preocupação com a sustentabilidade.

A equipe do CAPA, assim como todas as demais ONGs envolvidas com Agroecologia e desenvolvimento agrícola e rural sustentável das quais temos tido conhecimento, percebe que há muito para ser feito e que muitos entraves podem aparecer, dificultando o andamento dos trabalhos. Dentre estes entraves e dificuldades, os principais são: o alcance dos pequenos agricultores às linhas de crédito, as quais historicamente foram planejadas em gabinetes e inadequadas à realidade da maioria dos agricultores familiares; o individualismo, a ganância, a exclusão, a dependência, a concentração de renda, a acumulação de capital e outros aspectos sustentados e promovidos pelo sistema capitalista; a degradação dos recursos naturais em nome da produção e do crescimento econômico, também característico do sistema capitalista; as críticas e as resistências da sociedade ao modo de viver e de trabalhar que surge com a prática de estilos de agricultura de base ecológica, que respeitam o ritmo da natureza, a biodiversidade e o coletivo; a dependência dos agricultores aos “pacotes” tecnológicos, forjada pelas indústrias do setor e, em alguns momentos, pelas políticas públicas, as quais

desautorizaram o conhecimento popular, dito “caipira”; o excesso de burocracia imposta pela legislação atual; dentre outras.

Entretanto, é preciso ressaltar a satisfação dos técnicos entrevistados com o desenvolvimento do trabalho claramente manifestada e percebida nos depoimentos. Ou melhor, a satisfação com a busca de um desenvolvimento agrícola e rural sustentável:

O processo é lento, de conscientização do agricultor e do consumidor, mas é gratificante. Quando tu vê que o agricultor está feliz, se sentindo agricultor, ver ele voltar a sonhar, e se sentir feliz e bem (...) e quando a gente, a equipe CAPA, vê o agricultor feliz, a equipe fica feliz também. (...) Esse resgate da “Vida” é muito gratificante (Marcelo, técnico do CAPA)⁷³.

Pode-se dizer que o “espírito coletivo”, comum em épocas passadas especialmente nas regiões de colonização européias, de certa forma ainda está presente na sociedade, o que precisa é que haja um incentivo, um despertar, para que as pessoas se organizem e busquem juntas a concretização de seus objetivos. Considerando que o CAPA assessora grupos de agricultores e não mais agricultores isolados, pode-se deduzir que para a formação dos grupos e associações houve a ação de outros atores sociais. Nos três casos estudados foram a igreja, os STRs e o movimento de mulheres agricultoras, os principais responsáveis pelo surgimento da associação; mais tardiamente, depois de já haver um começo, as prefeituras municipais também desempenharam importante papel. Entretanto, ao assumir a assessoria de um grupo, o CAPA tem por estratégia trabalhar forte os princípios da coletividade e da organização e o espírito de grupo, além da Agroecologia, para promover uma organização mais sólida do mesmo.

As principais razões, segundo os técnicos entrevistados, que ajudam a promover a organização dos grupos são decorrentes do desejo de permanecer no meio rural e da ausência de alternativas e perspectivas. Como vimos,

⁷³ Esclarecemos aqui que depoimentos de outros técnicos entrevistados tiveram a mesma opinião que a supracitada, apenas não foram transcritas devido a redundância.

muitas vezes é a orientação e o apoio da Igreja, dos STRs, de movimentos sociais, do setor público, que faz com que a idéia da associação se consolide. Outras vezes as associações são motivadas por algum agricultor que tenha uma visão diferenciada de como viver em comunidade. Entretanto, há uma advertência, feita pelo técnico do CAPA:

O grupo que foi organizado com o objetivo de angariar recursos financeiros, ele não vinga enquanto grupo. O grupo que vinga é aquele que se organiza a partir de suas próprias necessidades, se organiza de onde a família sente necessidade e se junta a outras famílias (Gilmar, técnico do CAPA).

Há que ressaltar, assim, que aqueles grupos formados, muitas vezes às pressas, para apresentar projeto cujo objetivo maior é a obtenção de recursos financeiros, têm dificuldade para se consolidar. Isto porque os princípios de um grupo, de um trabalho coletivo, de uma associação, nestes casos acabam sendo relegados a um plano secundário, minando as perspectivas de futuro.

Por outro lado, é desse ponto que também partem as críticas dos técnicos do CAPA e de alguns agricultores acerca das políticas emanadas do poder público: na maioria das vezes elas vêm com a promessa de recursos financeiros, com prazos especiais para pagamento, taxas especiais ou até com recursos a fundo perdido. Os grupos se formam para se adequar a estas políticas específicas. Neste sentido, o poder público estaria atuando na direção exata da fragilização e não do fortalecimento dos grupos.

De uma forma ou de outra, entretanto, os grupos são constituídos. É partir desse ponto, quando os grupos constituídos precisam de assessoria para efetivar as atividades projetadas, é que o CAPA pode, se solicitado e tiver disponibilidade, atuar junto aos mesmos.

É dentro deste contexto que o CAPA estabelece as estratégias de ação junto aos grupos. Algumas vezes, os grupos estão bastante fragilizados, havendo necessidade praticamente de recomeçá-los. Por essa razão, inúmeras estratégias, com as quais o CAPA trabalha, foram e podem ser utilizadas para a promoção da organização de grupos e ou associações. O CAPA costuma

agir a partir de uma análise da realidade local e com base nas seguintes estratégias e princípios:

- O tratamento de choque:

Utilizamos vídeos, artigos, figuras, *slides* e outras formas para mostrar a realidade sobre os agrotóxicos e seus efeitos maléficos para os seres humanos e para a natureza (Gilmar, técnico do CAPA).

- A promoção da formação:

Através de debates realizados periodicamente, vai se formando a consciência sobre os "pacotes", o solo (função, composição), a saúde, a alimentação saudável, as políticas públicas. E paralelamente às reuniões, faz-se uma prática, pois é preciso construir a unidade entre os agricultores do grupo. Essa prática deve ser importante para a realidade local, que nos nossos casos tem sido a sementeira de milho (Gilmar, técnico do CAPA).

A promoção da troca de experiência é outra estratégia que vem dando bons resultados, pois enriquece o conhecimento e legitima as informações tanto dos agricultores quanto dos técnicos (...) é importante ir para esses encontros com objetivos pré-definidos, ou seja, ter em mente que tema será discutido (Marcelo, técnico do CAPA)

Nas atividades de formação são tratados temas relacionados à saúde, ao meio ambiente, à solidariedade, à cultura, ao respeito, à ética e outros.

- A participação efetiva dos agricultores:

Utilizam-se metodologias participativas onde os agricultores tornam-se os protagonistas do processo construtivo agroecológico. Há um respeito pelo saber do agricultor e agricultora, de suas vivências e experiências⁷⁴. (...) O fundamental é descobrir o ponto de estrangulamento da comunidade e ajudar a descobrir a solução adequada, juntamente com a comunidade (Vitor, técnico do CAPA).

⁷⁴ Para ver mais sobre a importância de valorizar o conhecimento das experiências dos agricultores, conferir: Rosset (1995); Canci (2002); Morin (2001).

Existe a promoção de reuniões mensais e há o incentivo para que os próprios agricultores se reúnam sem a presença de assessores e discutam suas propostas (Marcelo, técnico do CAPA)

- O resgate e valorização da história local, da história do grupo:

Faz-se um resgate da história vivida pelos agricultores, com um recorte político, histórico, cultural e assim se constrói o conhecimento dentro da vivência da agricultor e agricultora. Busca-se elucidar a trajetória histórica vivida pelos agricultores com suas vantagens e desvantagens. (...) O importante é aproveitar os problemas vividos pelos agricultores para promover um debate propositivo, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável (...) precisa-se elucidar a vocação local e trabalhar a biodiversidade (Vitor, técnico do CAPA).

- A promoção da Agroecologia:

Cada caso tem se mostrado um caso (...) mas pode-se afirmar, ainda, que o fator econômico tem se mostrado forte, não pelo fato de ganhar mais⁷⁵, mas pelo fato de gastar menos (...) diminui o custo de produção. (...) Entra-se pelo econômico, mercado e a partir daí, trabalha-se outros pontos (...) saúde, solo, formação (...) (Vitor, técnico do CAPA).

(...) é preciso recuperar a identidade "agricultora" do agricultor e ajudá-lo a ver uma saída dentro da proposta agroecológica (...) (Gilmar, técnico do CAPA).

Pôde-se perceber que as estratégias de trabalho são pensadas para cada caso, juntamente com os agricultores.

Estilos de agricultura de base ecológica, defendida e praticada também pelo CAPA, vem crescentemente ocupando espaço, pois encontram respaldo na Agroecologia enquanto ciência (Gliessman, 2001). É tida como capaz de contribuir para a concretização do desenvolvimento agrícola e rural sustentável, sendo que para falar de sustentabilidade é preciso invocar questões

⁷⁵ O CAPA trabalha com o princípio do preço justo, o que pode ser verificado junto às feiras livres, praticadas pelas associações, onde os preços de seus produtos são equivalentes aos praticados no comércio convencional.

ambientais, políticas, econômicas, culturais, sociais e éticas. E estas questões afetam toda a sociedade.

Ainda há muito para ser feito, destacando-se a parceria entre o público e o privado e a conscientização da sociedade como um todo, conforme apontado nos depoimentos a seguir:

Precisaria criar na sociedade urbana e rural, espaços de sensibilização, onde esteja presente quem consome e quem produz. Há uma necessidade de conscientização da sociedade para este grande problema que se está vivendo (...) Atribuir a devida importância ao "quintal", é dali que pode sair grande parte da nossa alimentação: as frutíferas, a horta, os pequenos animais, a beleza, os jardins, as ervas medicinais. Precisaria sensibilizar os agricultores para a importância da horta, que socialmente é considerada coisa de mulher, pois há um germinar de feiras livres e pequenas agroindústrias (Marcelo, técnico do CAPA).

É preciso construir uma relação de confiança, amizade, solidariedade, compromisso e busca de formação política, econômica, social e cultural (...) a Agroecologia é o caminho (...) (Gilmar, técnico do CAPA).

Com base no que foi apresentado anteriormente, sobre a importância do fazer coletivo para o coletivo, se faz necessário argumentar sobre a necessidade de repensar a forma como vem sendo trabalhada a questão referente à Agroecologia no Brasil e, especialmente, na região em estudo. Algumas ONGs, em especial o CAPA, já deu provas de que é possível construir e lutar por outro modelo de desenvolvimento rural, para tanto seria necessário que a sociedade como um todo almejasse tal modelo.

Neste sentido, pensamos ser importante um maior envolvimento de setores como a educação, a extensão rural oficial, a pesquisa, as políticas públicas e outros. Para que o processo de conversão do convencional para o agroecológico se inicie, também é fundamental o envolvimento do Estado, através das agências públicas de pesquisa e extensão (tais como a EMBRAPA, EPAGRI-SC, EMATER-RS e outras) para a produção de conhecimento neste campo; através da utilização das estruturas das universidades e escolas para atividades que promovam o conhecimento para toda a sociedade; através da

utilização das estruturas das agências públicas de extensão rural, reorientando seus princípios e ações, da perspectiva individualista para uma metodologia de caráter coletivo; através da reorientação das políticas públicas de fomento, de incentivo e de crédito, tais como o PRONAF, promovendo formas associativas e agroecológicas para a produção familiar; por fim, através da promoção de uma legislação mais adequada à realidade da agricultura familiar e agroecológica, de caráter educativo e incluyente.

Há que ressaltar que muitas entidades já iniciaram este trabalho, são entidades estaduais (principalmente a EMATER-RS, na década de 1990), Universidades, Escolas agrícolas e Agrotécnicas desenvolvendo iniciativas de grande valor para a consolidação de um modelo de desenvolvimento agrícola e rural sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho consistiu na realização de um resgate histórico do processo de transição da agricultura convencional para estilos de agricultura de base ecológica, nas associações AAFA, APARG e A. P. do UVÁ, na região do Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho, e como esta se manifestou no contexto local, caracterizado pela presença marcante da agricultura familiar em meio aos complexos agroindustriais. Este resgate, feito a partir da visão dos agricultores, procurou evidenciar o que orientou as suas ações e decisões.

A transição agroecológica é constituída de processos de mudança social e, como tal, não comporta visões unidirecionais e estáticas da realidade. Além do aspecto técnico e econômico, estão presentes nestes processos, outras dimensões de ordem social, política, ecológica, ética e cultural. Dimensões estas que nem sempre estão em equilíbrio entre si, mas em constante movimento e conflitos, em função dos processos de valorização e desvalorização que sofrem no decorrer do tempo e em função da dinâmica macro e microsocial a que estão vinculadas. Assim, o atual movimento em direção a um modelo de desenvolvimento agrícola e rural sustentável parece evidenciar a necessidade de se subordinar estas dimensões aos interesses e em benefício do conjunto da sociedade, tendo por base os princípios defendidos pela Agroecologia.

A pesquisa demonstrou que as motivações dos agricultores para realizar a conversão foram várias. É certo que os agricultores familiares possuem um projeto familiar que, embora vise garantir a sua sobrevivência e a busca de melhores condições de vida, não se limita a sua dimensão e racionalidade econômica, profundamente afetada pela Revolução Verde e seus desdobramentos. Engloba também a reprodução e a realização de outros valores de cunho social, cultural e ideológico, já que a propriedade não representa apenas o lugar onde se produz e trabalha, mas também o lugar onde se vive.

Ao lado da permanência de antigas práticas agrícolas, como a policultura, o uso de instrumentos artesanais, dentre outros, os agricultores familiares também souberam preservar, com maior ou menor intensidade, alguns dos valores étnicos e sociais característicos das áreas colonizadas por imigrantes europeus e seus descendentes, dentre os quais se destacam a valorização do trabalho, o apego a terra, a ajuda mútua e a cooperação, a poupança, dentre outros. Estes elementos, além do capital social, atuaram como “facilitadores” no processo de organização dos agricultores e no processo transitório rumo ao agroecológico.

A transição, embora seja um processo, já apresenta os frutos do trabalho realizado até o momento. Os agricultores vêm realizando o processamento de alimentos em suas agroindústrias, a realização de venda direta ao consumidor através de feiras, além da constante busca pela própria formação social, política e técnica. Neste sentido, foi observado o engajamento destes agricultores no processo político local, além da ampliação das relações sociais e da solidariedade, influenciando diretamente no aumento da qualidade de vida.

As experiências estudadas, embora já tenham alcançado resultados positivos em sua trajetória, apresentam, no entanto, algumas fragilidades. Neste sentido, foi constatada a necessidade de um maior engajamento do setor público e da sociedade civil com a causa agroecológica, incluindo aí a reorientação das políticas de educação, de crédito, de assessoria e pesquisa agrícola e demais políticas públicas, bem como a busca pelo aumento da consciência acerca da importância da agricultura familiar⁷⁶ e da Agroecologia para o desenvolvimento agrícola e rural sustentável.

Para a expansão de estilos de agricultura de base ecológica, é fundamental a re-orientação das políticas públicas – o que já pode ser percebido em alguns estados brasileiros, principalmente na região sul – abrindo condições para a promoção da sustentabilidade na agricultura. Pois numa

⁷⁶ Destacamos que nesta região já aconteceram três Seminários Nacionais sobre a Agricultura Familiar, o que pode contribuir para a aumentar a consciência da sociedade sobre o referido tema.

perspectiva de ampliação do número de agricultores atendidos, as ONGs que vêm atuando nesta área não reúnem condições de atendimento, dadas a insuficiência de pessoal, de estrutura, de recursos financeiros e outros. Para resolver esta questão, duas possibilidades poderiam ser trabalhadas: a) a orientação efetiva das agências de pesquisa agrícola e extensão rural pública pelos princípios da Agroecologia⁷⁷, a exemplo da EMATER-RS que redirecionou sua atuação no final da década de 1990, rompendo com a visão assistencialista e mercadológica vigente; b) o financiamento público das ONGs, desde que efetivamente comprometidas com o enfoque agroecológico como promotor de processos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis.

Assim sendo, o Estado, expressando-se através de políticas públicas e outros meios, desempenharia papel decisivo, tanto para a socialização dos custos e dos benefícios da prática de uma agricultura sustentável, quanto para garantir remuneração justa ao trabalho de produzir alimentos e, ao mesmo tempo, de preservar o meio ambiente, pois o acesso a estes bens precisa ser garantido para todos os segmentos e classes sociais e o seu ônus rateado entre os mesmos.

Pôde ser percebido que há uma expectativa, por parte dos agricultores entrevistados, de que o Estado venha a promover políticas públicas adequadas à agricultura familiar, de maneira a dar suporte à Agroecologia, com decisões participativas e condizentes com a realidade local. O Estado já deu provas de que tem poder, pois foi através de políticas por ele delineadas que a agricultura brasileira foi introduzida no modelo da Revolução Verde, processo chamado de modernização da agricultura. Poderá, segundo entidades e agricultores que já iniciaram o processo de transição, desenvolver e garantir políticas públicas que contemplem o desenvolvimento rural sob a perspectiva agroecológica.

Foi verificado que as famílias das associações sujeitos desta pesquisa tomaram a decisão de mudar o modo de produzir baseando-se na memória que guardam de seus antecedentes e de sua história particular e/ou coletiva,

⁷⁷ Sobre a reorientação da extensão rural por uma “extensão rural agroecológica”, ver

bem como em projetos que traçam para o futuro. Vale chamar à lembrança Lamarche (1993, p. 22), que afirma que “*A exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio*” e que “*a exploração familiar transforma-se, evolui, adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive*”. Neste sentido, pode-se afirmar que os agricultores em questão vêm abandonando gradualmente a agricultura convencional impulsionados por uma série de motivos que se acumularam ao longo dos anos ou foram recentemente introduzidos no meio em que vivem. São questões ligadas aos aspectos econômico, político, social e a saúde: intoxicação com agrotóxicos, fragilidade de saúde, depressão, dívidas, dependência econômica e política, exclusão, dentre outros.

Além do aspecto acima exposto, outros foram destacados: a) a formação, o conhecimento, proporcionado ou elucidado por agentes externos aos grupos, constituiu fator fundamental para a tomada de decisão pela mudança do convencional ao agroecológico; b) o fator econômico, por diminuir os gastos e a dependência acerca dos insumos de produção; c) o trabalho, cujo ritmo e intensidade não mais é controlado pelas empresas (fornecedoras de insumos ou compradoras da produção) e sim pelo próprio agricultor; d) a recuperação do solo, que se fortalece e não sofre mais tanto com as estiagens; e) por fim, porque, concordando com Sen (1999), sentem-se mais livres, por que conhecem, sabem melhor buscar as informações e praticam a cidadania.

Cabe registrar a advertência de Costabeber (1998), de que as opções dos agricultores não podem ser entendidas e analisadas por um enfoque unidimensional. Vale ressaltar, portanto, que além da informação, conhecimento e vantagens econômicas, a transição agroecológica vem sendo motivada pela organização e efetiva participação de todos nas decisões, pela certeza de que o alimento produzido não intoxicará aqueles que o consumir, o que muitas vezes aparece associado, no quadro referencial dos entrevistados,

Caporal (1999); EMATER/RS, 2002a ; 2002b.

à elevação da auto-estima, à valorização da saúde e da vida. O controle sobre o ritmo e a jornada de trabalho igualmente aponta para o resgate da autonomia do agricultor, como já indicou Schenkel (1997).

Também o resgate e recuperação de conhecimentos ditos tradicionais, “dos antigos”, e a realização, pelo próprio agricultor, dos testes e experimentos para certificar-se da eficácia deles, sendo o próprio agricultor, como já observou Rosset (1995), participante ativo na geração e difusão das técnicas agroecológicas, aponta para a construção de sujeitos, valorizados.

É sabido que o processo de transição é lento, entretanto, os agricultores entrevistados demonstraram confiança no que se refere à viabilidade e êxito do novo modelo de desenvolvimento rural, ora em construção.

Foi verificado que a participação nas associações, nas feiras, nas agroindústrias e demais atividades de formação e produção promoveu uma revalorização da função e da identidade do agricultor; recuperou a sua auto-estima; aumentou as relações sociais, o contato com os vizinhos; resgatou o respeito à natureza e ao ser humano, vistos em sua totalidade; resgatou a confiança; enfim, está em construção um novo modo de viver, mais “humano”.

Para os agricultores entrevistados, a prática da agricultura de base ecológica já pode ser considerada uma realidade, embora devamos alertar para o fato de que se trata de um processo, em que não se tem ponto de chegada, uma vez que a sociedade e suas relações estão em constante movimento dialético.

As ações do CAPA são planejadas a partir de uma análise da realidade local, orientado-se pelos seguintes princípios e estratégias: tratamento de choque; promoção da formação social, política e técnica; a promoção da participação efetiva dos agricultores nas ações e nas decisões; o resgate e a valorização da história local, na perspectiva da construção de sujeitos políticos e sociais; a promoção da Agroecologia, a partir da realidade, dos problemas e desafios diagnosticados participativamente.

Não tivemos, com a pesquisa realizada, a pretensão de ofuscar as boas iniciativas do setor público – a extensão rural pública – e sim de evidenciar e

tornar público um trabalho que vem sendo realizado com muito afinco, mostrar que é possível construir e almejar um desenvolvimento rural sustentável embasado na Agroecologia, o qual se aproxima do que Caporal (1999) chamou de “extensão rural agroecológica”.

Para o aprofundamento deste estudo e desenvolvimento de futuras investigações são sugeridas, dentre outras, as seguintes temáticas: a formação dos profissionais de nível técnico e superior, ligados às atividades agrícolas no Brasil e sua atuação em Agroecologia; o protagonismo do agricultor e as políticas agrícolas no Brasil; a atuação dos movimentos sociais do e STRs e a Agroecologia; as ONGs, os objetivos de seus agentes financiadores e o desenvolvimento local sustentável; as ONGs e o desenvolvimento local sustentável; o fazer popular e a Agroecologia; a qualidade de vida no meio rural e a proposta agroecológica; a questão referente à venda direta, como forma de assegurar mercado e a prática do preço justo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWAY, Ricardo, **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Rio de Janeiro/Campinas/São Paulo: ANPOCS/UNICAMP/Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, Angela M. de, "A `natureza` e seus múltiplos usos", In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.º 4, UFRRJ/CPDA, 1995.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander (Orgs). **Reconstruindo a Agricultura: Idéias e Ideais na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2 ed, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- ALMEIDA, S. G. de; PETERSON, P.; CORDEIRO, A. **Crise Socioambiental e conversão ecológica da agricultura Brasileira**: Subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3 ed, Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2001.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ALTIERI, M A.; YURDJEVIC, A. **La Agroecología y el desarrollo rural sostenible em América Latina**. 1991.
- ALTMANN, Rubens *et al.* **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002.
- AGROECOLOGIA & AGRICULTURA FAMILIAR. Lages/S.C.: Rede Ecovida de Agroecologia, anoIV,n.4, set de 2001.
- AGROECOLOGIA - Hoje. Ano II, n.12,dez/ 2001 à jan/2002.
- AMBROSANO, Edmilson (coord.). **Agricultura ecológica**. Guaíba: Agropecuaria, 1999.
- ARL, Valdemar. **Agroecologia: Uma importante contribuição na construção de uma nova ordem**. Florianópolis, UFSC, 2002 (monografia).
- ASSIS, José Chacon de, **Brasil 21: uma nova ética para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: CREA-RJ, 1999.
- ASSUMÇÃO, J. & MACHADO, Z. **O mundo das alternativas: Pequeno dicionário para uma globalização solidária**. Porto Alegre: Veraz, 2001.
- BALEM, Tatiana A.; SILVEIRA, Paulo R. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. **Anais do V Simpósio IESA/SBSP**, Florianópolis, 2002. CD-ROM.
- BEIGUELMAN, Paula, **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção "Tudo é História", 2).

BESCOW, J. F.; KOHWARD, C. H. e REINHEIMER, O. **Uma alimentação natural; uma idéia saudável**. Apoio: ACEP e PPL. 2ed. 2001.

BIANCHINI, Valter. Políticas públicas para a agricultura familiar: desenvolvimento local rural sustentável. **Deser**. Curitiba, 2000. Seção Publicações. Disponível em <<http://www.deser.org.br/publicacoes.asp>>. Acesso em 07/01/2003.

BIODIVERSIDADE & AGROECOLOGIA. Curitiba: Fundação Rureco, mar. 2001.

BONILLA, J. A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica: Sobrevivências e Qualidade de Vida**. São Paulo: Nobel, 1992.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. UFPR. 1999.

BRACAGIOLI NETO, Alberto (Org.), **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: EMATER-RS, 1999.

_____. "Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro". In: ALMEIDA, J. & NAVARRO, Z. (Orgs). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

BRANCO, S. M. **Meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1988. (Coleção Polêmica).

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**, 21 ed. Ijuí: Ed. da UNIJUI, 1999.

BRÜSEKE, F. J. Pressão modernizante, Estado territorial e sustentabilidade. In: CAVALCANTE, C (org.). **Meio-ambiente, desenvolvimento e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

BURG, I. C. & MAYER, P. H. (Orgs). **Alternativas Ecológicas para Prevenção e Controle de Pragas**. 16 ed. Francisco Beltrão-PR, 2002.

BURSZTYN, M. "Armadilhas do Progresso: Contradições entre economia e ecologia". In: **Sociedade e Estado**, Brasília, UNB, N. 01, VX, jan/jun, 1995.

CANCI, A. **Sementes crioulas: construindo soberania – a semente na mão do agricultor**. São Miguel do Oeste: Mclee, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./jun. 2002a.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia.

Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002b.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em direção à extensão rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (Org.), **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: EMATER-RS, 1999.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Cultrix: São Paulo, 1982. (tradução de Álvaro Cabral).

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 8, UFRRJ/CPDA, 1997.

"Carta de Chapecó". II Seminário Estadual de Agroecologia – Chapecó/ S.C. agosto/2001

CENTRO VIANEI, Terra Solidária: Caderno 10. Cut, 2001.

CEPAGRI. Livro verde 02. **Agricultura Alternativa Ecológica**. 3ed. Caçador: CEPAGRI, 2001.

CINTRÃO, R. P. A relação entre técnicos e agricultores no contexto de atuação de uma ONG que trabalha com tecnologias alternativas. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, ano XVII, n.17, jun, p.143-149,1998.

COELHO, C. N., A expansão e o potencial do mercado mundial de produtos orgânicos. In: **Revista de Política Agrícola**. Ano X, n.02, p.09-26, abr/mai/jun, 2001.

COSTA, J. M. **Agricultura familiar e a questão da sustentabilidade: o exemplo de produção agroecológica no município de Praia Grande (SC), SC**. 2000. 87f. Dissertação (Mestrado Geografia) – UFSC, Criciúma, 2000.

COSTABEBER, José Antônio. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, Universidad de Córdoba, 1998 (Tesis Doctoral).

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. "Para uma história dos índios do oeste catarinense", In: **Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM**. Ano 4, nº 6, Chapecó-SC, Novembro/1989.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho, fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro: Ed. UnB, 1999.

DIESEL, V. & DIAS, M. M. **A proposta das ONGs para o desenvolvimento rural: uma avaliação crítica**. In: **Extensão Rural-UFMS**, n.06, p.31-43, jan/dez/1999.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável, origens e perspectivas de um novo paradigma**. Florianópolis:UFSC, Livros da terra, 1996.

- EMATER/RS. **Marco Referencial para uma Nova Extensão Rural: Avanços Institucionais da EMATER/RS-ASCAR Gestão 1999-2002.** Porto Alegre: EMATER/RS, 2002b.
- EMATER/RS. **Relatório de Gestão: 1999-2002.** EMATER/RS-ASCAR. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002a.
- FAGAN, J. **Avaliando a segurança e a qualidade nutricional dos alimentos transgênicos.** Erechim: REDE T. A. SUL & REDE ECOVIDA, 2000.
- FERREIRA, Antenor Geraldo Z., **Concórdia: o rastro de sua história.** Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.
- FROEHLICH, J. M. **O 'local' na atribuição de sentido ao desenvolvimento.** In: Textos CPDA. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ. (no prelo), 1999.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2 ed. rev. Campinas: UNICAMP/I.E., 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- GÖTSCH, Ernst, **Homem e natureza: cultura na agricultura.** Recife, CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 1995.
- JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: **Cadernos de Sociologia.** Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 6, 1994. pp. 51-75.
- JESUS, E. L. de. Histórico e filosofia da ciência do solo: longa caminhada do reducionismo à abordagem holística. **Alternativas: Cadernos de Agroecologia,** v. 4, p. 64-75. 1996.
- KHATOUNIAN, C. A. "Estratégias de conversão para a agricultura orgânica". In: AMBROSANO, E. (Coord.). **Agricultura Ecológica.** Guaíba: Agropecuária, 1999.
- LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional TOMO I: "Uma realidade multiforme".** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- MENASCHE, Renata. Gauchismo: tradição inventada. **Estudos Sociedade e Agricultura (CPDA),** Rio de Janeiro, n. 1, p. 22-30, nov. 1993.
- MINAYO, M. C. De S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MOREIRA, Roberto José. **Agricultura Familiar: Processos sociais e competitividade.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRRJ/CPDA, 1999.

RENK, Arlene, As representações da colonização, no oeste catarinense, a partir dos brasileiros, In: **Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM**, ano 5, nº 7, Chapecó-SC, Abril/1991.

REVERBEL, Carlos, **Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1985 (Coleção "Universidade Livre").

RIGON, S. do A. Presença da Agroecologia na consolidação da segurança alimentar. **Agroecologia Hoje**, Ano II, nº 12, dez/ 2001 e jan/2001, p. 11/12.

ROCHE, Jean, **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, Volumes I e II.

ROSSET, P. & BENJAMIN, M. **A revolução está ficando verde: experimentos cubanos com agricultura orgânica**. Trad. John Cunha Comerfort. Rio de Janeiro: AS-PTA; Ijuí: UNIJUI, 1995. 110p.

SÁ, Neide Gaudenci de, **Nutrição e dietética**. São Paulo: Nobel, 1990.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. Um modelo diferente (entrevista concedida à E. Campelo). **Sem Fronteiras**, nº 305, nov/2002.

SANTOS, Alvorí Cristo dos. "História do Crédito na Agricultura Familiar". Disponível na Internet: <http://www.cresol.com.br/pgflash.htm>, consulta em 29/01/2003.

_____. O crédito rural, instrumento efetivo de desenvolvimento a partir da apropriação pelo projeto da agricultura familiar. In: SANTOS, Alvorí Cristo dos *et al.* **Agricultura familiar e socioeconomia solidária**. Disponível na Internet: <http://www.deser.org.br>, consulta em 24/11/2001.

SCHENKEL, Cladecir Alberto, **Estudo de um processo cultural na relação entre os "colonos" e a Sadia: o caso da micro-região do Alto Uruguai Catarinense**. Dissertação (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Renato Santos de. **Entendendo a Questão Ambiental: Temas de economia, política e gestão do meio Ambiente**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tomás & QUEDA, Oriowaldo (Orgs). **Vida rural e mudança social**. 3ed. São Paulo: Ed Nacional, 1979.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

THOMÉ, Nilson. **Civilizações primitivas do Contestado**. Caçador: IUL, 1981.

UFSM/Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses (MDT)**. 5ª ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

VEIGA, J. E. da. **A face rural de desenvolvimento: Natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991.

VOGTMANN, H. & WAGNER, R. **Agricultura ecológica: teoria e prática**. Porto Alegre: Goethe, 1987.

Z Aidán, Michel. Fundamentos sociofilosóficos da questão ambiental, In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.º 4, UFRRJ/CPDA, 1995.

FOLHETOS, FOLDERS E RELATÓRIOS

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. **Desenvolvimento da Agricultura Familiar**. Década de 1990. (folder)

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. **Reciclagem – consciência mais lixo – Reciclagem**. Década de 1990. (folder)

CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), nº 15, ano 4, mar/1998.

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – **6ª Assembléia Sinodal** – Sínodo Uruguai – Relatórios. Palmitos, nov/2001.

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – CAPA - (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), **Caderno Especial: 20 anos; contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar** – 1997.

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – CAPA - (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), **Caderno Especial: 21 anos** – 1998.

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – CAPA - (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), **Caderno Especial: 22 anos** – 1999.

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – CAPA - (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), **Especial: Igreja e Agricultura Familiar** – setembro/2001.

Nova Paisagem - CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), nº 25, ano 7, set/2000.

Nova Paisagem - CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), nº 28, ano 07, jun/2001.

ANEXOS

ANEXO I

Roteiro que foi utilizado para as entrevistas junto aos membros das associações de agricultores ecológicos. (Adaptado de Costabeber,1998)
Sobre a transição agroecológica.

1 - Como foi o início de seu trabalho com a agricultura ecológica?

2- Que fatos o Sr. acha que teve maior importância para sua decisão de praticar a Agricultura Ecológica?

3- Quais as principais mudanças que ocorreram com a passagem para a agricultura ecológica?

4- Quais as maiores dificuldades que enfrentaram?

(O objetivo é conhecer: A origem e as razões do processo de transição para a agricultura ecológica; As entidades ou pessoas que contribuíram para que houvesse a mudança).

5- Como o Sr. avalia a situação atual em relação a agricultura ecológica?

6- Que dificuldades ainda existem?

(As expectativas presentes e futuras em relação à prática da agricultura ecológica.)

7 – Como o Sr. caracterizaria a agricultura anterior a ecológica?

8- Se vocês comparassem os dois tipos de agricultura, quais as principais diferenças?

(O objetivo é conhecer: Os riscos que a agricultura convencional oferece aos agricultores; As principais diferenças entre o estilo ecológico de produção e o estilo convencional; Os riscos distintos que caracterizam o agricultor ecológico em relação a outros agricultores).

9 – Quais os principais motivos/ razões que fizeram com que a sua família

deixasse de fazer agricultura convencional e partisse para um novo jeito de fazer agricultura, a ecológica?

10- Qual a sua expectativa em relação ao futuro da agricultura ecológica?

(O objetivo é conhecer: Os motivos, as preferências e as oportunidades consideradas pelo ator para a mudança do estilo de agricultura; As possíveis influências de instituições e/ou pessoas além dos incentivos para a tomada de decisão do agricultor; As limitações que o agricultor enfrentava para continuar com a agricultura convencional.)

11 – A partir de suas experiências passadas e presentes, os senhores e as senhoras podem fazer um balanço geral dos resultados - pontos positivos e/ou negativos – até agora alcançado com o novo estilo de agricultura da qual está participando.

(O objetivo é conhecer; Os benefícios e vantagens proporcionados pela agricultura ecológica; Os custos e as desvantagens originários da agricultura ecológica; Uma avaliação geral sobre as dificuldades e facilidades para a transição à agricultura ecológica.)

12– Comente sobre a participação e/ou contribuição – passada e presente – de pessoas ou instituições de assessoria técnica para a mudança no estilo de fazer agricultura.

(O objetivo é conhecer: As origens de assessorias técnicas utilizadas pelo agricultor antes da opção pela agricultura ecológica; As fontes de assessorias técnicas utilizadas pelo agricultor ecológico; Os principais problemas técnicos atualmente enfrentados pelos agricultores e as expectativas e planos para a sua solução.)

13- Se a agricultura ecológica passar a gerar menos renda, o Sr. a abandonaria e voltaria para a convencional?

Sobre as ações individuais e/ou coletivas

1 – Comente sobre como surgiu a idéia de formar uma associação de agricultores para a produção ecológica?

(O objetivo é conhecer: A origem da formação do grupo de agricultores ecológicos; As entidades e/ou pessoas que participaram e contribuíram para a formação do grupo e que estratégias utilizaram.)

2 – Quais foram as principais razões que os motivaram a formar um grupo/ associação?

(O objetivo é conhecer: Os motivos, as razões, as preferências, as crenças e as oportunidades que os agricultores consideraram para que optassem em fazer parte da associação de agricultores ecológicos; Que expectativas têm os agricultores para com o trabalho associativo; As possíveis influências sofridas pelos agricultores na tomada de decisão; As limitações que o agricultor enfrentava para dar continuidade em seu trabalho de forma individual.)

3 – O senhor/ a senhora se consideravam produtores ecológicos antes de constituírem a associação de agricultores?

(O objetivo é conhecer: Sobre o surgimento das práticas ecológicas e a associação; As expectativas do agricultor sobre possibilidades e limites, estando fora ou fazendo parte da associação de agricultores ecológicos.)

4 – Levando em consideração as suas experiências como membros da associação, quais os resultados – positivos / negativos – até agora atingidos com esta estratégia associativa de trabalho?

(O objetivo é conhecer: Os benefícios e vantagens proporcionados pelas estratégias de ação coletiva; Os custos e desvantagens originadas do trabalho associativo; O balanço geral sobre as dificuldades e facilidades para compatibilizar os interesses coletivos e os individuais.)

5 – Como os senhores e as senhoras vêem o futuro da associação dos agricultores ecológicos e o que esperam dela?

(O objetivo é conhecer: As expectativas do agricultor em relação ao papel que deve assumir a associação no futuro; As expectativas – presentes e futuras – do agricultor sobre suas possibilidades e limites para desenvolver a agricultura ecológica, fazendo parte ou estando fora da associação; As entidades ou pessoas que o agricultor espera que contribuam para o desenvolvimento da agricultura ecológica e do associativismo.)

6 – Os senhores e as senhoras têm algum motivo em especial para terem-se tornado membro da associação de agricultores ecológicos?

Questionamentos gerais

1 – Após a opção pela agricultura ecológica, houve alguma mudança no que se refere à organização, quantidade e qualidade de seus trabalhos?

2 – Na opinião de vocês, porque a maioria dos agricultores segue na agricultura convencional?

3 – Na opinião de vocês, que tipo de políticas agrícolas seriam fundamentais para o maior desenvolvimento da agricultura ecológica?

4 – Observando a agricultura ecológica, desde antes da decisão de plantar até após a comercialização. Quais os maiores problemas enfrentados por vocês?

5 – Vale a pena ser um produtor ecológico e participar de uma associação? Por quê?

6 – Existem pessoas que dizem que a agricultura ecológica é uma moda e que logo passará. O que o senhor e a senhora pensam sobre esta afirmação?

ANEXO II

Questionário que serviu de orientação para as entrevistas que foram realizadas junto aos técnicos do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) que assessoram as associações de agricultores ecológicos . (Adaptado de Costabeber, 1998)

- 1 – Há quanto tempo participa dos trabalhos de assessoria a agricultores ecológicos? Porque decidiu trabalhar com esta categoria de agricultores?
- 2 - Como surgiu o seu interesse em trabalhar com agricultores e/ou entidades que demonstram interesse em fazer agricultura ecológica?
- 3 – Em sua opinião, que razões levaram esses agricultores a fazer agricultura ecológica? Houve influências de agentes externos para esta iniciativa? Em caso afirmativo, que agentes tiveram maior influência?
- 4 – Em sua opinião, quais foram os motivos que fizeram com que esses agricultores criassem uma associação? Esta associação foi uma proposta gerada entre os agricultores ou foi emanada de agentes externos? Que agentes externos?
- 5 – Em sua avaliação, foi a agricultura ecológica que gerou a necessidade de criar uma associação ou tem sido o fato dos agricultores estarem vinculados a uma organização que propiciou as condições para a implementação da agricultura ecológica?
- 6 – No que se refere a assessoria aos agricultores ecológicos e sua respectiva associação, quais são as estratégias e metodologias de intervenção básica para a realização do trabalho adotadas pelo CAPA?
- 7 – Em seu trabalho de assessoria a associação de agricultores, quais são as principais facilidades e/ou dificuldades encontradas?
- 8 – Em sua opinião, a articulação dos agricultores em torno de uma associação

é importante para o desenvolvimento da agricultura ecológica? Por que?

9 – Quais seriam os aspectos aos quais você atribui maior relevância no trabalho que está desenvolvendo com a associação de agricultores?

10 – Você considera viável a idéia de expandir esta forma de fazer agricultura a outros agricultores da região? Por que? Como?

11 – Conhecedores das atuais políticas agrícolas oficiais, quais são as principais barreiras e/ou facilidades para seu trabalho com as associações de agricultores ecológicos delas emanadas?

12 – Há quem pense que esta forma de fazer agricultura é somente uma moda e que logo passará. O que pensa sobre isto?